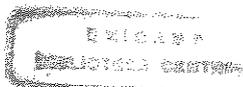


UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

**A AGRICULTURA FAMILIAR EM LONDRINA:
Um olhar sobre a diversidade**

LUCIANA CRISTINA MOURA ZANGARO

AGOSTO/2001



**UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE**

LUCIANA CRISTINA MOURA ZANGARO

A AGRICULTURA FAMILIAR EM LONDRINA:
um olhar sobre a diversidade

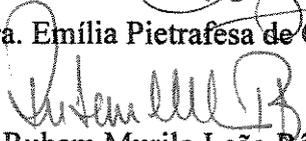
Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Sociologia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas sob
orientação do Prof. Dr. Fernando Antonio
Lourenço

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
30/08/2001

BANCA


Prof. Dr. (Orientador) Fernando Antonio Lourenço


Profa. Dra. Emília Pietrafesa de Godói


Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Régio

AGOSTO/2001

2007151

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Z 16 a

Zangaro, Luciana Cristina Moura

A agricultura familiar em Londrina: um olhar sobre a diversidade / Luciana Cristina Moura Zangaro. -- Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador: Fernando Antonio Lourenço.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Agricultura familiar. 2. Estrutura agrária. 3. Agricultura – Aspectos sociais - Londrina. 4. Famílias rurais - Londrina. 5. Sociologia rural - Londrina. I. Lourenço, Fernando Antonio. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho primeiramente aos meus pais **Nadir e Wanderley Moura**, pessoas infinitamente especiais que tudo fizeram para que eu chegasse até aqui;*

*Ao **Waldemar** que esteve presente todo o tempo (nos bons e maus momentos desse trabalho);*

*Aos agricultores **Waldemar Zangaro** (in memoriam) um lutador incansável e **Dirce** sua companheira de sempre, que não se entregaram diante das dificuldades vividas entre o campo e a cidade;*

*E ao **Pedro** que chegou durante a pesquisa, e que foi muito bem vindo!*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a todos os agricultores e suas famílias que colaboraram diretamente com esta pesquisa dando informações sobre suas vidas e suas opiniões, sem a participação de vocês esse trabalho não seria possível.

Ao Nilson Carvalho, agrônomo da EMATER/Londrina pela disponibilidade, presteza, paciência e competência ao me ajudar na escolha dos locais de pesquisa e tantas outras informações referentes aos agricultores familiares que foram fundamentais para a realização desse trabalho.

Aos extensionistas e técnicos da EMATER/Londrina, que contribuíram indicando agricultores e dando informações técnicas sobre a agricultura em Londrina.

Ao economista Paulo Sérgio Moura e ao Thiago Moura Ferreira colaboradores com quem dividi parte da execução da pesquisa de campo.

Aos pesquisadores do CESOP da UNICAMP que realizaram um trabalho árduo de tabulação dos dados dos questionários aplicados aos agricultores.

Ao Fernando meu orientador, pela sua competência e dedicação, pela paciência desde o início da orientação, por todas as críticas e sugestões, pelos encaminhamentos nas ocasiões de indecisão e pela sua sensibilidade nos diferentes momentos dessa caminhada.

À CAPES pela bolsa concedida durante o curso de mestrado.

Aos professores e colegas do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina que me apoiaram durante o período que ali estive como aluna e como profissional; em especial às professoras Kimye Tommasino, Ana Maria Chiarotti Almeida e Maria José Resende e

também ao professor e amigo Rodne de Oliveira Lima pelas críticas e sugestões feitas nos diferentes momentos desse trabalho.

Aos colegas do curso de mestrado pelos momentos descontraídos e produtivos que passamos juntos.

Aos meus primos Lúcia, Edi e filhos pelas vezes que tão bem me receberam em sua casa durante o período em que permaneci em Campinas.

Aos meus pais pelo carinho, apoio e por ter acreditado na realização desse trabalho.

Às “tias” lá do TREM por terem acolhido o Pedro com todo carinho, em especial à Samara pela responsabilidade e dedicação que tem com ele e principalmente por ser também um pouco de “mãe” nos momentos em que estive ausente.

Ao Waldemar, companheiro incansável, sempre estivemos juntos, e pude contar com seu apoio e compreensão. Sua participação foi muito importante para a realização desse curso.

Ao Pedro que não entende muito bem ainda, mas que foi privado da companhia da mãe em vários momentos, mas que enquanto estivemos juntos foi só alegria.

Enfim, agradeço a todos que, de uma forma ou de outra, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

LISTA DE TABELAS

Tabelas do Capítulo III:

Tabela 3.1 – Evolução da População Residente no Município de Londrina.....	67
Tabela 3.2 - Distribuição da População por Distritos Administrativos (1970-1980-1990).....	68
Tabela 3.3 – Distribuição da População por Distritos Adminstrativos (1991-1992-1993).....	69
Tabela 3.4 – Ocupação e Uso do Solo em Londrina (1995/96).....	73
Tabela 3.5 – Área de Lavoura e Efetivo da Pecuária de Londrina – entre 1980 e 1995.....	74

Tabelas do Capítulo IV:

Tabela 4.1.a – Local de Moradia dos Entrevistados por Distrito Administrativo.....	81
Tabela 4.1.b – Escolaridade do Entrevistado por Distrito.....	82
Tabela 4.1.c – Local de onde vieram os agricultores por distrito.....	83
Tabela 4.1.d – Faixas de idade, por sexo dos filhos.....	85
Tabela 4.1.e – Lugar de Moradia, por sexo dos filhos.....	87
Tabela 4.1.f – “Existe alguém para lhe suceder neste estabelecimento?”.....	93
Tabela 4.1.g – “Se sim, quem será o sucessor?”.....	93
Tabela 4.1.h – O melhor para o futuro dos filhos, por Distrito.....	95
Tabela 4.1.i – O melhor para o futuro das filhas, por Distrito.....	96
Tabela 4.1.j – O melhor para o futuro dos filhos casados por Distrito.....	96
Tabela 4.2.a – Número de unidades familiares entrevistadas e do município de Londrina, por grupos de área.....	101
Tabela 4.2.b – Número de produtos vegetais cultivados, por Distrito.....	104
Tabela 4.2.c – Cultivo de Café, por Distrito.....	106
Tabela 4.2.d – Cultivo de Soja, por Distrito.....	107
Tabela 4.2.e – Cultivo de Milho, por Distrito.....	108
Tabela 4.2.f – Cultivo de Feijão, por Distrito.....	108
Tabela 4.2.g – Cultivo de Arroz, por Distrito.....	109
Tabela 4.2.h – Cultivo de Amendoim, por Distrito.....	109
Tabela 4.2.i – Cultivo de Cana-de-Açúcar, por Distrito.....	109
Tabela 4.2.j – Cultivo de Trigo, por Distrito.....	110
Tabela 4.2.l – Cultivo de Mandioca, por Distrito.....	110
Tabela 4.2.m – Cultivo de Olerícolas (legumes e hortaliças), por Distrito.....	111
Tabela 4.2.n – Cultivo de Frutas, por Distrito.....	111
Tabela 4.2.o – Áreas de Pastagem Natural, por Distrito.....	114
Tabela 4.2.p – Áreas de Pastagem Permanente, por Distrito.....	114
Tabela 4.2.q – Áreas de Mata, por Distrito.....	115
Tabela 4.2.r – Principais produtos cultivados, por forma de comercialização..	126
Tabela 4.2.s – % de trabalho familiar e contratado em diferentes etapas do processo produtivo, por tipo de equipamento de produção (manual ou mecanizado).....	131
Tabela 4.2.t – Distribuição de Tratores por Tamanho de Estabelecimento.....	131
Tabela 4.2.u – Práticas Agrícolas por agricultores entrevistados (%)......	133

Tabela 4.3.a – Condição de uso da terra, por distrito (%).....	145
Tabela 4.3.b – Modalidade de acesso a terra, por distrito (%).....	147
Tabela 4.4.a – “O futuro dos agricultores depende:”.....	154

LISTA DE QUADROS

Quadros do Capítulo II:

Quadro 2.1 – Área e número de propriedades rurais Segundo classe de área – 1920.....	55
Quadro 2.2 – Categorias de Produtores por Estrato de Área (ha).....	56
Quadro 2.3 – Percentual dos Estabelecimentos e das áreas por classificação de grupos de área.....	56
Quadro 2.4 – Número de Habitantes por Período.....	60

Quadros do Capítulo III:

Quadro 3.1 – Área e Altitude dos Distritos Administrativos Rurais – Londrina.....	66
Quadro 3.2 – Distribuição da População por Distrito Administrativo – 1996... 70	70
Quadro 3.3 – Estrutura Fundiária do Município de Londrina – 1970.....	71
Quadro 3.4 – Estrutura Fundiária do Município de Londrina – 1980/1985/1995-96.....	72

Quadros do Capítulo IV:

Quadro 4.1.a – Ocupação dos filhos segundo a % de filhos por sexo e % dos filhos que ajudam ou trabalham com o pai no sítio.....	86
Quadro 4.1.b – Participação do Trabalho das Esposas em Atividades Não-domésticas.....	139

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 4.1.a – Escolaridade, por sexo dos filhos (em %).....	88
Gráfico 4.1.b – “O Sr. Preferia que seus filhos homens vivessem na cidade ou no campo?” (em %).....	90
Gráfico 4.1.c - “O Sr. Preferia que suas filhas vivessem na cidade ou no campo?” (em %).....	91
Gráfico 4.2.a – Número de produtores por grupos de área total e por Distrito.....	102
Gráfico 4.2.b – Área média da superfície total das unidades, por distrito (em ha).....	103
Gráfico 4.2.c – Uso de Equipamentos de Produção por Agricultores Familiares Entrevistados (%).....	130
Gráfico 4.2.d – Composição da Força de Trabalho nas Unidades de Produção Entrevistadas (em %).....	135
Gráfico 4.3.a – Percentual de estabelecimentos e área segundo grupos de área total.....	142
Gráfico 4.3.b – Área Média da Unidade Familiar, por grupos de área total.....	143
Gráfico 4.3.c – Percentual de Agricultores Familiares segundo a posse da terra.....	144
Gráfico 4.3.d – Percentual de Produtores com Relação a Modalidade de Acesso a Propriedade Fundiária.....	146
Gráfico 4.5 – Itens em que os agricultores mais gostariam de receber orientação técnica (% de agricultores).....	160

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
Capítulo 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA.....	09
1.1 - A agricultura familiar no Brasil: uma revisão teórica.....	09
1.2 - A produção familiar no debate feudalismo x capitalismo.....	10
1.3 - O produtor familiar como “produto do capital”.....	14
1.4 - A funcionalidade da produção familiar no capitalismo.....	21
1.5 - O sentido econômico e social da produção familiar.....	25
1.6 – Por que estudar a agricultura familiar?.....	42
1.7 – Metodologia da pesquisa.....	44
Capítulo 2 – O NORTE DO PARANÁ : BREVE HISTÓRICO.....	47
2.1 – Delimitação e Subdivisões da Região Norte do Paraná.....	47
2.2 – O Processo de Ocupação do Norte do Paraná até 1920.....	50
2.3 – A Colonização Dirigida.....	57
2.4 – Desenvolvimento Econômico da Região Norte do Paraná.....	60
Capítulo 3 – CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA.....	65
3.1 – Localização.....	65
3.2 – Demografia.....	66
3.3 – Estrutura Fundiária.....	70
3.4 – Estrutura Produtiva.....	73
3.5 – Características Gerais dos Distritos Rurais Analisados.....	76
3.5.1 – Lerroville.....	76

3.5.2 – Paiquerê.....	77
3.5.3 – Guaravera.....	78
3.5.4 – Maravilha.....	78
3.5.5 – São Luiz.....	79
3.5.6 – Warta.....	79
3.5.7 – Espírito Santo.....	80
Capítulo 4 – APRESENTAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA.....	81
4.1 – Caracterização dos Grupos Familiares.....	81
4.2 – Caracterização das Unidades de Produção Familiar.....	100
4.3 – Caracterização das Estruturas Fundiárias.....	141
4.4 – A Organização Social e Política dos Agricultores.....	151
4.5 – Os Agricultores Familiares e o Estado.....	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	169
ANEXOS.....	179

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo agricultores que se caracterizam por deter os meios de produção ao mesmo tempo que trabalham na propriedade rural, definidos como “agricultores familiares”. Estudamos um caso específico, os agricultores familiares de Londrina/Pr, com o objetivo de demonstrar a diversidade dessa forma social de produzir na agricultura brasileira e contribuir para desvendar a heterogeneidade que está presente nesse objeto de estudo. A diversidade de cada contexto, de cada região e das estratégias utilizadas demonstram a capacidade de adaptação e de reprodução desses agricultores. Para realizar esta pesquisa, delimitamos algumas dimensões relacionadas com as estratégias de adaptação e reprodução da agricultura familiar na sociedade capitalista: as estratégias produtivas, as estratégias familiares, as estratégias fundiárias e um conjunto de representações, opiniões e atitudes elaboradas pelos agricultores familiares. A partir de dados coletados na pesquisa empírica realizada, foi possível traçar um perfil desses agricultores e também descrever algumas estratégias de reprodução, o que permitiu constatar a diversidade. O estudo possui um caráter exploratório e nos coloca diante de algumas questões relevantes a respeito da agricultura familiar em Londrina.

ABSTRACT

Farmers were studied who are characterized by owning the means of production while they work on the farm, defined as 'family farmers'. A specific case was studied, the family farmers in Londrina/PR, to demonstrate the diversity of this social form of production in Brazilian agriculture and contribute to revealing the heterogeneity that is present in the study object. The diversity of each context, each region and the strategies used show these farmers' ability to adapt and reproduce. To carry out this research, some dimensions were delimited related with the adaptation and reproduction strategies of family agriculture in capital society: the productive strategies, the family strategies, the landowning strategies and a set of representations, opinions and attitudes elaborated by the family farmers. A profile was traced of the farmers from these data collected in the empirical research and some reproduction strategies described, which permitted the diversity to be confirmed. The study is exploratory in nature and placed us in front of some relevant questions about family agriculture in Londrina.

INTRODUÇÃO

São muitos os enfoques que vêm permeando o debate sobre o “lugar” da agricultura familiar no mundo contemporâneo. Essas abordagens são apresentadas de acordo com diferentes eixos de discussão, como a reforma agrária, a sustentabilidade, a pluriatividade, etc. Estas questões contribuem para o conhecimento científico à medida que auxiliam na compreensão da permanência e das transformações da agricultura familiar e das estratégias de adaptação e reprodução social desenvolvidas pelos agricultores familiares.

Dessa forma, o tema da agricultura familiar vem sendo colocado cada vez mais nos debates acerca dos processos de transformação da sociedade e por aqueles que explicitam desejos políticos de construção de uma outra ordem social. Não só no Brasil, mas em diversas partes do mundo, essa forma social de produção tem sido colocada em evidência no campo político, econômico, social, cultural e hoje cada vez mais no campo ambiental. A agricultura familiar tem manifestado a dinâmica de novos processos sociais que perpassam o meio rural/agrícola e não-agrícola. Essa temática aparece, portanto, em discussões que possuem preocupações muito mais amplas e que evidenciam a importância desse tema.

O tema da agricultura familiar, enquanto objeto da investigação sociológica, está intimamente relacionado aos dilemas da questão agrária brasileira, mais precisamente, aos embates em torno da reforma agrária. Os movimentos sociais e as organizações sindicais rurais têm elaborado um projeto de reforma agrária fundado no desenvolvimento da agricultura familiar. Por outro lado, o Estado tem elaborado políticas que visam e anunciam o “fortalecimento da agricultura familiar”.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) de há muito defende um projeto de reforma agrária ampla, geral e massiva, no sentido de atingir o país como um todo e os seus diferentes segmentos de trabalhadores do campo, reiterando a ênfase na agricultura familiar como modelo para a agricultura brasileira, relacionando-a com a valorização da produção alimentar, voltada para o mercado interno¹.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) busca uma transformação estrutural no modelo de desenvolvimento atual da agricultura, envolvendo não somente a estrutura da posse e

¹ PROJETO CUT-CONTAG. Desenvolvimento e Sindicalismo Rural no Brasil. Brasília : Projeto CUT-CONTAG, 1998.

uso da terra, mas dos meios de produção, crédito, assistência técnica, política de preços e relações com a agroindústria. Na sua proposta, o MST ressalta a defesa das unidades familiares cooperadas, entendidas como uma forma superior de produção que superaria o que eles chamam de “individualismo” inerente à produção camponesa. O que se vê, nos assentamentos organizados pelo MST, é um conjunto de agricultores familiares que trabalham em alguns casos coletivamente, e, em outros, individualmente².

O debate sobre a reforma agrária abre espaço para a discussão sobre o lugar da agricultura familiar na agricultura brasileira: tanto as organizações sindicais como os movimentos de luta pela terra apontam para o fato de que a produção empresarial só se consolidou com o forte apoio do Estado e reclamam por uma política de apoio ao agricultor familiar, inclusive chamando a atenção da sociedade em geral para a defesa de uma agricultura familiar, voltada para o mercado interno e para a exportação de excedentes, articulada em uma rede de associações e cooperativas. Além disso, muitos trabalhos têm mostrado o desempenho econômico de diversos assentamentos de reforma agrária, reposicionando-a como o *locus* para a recomposição mais geral da produção familiar³.

Nestes casos, o que se objetiva é o fortalecimento da agricultura familiar, e mais especificamente, a transformação de trabalhadores assalariados em produtores familiares de mercadorias agropecuárias e/ou agroindustriais. A agricultura familiar passaria a fazer parte do projeto de desenvolvimento rural do país.

Tanto os movimentos sociais e sindicais dos trabalhadores rurais, quanto algumas ONGs, defendem não apenas a validade da agricultura familiar enquanto forma de desenvolvimento socioeconômico para a agricultura, mas também reafirmam sua prioridade na formulação de políticas públicas. No entanto, a conjuntura macroeconômica e a disponibilidade de políticas agrícolas e sociais são fatores decisivos para que a ocupação e a distribuição do trabalho na agricultura familiar se efetive de forma eficiente. Assim, se o contexto institucional e mercantil for desfavorável para essa forma social de produção, provavelmente este só irá favorecer o assalariamento externo, o autoconsumo, a redução da produção mercantil, a dedicação parcial à lavoura, ao êxodo, etc.

² STÉDILE, João Pedro. O MST e a questão agrária: entrevista com João Pedro Stédile. *Estudos Avançados* – IEA – USP, nº 31, p. 81-95.

³ MEDEIROS, Leonilde Servolo de e LEITE, Sérgio. Perspectivas para a análise das relações entre assentamentos rurais e região. In: Francisco Carlos Teixeira da Silva, Raimundo Santos e Luiz Flávio de Carvalho Costa (org.). *Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro : Campus, 1998, p. 151-176.

Neste sentido, a reforma agrária desponta como um espaço em construção, pois busca a ampliação do espaço público e a instauração de políticas de promoção social, de cidadania, emprego e renda, habitação e urbanização do campo, segurança alimentar, preservação/recuperação ambiental. Mas isto não impede que os assentamentos rurais e a produção familiar de forma geral passem por um processo de modernização, e se tornem eficientes no fornecimento de mercadorias, competitivos e inseridos no mercado.

Os trabalhadores que se inserem no movimento social do campo para reivindicar a reforma agrária possuem uma perspectiva de melhoria das condições de vida e de trabalho, e o acesso à terra torna-se uma condição para a superação da precariedade de suas condições de trabalho, renda, alimentação, habitação e educação. Juntamente com estas expectativas, estão a constituição de um patrimônio a ser deixado para os filhos, uma ruptura com o passado, ou seja, toda uma motivação de caráter social e econômico que pretende alterar as relações sociais de produção e distribuição de mercadorias e de políticas governamentais e, principalmente, obter melhores condições de vida e de trabalho.

No caso do governo, que vem instituindo políticas públicas que visam a incentivar a agricultura familiar, existem propostas de uma política de desenvolvimento rural que integre a reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar. Entretanto, os projetos do governo, assim como as políticas em desenvolvimento não estão adequados à realidade da agricultura familiar.

Em se tratando de agricultura familiar, mais especificamente do crédito à agricultura familiar, este não se compara aos grandes esquemas financeiros para médios e grandes produtores em volume de recursos. A título de exemplo, o total de recursos previstos para a safra de 96/97 foi de 8 bilhões, dos quais 1,5 bilhões foram para o PRONAF (Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar), um programa que tem como objetivo o financiamento do custeio e principalmente os investimentos para mudar a situação do pequeno produtor rural do país.

Mas o problema não está somente neste ponto, cabe perguntar também a quem o governo atinge com este programa e que tipo de produtor familiar tem sido beneficiado. Conforme mostrado por diversos autores, o PRONAF, que teria como objetivo atingir a todos os agricultores familiares, tem chegado apenas àqueles que já estariam inseridos no mercado, tais como, por exemplo, os integrados à indústria de fumo do Rio Grande do Sul, que contam com o apoio de multinacionais para o aval de seus empréstimos. Não queremos com isto dizer que esses produtores devam ser excluídos do programa, pois eles conseguiram chegar a essa situação por vários outros fatores. Desejamos

apenas enfatizar que os produtores em situação inferiorizada acabam ficando à margem dos financiamentos e créditos aos quais também têm direito.

A temática da agricultura familiar também tem surgido em discussões mais amplas tanto nos meios acadêmicos como no interior de várias organizações multilaterais de caráter supranacional (OMC, ONU, OCDE) e entre formuladores de políticas sociais, como naquelas onde se tenta relacionar a eliminação da pobreza e a conservação do meio ambiente, passando por um modelo de agricultura que contemple a agricultura familiar como base. Sabemos, no entanto, que esta vinculação da agricultura familiar com os temas da pobreza e do meio ambiente constitui um desafio crescente às mais variadas instituições envolvidas com a problemática do desenvolvimento social.

Um outro debate em que a agricultura familiar tem sido enfatizada é aquele onde se tem proposto um “novo modelo de agricultura”, principalmente no que se refere à necessidade de uma agricultura sustentável, frente à crise do modelo da Revolução Verde. Esse modelo foi consolidado nos anos 70 e apresentou-se para os países menos desenvolvidos na forma de “pacotes tecnológicos”⁴, trazendo consigo um aumento significativo na produtividade agrícola - em torno de 7% nos países pobres, como, por exemplo, no Brasil. Dentre suas principais características podemos destacar: imposição de pacotes tecnológicos, aumento da produção; manejo do solo de forma intensiva, incentivo à monocultura; alta utilização de produtos químicos, entre outras. Não temos como negar que esse modelo de agricultura elevou extraordinariamente a produção alimentar, os números mostram que as novas técnicas de plantio, o combate a pragas e o significativo investimento em pesquisa permitiram quase triplicar a produção mundial de alimentos nos últimos 50 anos.

Se esse modelo trouxe consigo tais benefícios, por que se fala hoje em um novo modelo de agricultura? Vários são os argumentos para mostrar a inviabilidade dessa agricultura “convencional”, dentre eles, o alto custo dos insumos, que estaria levando os pequenos e médios produtores à falência, a necessidade de subsídios por parte dos governos, fazendo que eles se endividem cada vez mais, a alimentação pouco nutritiva, sem contar os custos significativos como o esgotamento do solo, a contaminação dos lençóis freáticos, o declínio da agricultura familiar, a sempre presente negligência

⁴ O que se convencionou chamar de pacotes tecnológicos é um conjunto de produtos, técnicas e procedimentos, no qual a utilização de um deles depende de um anterior e de um posterior para produzir o máximo efeito. Ao escolher uma determinada semente melhorada, por exemplo, o agricultor é obrigado a preparar e fertilizar o solo com certo tipo de adubo industrializado; e deve aplicar herbicidas e pesticidas para proteger a lavoura de uma forma específica contra ervas daninhas e pragas de certo modo já previsíveis. Vale lembrar também que o conceito que norteia a aplicação do pacote tecnológico é o da produtividade máxima. Para maiores detalhes ver Ronaldo Conde Aguiar, *Abrindo o Pacote Tecnológico*.

com as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais, os crescentes custos da produção e a desintegração das condições sociais e econômicas nas comunidades rurais.

Todos esses argumentos tornaram-se essenciais para as críticas à Revolução Verde. A partir dos anos 80, esse modelo passou a sofrer críticas de ambientalistas e de organizações de defesa dos consumidores, sendo cada vez mais incorporadas, na medida em que se desenhava uma crise da agricultura, pelos intelectuais que refletiam sobre os problemas sofridos pelos próprios agricultores. Os governos também demonstravam preocupação e passaram a patrocinar a busca de alternativas. Pode-se afirmar que as práticas consolidadas com a Revolução Verde não contribuíram para que cada agricultor ampliasse e aprofundasse seus conhecimentos sobre sua atividade e o ambiente particular em que a executa, ao contrário, estreitou o conhecimento agrícola e dificultou a percepção de alternativas.

Diante desse quadro, um novo modelo de agricultura tem sido reivindicado. Chamado mais recentemente de “agricultura sustentável”, este modelo vem tornando-se um novo paradigma de produção e vem ganhando força a cada dia no nível internacional. Este novo paradigma tem suas bases no conceito de ecossistema, *“onde a dinâmica da vida é introduzida através dos ciclos da natureza e da interação entre seus agentes...”* (Carmo, 1995) e vem sendo definido de várias formas, mas centrado num tipo de agricultura que é alicerçada no tripé, “economicamente viável, ambientalmente saudável e socialmente aceitável”, onde o agricultor obteria ganhos decentes, com terra saudável e com um aumento no seu padrão e qualidade de vida. Ou seja, *“a agricultura sustentável deve ser então entendida como um modelo de desenvolvimento agrícola onde as formas de produção e organização social conduzem à manutenção e ao aumento da fertilidade do solo, à preservação dos outros recursos naturais e à permanência e estabilidade dos valores culturais das populações rurais.”* (Carmo, 1995, p.121), garantindo assim uma qualidade de vida para a sociedade em geral. Trata-se muito mais de um projeto social democrático do que um modelo que garanta produtividade e lucro máximos.

Além de estar presente em debates mais amplos, a agricultura familiar tem mostrado - e isso pode ser visto em vários estudos - uma capacidade de reprodução enquanto forma social de produção. Essa está relacionada às formas com que o agricultor familiar enfrenta os desafios diante das condições objetivas: ele adota estratégias, instrumentos e meios que lhe são possíveis, aciona em momentos oportunos formas de racionalidades que lhe sejam mais convenientes. Capacidade de reprodução e versatilidade são características importantes da agricultura familiar e que só podem ser

compreendidas através de pesquisas que visam demonstrar a partir do conhecimento das especificidades da agricultura familiar, a sua dinâmica interna.

A partir das discussões travadas em torno do tema da Agricultura Familiar que pretendemos apresentar para o debate científico os resultados de nossa investigação.

Esta dissertação tem como objetivo contribuir com um estudo de caso para o acúmulo de conhecimentos, de experiências sobre a agricultura familiar, forma social que envolve redes de dependência e interdependência, todo um complexo de relações que não poderemos dar conta neste momento, mas que pretendemos revelar o quanto ele é complexo e particular. Acreditamos que, para as Ciências Sociais, esta acumulação de informações e de conhecimentos é muito importante, na medida em que permite traçarmos eventualmente um quadro mais substantivo, e não ficarmos apenas preso a referenciais teóricos, abstratos. Diante da importância que o tema da agricultura familiar assumiu e vem assumindo, nos propusemos a estudá-lo para que possamos contribuir com o entendimento dessa forma social de produzir. Apresentaremos os resultados da nossa investigação da seguinte maneira.

No primeiro capítulo, apresentamos algumas posições teóricas sobre a agricultura familiar, definindo assim o quadro teórico que utilizaremos na pesquisa, tentando mostrar as contribuições mais citadas do ponto de vista da análise sociológica, mostrando as polêmicas de caráter teórico que estão presentes em torno da noção de agricultura familiar. O objetivo deste capítulo foi mostrar que este objeto de estudo - agricultura familiar - além de polêmico, tem assumido, nos estudos sociológicos, grande destaque, devido à importância que este segmento da sociedade tem assumido e pela forma como este vem sendo apontado pelos governos e movimentos sociais (MST) como um dos agentes do desenvolvimento do país.

Pensando sob este ponto de vista, e no contexto em que esses agricultores familiares se reproduzem na sociedade, nos propusemos a ouvi-los, na tentativa de apreendê-los enquanto agricultores familiares, buscando compreender a diversidade que está presente. Para isso tivemos que optar por analisar esses produtores a partir de algumas dimensões, que já foram apontadas por vários autores com importância e enfoque diferentes. Dentre as dimensões selecionadas estão: as estratégias produtivas, as estratégias fundiárias, as estratégias familiares, e, as representações que os produtores fazem de si e do Estado⁵. Ainda neste capítulo, apresentamos a metodologia adotada, mostrando o

⁵ Para a relevância destas dimensões para a compreensão das estratégias de adaptação e reprodução da agricultura familiar, ver: LAMARCHE (1993) e (1998).

tipo de pesquisa de campo que realizamos e os procedimentos adotados para o conhecimento do objeto delimitado.

Num segundo capítulo, apresentamos a região onde se encontra nosso objeto de estudo. A partir de uma revisão bibliográfica sobre o processo de ocupação e colonização da região Norte do Paraná, tentamos mostrar a importância da agricultura para o desenvolvimento desta região. Após a exposição da sua história, expomos no terceiro capítulo alguns indicadores que permitem traçar um “perfil” do município de Londrina com as características do município de Londrina. Essas características foram coletadas em Censos, Perfil Sócio-Econômico do Município, Documentos Oficiais do Município, e Relatórios apresentados pelos órgãos oficiais como: EMATER, IAPAR, Universidade Estadual de Londrina, Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, etc.

No quarto capítulo estão sistematizados alguns dos resultados obtidos com a pesquisa de campo e a análise desses dados. A análise dos dados coletados no campo nos permite apontar para a existência das diferenças entre os produtores familiares de Londrina e o grau de diversidade que está presente no meio rural deste município. Este capítulo foi subdividido em cinco itens que refletem as dimensões utilizadas na pesquisa: estratégias familiares, estratégias produtivas, estratégias fundiárias e o conjunto de representações dos agricultores à respeito do Estado e das diferentes formas de organização social. As três primeiras dimensões precedem de uma caracterização geral do grupo familiar, da organização da unidade produtiva e da estrutura fundiária na amostra pesquisada.

Enfim, esperamos que a pesquisa aqui apresentada seja um quadro inicial de conhecimentos sobre a realidade da agricultura familiar em Londrina, e que permita apontar questões a serem estudadas para o melhor entendimento dessa forma social de produção.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

1.1 - A Agricultura Familiar no Brasil: Uma Revisão Teórica

A agricultura familiar não é uma categoria analítica recente, nem deve ser vista como nova na Sociologia Rural. No entanto, essa categoria tem assumido no Brasil ares de novidades devido ao significado e a abrangência que lhe tem sido atribuídos nos últimos anos.

As discussões acerca desse tema têm sido direcionadas à interrogação das possibilidades e formas de reprodução e transformação da agricultura familiar nos sistemas sócio-econômicos mais amplos em que se inserem.

Dentre as várias questões que se colocam hoje no cenário agrícola brasileiro, a presença da agricultura familiar tem merecido destaque. Primeiro, por sua importância qualitativa na agricultura brasileira. Segundo, por ter sido objeto de uma revalorização, passando a ser vista como uma alternativa para um novo modelo de agricultura, onde o espaço rural é valorizado do ponto de vista ambiental, econômico e social.

O número de trabalhos dedicados a este tipo de interrogação é tão amplo que não nos propomos aqui a nos referir a todos, mas somente a algumas tendências teóricas que o debate vem tomando no Brasil.

Consideramos, para os limites da revisão bibliográfica, o período entre 1960 até os dias atuais, onde procuramos fazer uma apresentação das diferentes posições assumidas pelos intelectuais de acordo com contexto de cada período.

Optamos por organizar esta parte do trabalho em quatro momentos⁶, sendo que, no primeiro, apresentamos o debate que se travou na década de 60 entre os defensores das "tese feudalista" e "tese capitalista", para em seguida situarmos a produção familiar nesse contexto.

O segundo momento abrange as principais discussões sobre a produção familiar nas décadas de 70 e 80. Nesse período, o rumo das discussões passaram a privilegiar aspectos mais estruturais, como o desenvolvimento do capitalismo no campo, a dinâmica do processo de acumulação do capital e os reflexos das transformações capitalistas para a produção familiar. E, em seguida, apresentamos

⁶ Vale ressaltar que essa divisão periódica serve apenas como um instrumento metodológico para a apresentação das discussões que foram travadas a respeito da produção familiar.

uma das questões mais polêmicas em torno da pequena produção familiar: a tese da sua funcionalidade para o processo de acumulação capitalista.

Finalmente, num quarto momento, sintetizamos as análises realizadas a partir dos anos 90 sobre a agricultura familiar, onde propomos a análise do papel e dos espaços que ela ocupa no sistema capitalista, mostrando-a como um setor que, se não estaria fadado ao desaparecimento, nem por isso deixou de ser desprivilegiado na sociedade capitalista. Aqui o debate toma um novo rumo, no sentido de que se pretende apreender o funcionamento da produção familiar inserida no modo de produção capitalista.

1.2 - A Produção Familiar no Debate Feudalismo X Capitalismo

Pretendemos aqui situar a discussão da produção familiar no debate das polêmicas teses sobre a presença ou ausência do "feudalismo" e do "capitalismo" no Brasil. Não nos cabe, neste momento, sintetizar esse debate; tentaremos, apenas, mostrar como esse debate foi traçado em relação com o problema da produção familiar. Antes, porém, é preciso ter claro que esse debate possui um referencial ideológico que ganhou impulso na década de 60 com o empenho e o compromisso de intelectuais que assumiram posições diante das lutas políticas do período, principalmente dentro da esquerda brasileira.

O debate desenvolveu-se num âmbito mais amplo e é anterior ao período a que nos referimos, mas durante os anos 60 ganhou uma certa especificidade devido a dois novos elementos que passaram a fazer parte do debate. De um lado, a emergência do camponês enquanto um protagonista político, nas atuações das ligas camponesas e dos sindicatos rurais. De outro, as divisões internas que difundiram-se no interior da esquerda (dentro do PCB e no surgimento de novos partidos). (PALMEIRA, 1984:15). Assim, como cada grupo sentia necessidade de dar a sua própria versão da história brasileira, sua versão da "revolução brasileira", tudo isso levava esses grupos a dar uma resposta sobre a "natureza das relações de produção dominantes na agricultura brasileira". Aqui a produção familiar é focalizada no contexto da discussão do complexo latifúndio/minifúndio, tendo como pano de fundo a discussão - num âmbito mais político - da luta pela terra, ou melhor, da viabilidade e oportunidade de reforma agrária no país.

O ponto de partida desse debate eram as relações de produção na agricultura brasileira naquele momento⁷. Tratava-se de uma discussão sobre o processo histórico da formação da economia agrária brasileira e suas características reais. Partia-se de duas noções, na primeira a agricultura era considerada um setor "atrasado", um obstáculo ao desenvolvimento capitalista devido ao atraso das forças produtivas e a sua incapacidade de produzir alimentos a baixo custo para suprir o mercado interno e também devido à sua estrutura fundiária (latifúndio x minifúndio). De outra perspectiva, as relações de produção do campo, por não serem capitalistas, retardavam a expansão do mercado consumidor para os produtos industriais. Nos dois casos, a transformação do campo era uma condição *sine qua non* do desenvolvimento capitalista.

A chamada tese "feudalista" refere-se à passagem ou não pelo sistema de relações feudais de produção ou à existência de alguns traços desta no processo econômico brasileiro. Entre os defensores desta tese, encontra-se Moisés VINHAS (1972) que argumentava sobre a existência de "traços feudais" no país e suas peculiaridades com os de outros países, que variavam no seu conteúdo e forma, em cada cultura e época, nas diferentes regiões. Contrapondo-se a essa tese, Caio PRADO JR (1966) defensor da tese "capitalista", procura mostrar no seu livro "A Revolução Brasileira", que não ocorreu tal fenômeno, e que não existiram "restos semi-feudais ou pré-capitalistas" nas relações de produção no campo. Segundo PRADO JR. , "nada dos senhores de terras se assemelha aos da Europa pré-capitalista ou da Ásia" (PRADO JR., 1966:107).

Na análise das relações de produção existentes no Brasil, cria-se uma interrogação em torno do latifúndio⁸, discute-se não só o conceito mas também o conjunto de traços desse latifúndio, onde a resistência à mudança era o mais predominante, procurando verificar se esses traços se configuram ou não numa realidade capitalista ou feudal, ou seja, se "as técnicas de produção atrasadas utilizadas no latifúndio são feudais ou um tipo de adaptação do capitalismo" e se "o monopólio da terra é capitalista ou ao contrário, é um monopólio entre muitos monopólios"(PALMEIRA, 1984). No caso das relações de produção, discute-se a respeito do assalariado rural, da forma de parceria difundida em todo campo

⁷ Segundo Palmeira (1984), as relações de produção eram vistas como "herança do passado" ("colonial", "feudal", "escravista", "capitalista", ou outro qualquer). Havia uma concepção de que as respostas para as questões do presente estavam no passado, assim para entender as relações de produção e as relações sociais no seu conjunto *era preciso ir ao passado*. Recuava-se até os primórdios da colonização e às vezes achavam esse insuficiente e recuavam até Portugal.

⁸ Latifúndio não é pensado apenas nos termos de grande extensão de terras, mas caracterizado pelo *monopólio da terra, tecnologia atrasada, relações de produção e trabalho com dependência pessoal, ligação com o exterior, particularidades geográficas e particularidades históricas*. (PALMEIRA, 1984:22)

brasileiro na época, argumentando-se sobre a existência de um “assalariado disfarçado”. Outra discussão é sobre a “natureza da exploração agrícola”, se é uma unidade de mercado ou de subsistência. Para os “feudalistas”, a presença da “agricultura de subsistência” dentro das *plantations* demonstra a existência de relações “feudais ou semi-feudais” mesmo perante a dominância da agricultura de exportação. Já para os defensores da tese capitalista, a grande propriedade exportadora brasileira, nitidamente mercantil, está muito longe de ser uma economia de subsistência. A partir desse debate em torno do latifúndio, desenvolve-se o questionamento das classes sociais, onde passa a ser questionada a existência ou não do campesinato no Brasil.

O camponês é identificado, tanto pelo grupo da tese “feudalista” quanto pelo grupo da tese “capitalista”, como o *pequeno produtor rural* que é proprietários dos meios de produção e que trabalha por conta própria, distinto do proletariado ou do assalariado rural. A diferença entre os dois grupos está na afirmação ou negação da existência desse pequeno produtor camponês no país. Para os primeiros, existe no Brasil uma “autêntica classe camponesa, que tem a posse efetiva dos meios de produção mas não a sua propriedade jurídica, que se opõe a uma classe latifundiária numa luta pela propriedade da terra”. (PALMEIRA, 1984: 24). Os autores “feudalistas” analisavam a existência do campesinato ou dos produtores familiares em contraposição ao latifúndio, o relacionamento entre ambos pressupunha relações extra econômicas que foram consideradas como empecilho à penetração do capitalismo no campo. Alguns defensores da tese “capitalista” questionam essa afirmação e muitos não concordam com a existência de uma classe camponesa no Brasil. Para esses, existe uma classe de empresários rurais - uma fração da burguesia urbana - possuidores dos meios de produção e muitas vezes proprietários das terras.

Segundo PRADO JR (1966), no Brasil, a população trabalhadora rural não se constituiu em “camponeses” e nem mesmo possui tradição desse tipo de atividade, os traços culturais desses trabalhadores não dizem respeito a relações e situações sócio-econômicas, pois foram absorvidos pela nova ordem social e pela estrutura econômica da qual passaram a participar, ou seja, de uma estrutura econômica onde predominou a grande exploração (a partir da metade do século XIX) e o sistema escravocrata. Nessa estrutura econômica - grande exploração -, o trabalhador se inclui como elemento subordinado e como “simples parte de um todo orgânico que é aquela unidade produtora da grande exploração”(p.222). Para este autor, existe uma tendência para que o pequeno produtor rural brasileiro seja encaminhado no sentido da proletarização.

Para PRADO JR (1966), o trabalhador rural brasileiro, já engajado na estrutura econômica da grande exploração sente-se oprimido e subordinado, e luta por sua liberdade e melhoria das condições de vida, de trabalho, por melhores remunerações e tratamento. Mas não existe, por parte desses trabalhadores, a possibilidade de passar daí para produtores autônomos, pois "exigiria a transformação fundamental da estrutura de produção em que está entrosado, bem como de suas próprias relações e métodos de trabalho". (p.223).

Assim, PRADO JR (1966) nega todo o sentido que os autores da tese feudalista tentam dar à luta pela reforma agrária, pois, para ele, deve-se lutar pela "transformação da grande exploração com a eliminação de seus aspectos negativos que consistem essencialmente nos baixos padrões tecnológicos, que são a regra, bem como do tipo de relação de trabalho predominante e que reduzem o trabalhador às miseráveis condições materiais, culturais, sociais que são as suas". (p.227)

Outra colocação feita por PRADO JR (1966) - defensor da tese capitalista - em relação à pequena produção familiar, é que essa não é capaz de substituir a grande exploração. Mesmo que haja esse tipo de economia de pequenos produtores e que esses possuam alguma potencialidade de desenvolvimento e extensão, a pequena produção familiar não concorre com a grande exploração e não é por ela impedida de se desenvolver e expandir. O autor nega qualquer funcionalidade da pequena produção.

As críticas feitas aos estudos desse período são principalmente direcionadas ao fato de que tais estudos deixavam entrever uma concepção dual-estruturalista do sistema econômico, onde podia-se ter a visão de uma interdependência entre os setores - agricultura e indústria - mas não visualizava a relação dialética que se estabelece entre agricultura e indústria no processo de acumulação capitalista.

Para alguns críticos, a questão das relações sociais de produção na agricultura acabou caindo no argumento de que se essas não fossem formalmente feudais, seriam formalmente capitalistas, obscurecendo assim a visão de uma heterogeneidade de formas de exploração do trabalho no processo de acumulação capitalista da agricultura brasileira. (MARTINS, 1996:11)

1.3 - O Produtor Familiar como “Produto do Capital”

As teses à respeito da formação de um campesinato no Brasil dentro de uma estrutura "feudal" *versus* a afirmação da empresa capitalista que reduzia todas as formas de relações de produção ao trabalho assalariado disfarçado vão sendo superadas à partir da década de 70, quando as discussões tomam novos rumos e o capitalismo passa a ser o elemento explicativo das mais variadas realidades sociais. Os estudos empíricos que foram realizados a partir de então sobre as relações de produção em geral e a pequena produção familiar - em vários contextos regionais do país - tiveram um importante papel para o conhecimento da realidade e a superação daquela polêmica de caráter político e ideológico. As relações de produção na agricultura brasileira passaram a ser analisadas sob o enfoque da acumulação de capital no desenvolvimento do capitalismo no campo e, nesse contexto, o "camponês" começa a ser visto enquanto um produto do capital. Dentre os trabalhos realizados sob esse novo enfoque, muitos tentam mostrar que o capitalismo permite compreender as formas não capitalistas de produção e outros se voltam para mostrar como os pequenos produtores são dominados e explorados no interior do sistema capitalista.

O ponto comum entre essas duas vertentes de discussão é a afirmação de que a formação social brasileira é capitalista e que é necessário explicar seus elementos a partir da dinâmica do processo de acumulação do capital. (WANDERLEY, 1985:27)

As variações dos argumentos se dão quando se fala na natureza das relações sociais na agricultura. Alguns autores aceitam a explicação teórica de que a natureza das relações sociais na agricultura deve ser vista como o "resultado da reprodução de relações não capitalistas pelo capitalismo dominante". Essa explicação está referenciada nos resultados obtidos numa pesquisa empírica que revela a presença e a importância que as relações não-capitalistas de produção assumem no âmbito da agricultura brasileira, atestam a suposição de que existe uma "fraqueza" e "incapacidade" por parte do capitalismo na agricultura, por este não ter conseguido realizar a expropriação completa do trabalhador e nem revolucionar o processo de produção de forma ampla e dinâmica. (GRAZIANO DA SILVA, 1980a)

Segundo GRAZIANO DA SILVA (1980a) a debilidade se traduz em quatro pontos:

"a) no papel determinante que assume a propriedade da terra; b) na persistência e recriação da pequena produção; c) no fato de não ter conseguido maiores progressos, a não ser em algumas culturas especiais e

regiões privilegiadas, e finalmente; d) no alto grau de exploração a que se submete quer a mão-de-obra familiar, quer a mão-de-obra assalariada."
(GRAZIANO DA SILVA, 1980a:227-234)

Outro autor que também parte da perspectiva de análise que tem como núcleo central a acumulação capitalista é José de Souza MARTINS, mas esse recusa a referência à uma fraqueza ou incapacidade do capital. No trabalho de MARTINS (1996) sobre o sistema de colonato nas fazendas de café, o autor discute a questão das condições de reprodução e de subordinação da produção familiar às formas vigentes do capital. O autor explicita suas hipóteses de que:

"a produção capitalista de relações não capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo - o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas, mas também de relações antagônicas e subordinadas não-capitalistas.(...)". (MARTINS, 1996:21).

A hipótese de MARTINS (1996) sustenta-se em uma concepção marxista da renda fundiária onde busca uma saída para a problemática de como em determinados ramos da produção agrícola, permanece e se reformula um tipo de produção que não é pré-capitalista e nem está organizado segundo os pressupostos característicos do modo de produção capitalista.

A solução encontrada por MARTINS é de realizar uma análise centrada na subordinação da renda da terra ao capital. Segundo o autor, sendo a terra um fator natural, sem valor por não ser resultado do trabalho humano, essa não deveria ter preço. No entanto, antes do advento do capitalismo, nos países europeus, o uso da terra estava sujeito a um tributo, essas eram formas pré-capitalistas de renda decorrentes do fato de que algumas pessoas tinham o seu monopólio. No sistema capitalista, essa irracionalidade não desaparece, ao contrário, a propriedade fundiária foi incorporada ao capitalismo, essa contradição é expressa na renda capitalista da terra. Tal renda não é mais um tributo pessoal do servo ao senhor; agora é um pagamento que toda sociedade faz pelo fato de que uma classe preserva o monopólio da terra. (MARTINS, 1996:20)

No caso do Brasil, a transição histórica do trabalho escravo para o trabalho livre seria um marco essencial para explicar a presença de relações de trabalho pré-capitalistas. Segundo Martins, a vinda dos imigrantes estrangeiros para o país criou uma forma original de acumulação de capital pelos proprietários fundiários, principalmente por aqueles que faziam parte do processo de colonização

desenvolvido pelos governos, neste caso específico, cada família de imigrante recrutada representava de imediato a adição de um valor de subsídios estatais ao capital particular do fazendeiro, mesmo antes que essa unidade familiar iniciasse a produção de qualquer mercadoria. Complementarmente a ela, a estratégia de ocupação da força de trabalho pelo regime da empreitada permitia aos latifundiários alongar o fluxo de capitais monetários de que deveriam dispor para a formação dos cafezais, e evitava o ônus da fiscalização do trabalho.

Assim, segundo Martins, se explica por que naquele estágio de evolução da agricultura capitalista no Brasil tenha ocorrido a reprodução de relações não-capitalistas de produção, e o colonato no lugar do assalariamento tenha sido a forma predominante de recrutamento da força de trabalho:

“(...) É que a modalidade de extração da mais-valia tinha que assumir uma forma congruente com a modalidade de exploração da força de trabalho na fazenda de café. A produção direta dos meios de vida pelo trabalhador, indicava apenas que o capital não se assenhoreara diretamente do processo de produção, mas fazia-o indiretamente convertendo o seu produto em mercadoria. A determinação capitalista dessas relações não capitalistas de produção se dava essencialmente no fato de que o trabalhador produzia diretamente os seus meios de vida para produzir um excedente, o café, que por estar já subjugado pelo capital comercial, surgia das mãos do colono como propriedade alheia, como mercadoria do fazendeiro. Enquanto que, regularmente, supõe-se que a atividade inicial do trabalhador corresponde a tempo de trabalho necessário à sua reprodução como trabalhador e o restante a tempo de trabalho excedente, a ser apropriado pelo capitalista, na fazenda ocorria o inverso. O fazendeiro extraía primeiramente o tempo de trabalho excedente, definido a prioridade do cafezal como objeto de trabalho do colono. Somente depois da extração do trabalho excedente é que cabia ao colono dedicar-se ao trabalho necessário à sua reprodução como trabalhador, sob a aparência de que trabalhava para si mesmo. Ainda assim estava trabalhando para o fazendeiro, garantindo as condições da sua própria reprodução como produtor de trabalho excedente.” (MARTINS, 1996: 86)

Nesses termos, o capital subordina e se apropria sempre da renda da terra, e, sendo assim, o desenvolvimento da agricultura capitalista é balizado pela sujeição da renda territorial ao capital. Os pequenos produtores, neste contexto, perdem a sua autonomia sobre a propriedade rural. Tal perda é efetivada pela apropriação da renda gerada na produção agrícola, beneficiando setores sociais de produção não-rurais.

MARTINS (1996) concebe a permanência e a transformação de formas não capitalistas como um processo específico de desenvolvimento capitalista, onde o capital "preserva, redefine e subordina" relações pré-capitalistas, engendrando relações de produção não capitalistas. Toda a acumulação resulta, portanto, da agregação de valor gerado por trabalho pretérito não capitalista. Para Martins, o colonato (uma forma de produção familiar) pode ser definido como um conjunto de relações de produção não capitalista reproduzida no interior do modo de produção capitalista.

Ao contrário de Martins, pensamos que o sistema de colonato, assim como a parceria (ambos enquanto formas de produção familiar) não representa uma conservação tardia de relações de produção não capitalista, mas antes é parte do desenvolvimento capitalista na agricultura, estando portanto relacionado à busca, por parte dos proprietários fundiários, de uma forma adequada de recrutamento e controle da força de trabalho necessária à produção monocultura que empreendiam. Com a intensificação das culturas intensivas de algodão, laranja, soja, trigo e cana-de-açúcar, amplia-se a necessidade de assalariamento, isto porque, diferentemente do café, estas culturas são incompatíveis com a manutenção de culturas de subsistência, e a contratação de empregados residentes demonstrava-se indesejável - já que não permitia mais a exploração da força de trabalho familiar, mas apenas de trabalhadores contratados - pois a introdução do fornecimento de alimentos pela fazenda contrariava a lógica da exploração no sistema de colonato, baseado num sistema de acumulação que, além do tempo de cultivo da monocultura capitalista, estendia-se também aos limites do tempo livre, quando a força de trabalho familiar produzia os gêneros necessários à sua reprodução social.

Ainda analisada sob o enfoque da acumulação de capital no desenvolvimento do capitalismo no campo, a produção familiar também é vista como uma forma subordinada e dominada no interior do sistema capitalista. Este enfoque é dado pelos autores que vão mostrar que o processo de

modernização da agricultura brasileira - acelerado nos anos 70⁹, - no seu sentido mais amplo teria levado a uma maior subordinação do produtor familiar ao capital, mesmo que o resultado final não tenha sido o mesmo para todos, ou seja, enquanto alguns sofreram um processo de diferenciação - onde poucos se modernizavam -, outros caminhavam em direção a um processo de decomposição ou proletarianização, outros ainda seguiram o caminho da capitalização, tudo isso dependendo das particularidades com que foi redefinida sua articulação com o capital.

Para SORJ (1980), as transformações que ocorrem diante dessa nova realidade do campo - penetração crescente do capital no processo produtivo - levaram a uma *"diferenciação constante das características dos diferentes tipos de empresas agrícolas"*. Ou seja, grande parte dos latifúndios passariam a ser modernas empresas capitalistas, diferenciando-se dos latifúndios tradicionais baseados na exploração da renda dos pequenos produtores. Quanto a esses últimos - pequenos produtores familiares -, ou se integram às Agroindústrias, criando uma camada de produtores capitalizados, ou aqueles que não se integram acabam se marginalizando. (SORJ, 1980:12)

Diante disso, podemos afirmar que o processo crescente de penetração do capital na base do processo produtivo agrícola determina uma transformação constante na estrutura de classes do agro brasileiro. À luz dessas transformações, onde percebe-se uma subordinação da agricultura aos complexos agro-industriais e a outros tipos de capitais, alguns autores fazem uma reinterpretação do desenvolvimento agrícola. Nesse momento, passa a existir também um reconhecimento do pequeno produtor capitalizado e o conceito de proletarianização passa por uma redefinição, onde esse processo se dá quando há separação do produtor direto dos seus meios de produção.

Dentre os trabalhos que vão nessa direção podemos citar o de WANDERLEY (1985) que, inspirada em colocações da literatura sociológica europeia, propõe que a presença do pequeno produtor/trabalhador rural seja vista como o resultado da eliminação de uma forma particular de produção camponesa e reprodução de um *"trabalhador para o capital"*, diferente do proletariado, mas, assim como este, agente e portador de força de trabalho.

⁹ Não faremos aqui uma revisão das avaliações do impacto da modernização no agro brasileiro, interessa destacar que a sistematização desses impactos foi feita por vários autores, sendo que o caminho traçado foi em relação à articulação do produtor familiar com os setores capitalistas, pois a modernização representa para o produtor familiar muito mais uma imposição do que uma conquista. Mas dentre os fatores que impulsionaram esse processo está a política governamental de crédito rural subsidiado, que tornou-se a condição necessária para este processo. Algumas regiões foram mais beneficiadas do que outras nesta política - a região Centro-Sul muito mais que a região Norte-Nordeste - o que revelou os produtos "modernos" reduzindo os custos de produção e paralelamente contribuiu para piorar a rentabilidade dos produtos tradicionais. Essa política privilegiou os grandes produtores em detrimento dos pequenos, significando uma aceleração da concentração fundiária, a proletarianização de muitos trabalhadores rurais, o êxodo rural, etc.

A hipótese da autora citada é que a expropriação da força de trabalho não se realiza somente pelo processo de proletarização, onde há uma separação do produtor direto de seus meios de produção, mas sob outras formas, *que redefinem o conceito - e a realidade - da propriedade das condições objetivas do trabalho*, ou seja, na capacidade do capital de estabelecer o controle direto sobre o processo de produção, onde o controle jurídico e formal permanece com o produtor. (WANDERLEY, 1985:38). Segundo WANDERLEY (1985), uma transformação qualitativa do camponês ocorre quando ele passa a ocupar esse espaço criado pelo próprio capital, o que tornaria inadequados os conceitos de *pré* ou *não capitalista* para apreender a realidade das relações sociais a que está submetido o produtor familiar/trabalhador rural.

Outros autores deram ênfase ao fato de que a reprodução ampliada do capital na agricultura estaria realizando - tanto mediante expropriação do produtor direto quanto através de dominação do capital sobre processos de trabalho - uma reprodução subordinada do campesinato. Dentre os que seguiram essa linha, destacamos os trabalhos de Afrânio GARCIA JR (1983), Otávio Guilherme VELHO (1976) e José Vicente Tavares dos SANTOS (1984).

Em seu trabalho sobre os foreiros da Zona da Mata pernambucana, GARCIA JR (1983) procurou fazer uma análise da estrutura interna do funcionamento e do movimento da economia da produção baseada no trabalho familiar, analisando a partir das práticas e concepções dos próprios camponeses, o trabalho e modo de vida o movimento da economia destes pequenos produtores, em particular as determinações do trabalho familiar.

Para o autor, esse tipo de produção apresenta uma especificidade onde a unidade de produção e a de consumo são constituídas por regras de parentesco e pelo caráter familiar do trabalho. Essa especificidade é que justifica a consideração do campesinato enquanto um *modo de produção subordinado, que pode se articular com vários outros modos de produção, ou que se insere em formações sociais diferenciadas, cujo movimento é dado por outro modo de produção dito dominante*. (GARCIA JR., 1983:16). Assim, Afrânio Garcia Jr critica a possibilidade do processo de proletarização se constituir como um caminho ao qual todo o “campesinato” estaria fadado. Não obstante, com o desenvolvimento do capitalismo, o campesinato poderá não caminhar linearmente neste sentido rumo à proletarização.

Também Velho (1976) admite que o campesinato não desaparece diante do sistema capitalista; ao contrário, existe uma convivência de um campesinato com um *‘capitalismo autoritário’*, *“onde quer que preexista uma base camponesa, ela não é destruída pelo desenvolvimento do*

capitalismo (a não ser em parte) mas é mantida como uma forma subordinada de produção e a acumulação primitiva prossegue às suas custas.” (VELHO, 1976:49) . O campesinato é, do seu ponto de vista, um modo de produção subordinado. Para este autor, o conceito de subordinação é o elemento central para definir o campesinato. Segundo VELHO, no "capitalismo autoritário", o campesinato não é destruído e nem transformado, mas se mantém subordinado, *"continuando a extrair de várias formas um excedente dele ao mesmo tempo que controlando a acumulação da sua própria camada superior. O campesinato não é destruído, mas é como que "confinado" aos limites de um espaço social dado"*. (VELHO, 1976). Ainda segundo Velho,

"se aceitamos a possibilidade de ver o campesinato constituindo um modo de produção, e dizemos que não desaparece com o advento do capitalismo autoritário, a sua subordinação segue-se como uma consequência teórica natural, ao mesmo tempo resolvendo a possível objeção a considerar esse modo de produção como tal pelo fato de 'isolado' não se reproduzir a si mesmo. É a própria subordinação que garante a sua reprodução".(VELHO, 1976:51)

Seguindo essa linha de pensamento, o trabalho de SANTOS (1984) sobre os produtores de uva no Rio Grande do Sul, integrados às agroindústrias processadoras, foi de suma importância. A análise feita pelo autor parte da conceituação de trabalho camponês e da sua subordinação formal ao capital, e sua tese está baseada na afirmação de que o processo de trabalho do camponês não é destruído pelo capitalismo - assim como VELHO -, e também que o capital exerce um tipo de "subordinação formal" do processo de trabalho camponês.

SANTOS (1984) demonstra que o trabalho camponês está subordinado formalmente ao capital na medida em que o capital estabelece um conjunto de determinações sobre o processo de trabalho camponês, sem chegar a expropriá-lo totalmente. Ou seja, de um lado, o capital subordina o processo de trabalho camponês da forma que ele é, mantendo a singularidade desse camponês: a propriedade da terra e dos meios de produção; a utilização da força de trabalho familiar; o baixo nível de mecanização; a produção direta de meios de vida e a produção simples de mercadorias. De outro, o capital impõe suas determinações ao processo de trabalho camponês à medida que *converte a terra em equivalente de mercadoria*, coagindo o camponês a comprá-la; transformando as regiões camponesas em viveiro de força de trabalho; levando os camponeses a produzir alimentos e matérias-primas para outros setores, estabelecendo uma produção de valor de troca; efetivando a exploração do

valor gerado pelo camponês, provocando aumento da jornada de trabalho da família camponesa; efetuando controle parcial do processo produtivo camponês; induzindo o camponês a uma dependência ao capital financeiro que viabiliza a reposição dos meios de produção; e, finalmente, produzindo a pauperização relativa das famílias camponesas. (SANTOS, 1984:125-133)

Neste caso específico, a subordinação interfere no processo de trabalho do camponês em vários níveis. Ao mesmo tempo, o camponês, **mantém a autonomia do processo de trabalho**, ficando na condição de trabalhador independente mesmo que subordinado formalmente ao capital. Tem-se na produção camponesa, segundo SANTOS, *um processo de trabalho não especificamente capitalista, pois nele não se realizam todas as condições fundamentais da relação social de produção capitalista(...)*. (SANTOS, 1984:171).

O conjunto desses trabalhos mostrava que a reprodução ampliada do capital na agricultura brasileira se realizava simultaneamente pela expropriação do produtor direto, transformando-o em um trabalhador para o capital, e pela reprodução de relações não-capitalistas resultantes do próprio movimento de expansão do capital. Onde essas relações não-capitalistas seriam o recurso - em determinadas condições históricas - para garantir a expansão do próprio capital. A permanência da produção familiar, nesse sentido, representa uma forma recriada pelo capitalismo para manter-se e até mesmo expandir-se.

1.4 - A Funcionalidade da Produção Familiar no Capitalismo:

Pode-se dizer que, de modo geral, as discussões sobre as relações de produção com base na força de trabalho familiar tentam mostrar que é a dinâmica do capital, e não a dinâmica de transição de um modo de produção para outro, que direciona as transformações da agricultura. Com isso claro, um novo eixo de discussões vem à tona, pois, se a produção familiar sofre o processo de subordinação ao capital, qual seria o seu papel no sistema capitalista? É evidente que esta questão não é tão simples assim, isto porque vamos nos defrontar com a tese de que a estrutura agrária brasileira representa um simples obstáculo ao desenvolvimento econômico, e que as formas "arcaicas" ou "tradicionalistas" de produção - das quais estariam a produção familiar - seriam um "entrave" ao desenvolvimento do capitalismo. A produção familiar deve então ser analisada com o intuito de verificar se ela é funcional ou não quando inserida na dinâmica do sistema produtivo capitalista.

Criou-se assim, um debate a respeito do relacionamento da produção familiar com o processo de acumulação, principalmente devido ao argumento de que a primeira teria um papel relevante no rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho urbana, pelo barateamento da produção de alimentos. Nesse contexto encontra-se a polêmica da "funcionalidade" da unidade de produção familiar.

Assim, ao ressaltar a importância da pequena produção familiar, esses autores procuraram demonstrar algumas vantagens em termos de preço da produção camponesa em relação à produção capitalista. Os preços seriam um fator que garantiria sua funcionalidade na dinâmica da acumulação de capital, isso na medida em que contribuiria para baratear a força de trabalho, reduzindo os custos de atividades não-agrícolas pelo fornecimento de produtos agrícolas - alimentos e matérias-primas - para o setor urbano/industrial com baixos preços.

A teorização da "funcionalidade" da pequena produção parte basicamente de uma crítica ao dualismo estrutural afirmando a existência de relações funcionais entre as formas de agricultura "atrasada" ou "não-capitalistas" e a acumulação capitalista, ou seja, a idéia de uma complementariedade entre essas duas formas. Parte-se da idéia de que a primeira seria funcional à acumulação de capital tanto na cidade como no campo, na medida em que ela reduziria os custos da força de trabalho e ofereceria alimentos a baixos preços, permitindo maior lucratividade e uma acumulação mais rápida.

A relação recíproca entre o camponês e o capitalista neste processo de permanência ou de proletarianização é dominada pelo último, que se beneficia de um modo de produção não capitalista que necessariamente não obedece a uma lógica do mercado. Nesses termos, a produção familiar garantiria a reprodução ampliada da força de trabalho, que se torna um exército de reserva para as eventuais necessidades do sistema. Sem falar do custo dado ao produto da produção familiar, que chega ao mercado com um valor baixo, pois, representa apenas o custo de reprodução da força de trabalho familiar envolvida no seu processo produtivo.

OLIVEIRA (1972) num trabalho sobre a economia brasileira, comprova que, no caso do Brasil, no período pós-30, a expansão do capitalismo dá-se mediante a introdução de relações novas no arcaico e a reprodução de relações arcaicas no novo, o que, conforme o autor, seria uma maneira de compatibilizar o processo de acumulação, já que o primeiro movimento acarretaria a liberalização de força de trabalho, a qual iria alimentar a acumulação industrial urbana, enquanto o segundo preservaria o potencial de acumulação voltado exclusivamente para a expansão do próprio novo.

Segundo OLIVEIRA, tudo isso porque a manutenção desse tipo de atividade organizada sob moldes não-capitalistas constituir-se-ia em uma forma de sustentação dos setores capitalistas considerados estratégicos e, em última análise, do próprio sistema. (OLIVEIRA, 1972:32)

A perspectiva da funcionalidade sustenta-se, portanto, na suposição de que esse tipo de agricultura "não-capitalista", "atrasada", opera a custos menores que a agricultura capitalista, e mais, supõe que as primeiras tenham um papel de reduzir o custo da reprodução da força de trabalho, na medida em que boa parte das necessidades da população da força de trabalho engajada na produção capitalista possa ser suprida por bens e serviços produzidos a custos mínimos na pequena produção mercantil. Assim, ao produzirem a custos menores do que nas empresas capitalistas, as pequenas unidades de produção estariam cumprindo sua função de barateamento dos produtos e, em consequência, contribuiriam para o rebaixamento dos salários dos trabalhadores engajados na produção capitalista. (OLIVEIRA,1972:31)

Outro argumento utilizado é que a diferença entre o tempo de trabalho e o tempo de produção seria um fator significativo nessa funcionalidade. Alguns autores acreditam que o espaço da pequena produção familiar estaria privilegiado por ter ela uma maior autodeterminação no trabalho, ou seja, não precisa desembolsar efetivo do custo da mão-de-obra.

Muitas foram as críticas dirigidas à tese da funcionalidade da pequena produção com relação ao capital urbano ou com relação às grandes propriedades agrícolas. Entre os autores que podemos destacar estão: SILVA (1977), SORJ (1980), SANDRONI (1980) e DAL ROSSO(1980).

Aqui citaremos apenas dois desses estudos que não concordam com o argumento exposto acima sobre a "funcionalidade" da pequena produção: o de DAL ROSSO et al. (1980) e SANDRONI (1980), que procuram mostrar em seus estudos que a concorrência dos produtos capitalistas é extremamente desfavorável à produção mercantil simples, obrigando-a freqüentemente a rebaixar os preços de seus produtos no mercado.

Segundo DAL ROSSO et al.(1980), na pequena produção, devido à necessidade de maior tempo de trabalho social para produzir qualquer produto, é lógico que esse produto de tipo artesanal deveria possuir um valor de troca mais elevado que o de tipo capitalista. No entanto, isso não ocorre porque os produtos da agricultura artesanal não provêm de uma alta produtividade do trabalho, mas de uma sub-remuneração do trabalho, sendo assim não é traduzido na forma de valor. Isso, por sua vez, não faz com que os preços dos produtos artesanais cheguem mais baixos ao mercado do setor urbano. Ao contrário, a cadeia de exploração do capital comercial sobre os pequenos produtores é que

se apropriada de boa parte do excedente gerado. Além disso a produção familiar precisa repor custos de sobrevivência na forma de capital constante, aquilo que Goldman et al. (1985) chamam de tecnificação ou capitalização, que se diferencia de acumulação de capital.

Outra crítica feita à tese da "funcionalidade" da produção familiar é a de Sandroni (1980). Para este autor, as interpretações sobre a natureza da articulação entre as duas formas - a capitalista e a não capitalista, negando a separação no desenvolvimento das mesmas (característica da concepção dualista), não são satisfatórias, e estão equivocadas em alguns pontos. Do ponto de vista histórico, o autor argumenta que a *"pequena produção mercantil antecede a produção propriamente capitalista, e não a substitui no abastecimento do mercado interno de gêneros alimentícios e algumas matérias-primas. Portanto, não se pode comparar o desempenho de uma produção que já estava constituída (camponesa) com uma forma que ainda não se constituiu ou apenas começa a fazê-lo, como a capitalista"*. (SANDRONI, 1980: 46) (grifos do autor).

Se a produção camponesa coexistisse com a produção capitalista, essa última não teria condições de competir com a primeira, pois seria responsável pelos preços mais elevados, mas se a produção capitalista oferecesse preços mais baixos esta logo "desalojaria" a produção camponesa, barateando o preço para o consumidor final. Para SANDRONI (1980), se de fato a pequena produção mercantil opera com custos mais baixos e com uma rentabilidade maior que a produção capitalista - argumento utilizado pelos adeptos da tese da funcionalidade - *como se explica o fato da produção capitalista tenha se constituído nesse tipo de produção? E como se explica que esta última venha desalojando continuamente (embora não de forma linear) a pequena produção mercantil e aparentemente vencendo a competição entre as duas?* (SANDRONI, 1980:47).

Do ponto de vista teórico, SANDRONI (1980) discorda da tese da "funcionalidade" da pequena produção através de preços de seus produtos - assim como DAL ROSSO et al., pois, de um lado, os preços agrícolas devem ser vistos da ótica do lucro - quando referido à empresas capitalistas - e sob a ótica do valor, quando referidos à pequena produção familiar; de outro lado a importância do capital comercial na formação dos preços agrícolas deve ser considerada. SANDRONI (1980) questiona que, se existisse uma funcionalidade da pequena produção mercantil ao capital produtivo, existiriam políticas agrárias de amparo ou pelo menos de manutenção a esses produtores, o que não ocorre no Brasil.

Para SANDRONI (1980), a "inclusão" da pequena produção mercantil no capital é muito acentuada, pois todos os elementos que são incorporados ao processo produtivo dessas unidades

tendem a ter seus custos transferidos para os preços. Assim, mesmo que esta produção seja realizada com base no trabalho familiar, não poderia ser atribuído a ela alguma "funcionalidade" no estilo da produção mercantil-camponesa. Segundo o autor, esta última consegue vender seus produtos por um preço inferior a seus custos de produção, pois estes são constituídos fundamentalmente de trabalho vivo e aproveitamento dos recursos naturais disponíveis(...). (SANDRONI, 1980: 46-47)

De todo modo, seja porque o custo de reprodução da força de trabalho de toda a produção capitalista, aí incluído o ramo da produção agrícola, encontra-se relacionado ao padrão industrial de consumo, seja porque o nível dos salários urbanos é o fator determinante dos ganhos da produção mercantil simples na agricultura, o fato de que a produção de subsistência permite comprimir os custos de reprodução de parcelas da força de trabalho agrícola não significa que origine um rebaixamento geral do valor dos meios de consumo necessários a essa reprodução.

1.5 - O Sentido Econômico e Social da Produção Familiar

Até o momento podemos dizer que as críticas ao dualismo não conseguiram dar conta inteiramente do que se passava na agricultura. Ao enfatizar a "funcionalidade" da pequena produção familiar, verificamos que não se deu atenção suficiente ao novo padrão de desenvolvimento pelo qual passava o campo, assim como nas críticas à tese da "funcionalidade" da pequena produção, que não tiveram qualquer dificuldade em mostrar que esses estabelecimentos menores (tanto em área como em valor da produção) tinham importância econômica irrisória. Diante desse novo processo de desenvolvimento pelo qual o campo estava passando, a produção familiar continuava presente, é claro que as novas condições técnicas e de produtividade do trabalho, que vieram no pacote da modernização, não estavam atingindo a todos os segmentos agrícolas da mesma forma, mas verificava-se de fato a permanência da produção familiar, seja ela subordinada ao capital, seja ela caminhando no sentido inverso à proletarianização.

Podemos verificar que o processo de modernização agrícola das últimas décadas criou uma série de problemas sociais perversos, dentre eles os conflitos pela posse da terra e os antagonismos entre diferentes tipos de capital - essa é a parte mais visível desse processo contraditório -, ao mesmo tempo que a inserção da unidade de produção familiar no processo de desenvolvimento agrícola

brasileiro tem-se intensificado diante das novas mudanças. Verifica-se, com o desenvolvimento desse processo, um aprofundamento das relações de produção capitalista no interior do setor rural; pode-se dizer que esse processo contribui para a expansão e o aprofundamento de diferentes processos que conduzem à proletarização da força de trabalho rural, todavia essa direção - rumo à proletarização - não é exclusiva, isso implica na afirmação de que a presença do capital no processo de modernização e industrialização da agricultura não é sinônimo de expropriação do conjunto de produtores presentes no campo. Isso se explica pelo fato do desenvolvimento capitalista da agricultura apresentar um caráter particular, fruto - entre outras coisas - das limitações impostas pela natureza¹⁰.

Partindo desse ponto de vista, podemos admitir que a consolidação do desenvolvimento capitalista na agricultura não eliminou a unidade de produção familiar, ao contrário, propiciou a intensificação do seu processo de diferenciação. Um exemplo é o surgimento de um segmento da produção familiar que - devido à modernização agrícola - se constitui ou se transforma em uma "empresa capitalista" embora continue organizando sua produção em torno do trabalho familiar, essa passa a participar do processo de reprodução do capital.

Neste contexto, a procura por uma nova agricultura levou vários autores a analisar o lugar da agricultura familiar no processo de modernização, colocando no bojo das discussões a forma com que a agricultura familiar foi afetada pelo processo de modernização - é preciso enfatizar alguns aspectos. O primeiro diz respeito ao perfil tecnológico desse processo, que foi amplamente discutido por vários autores, entre eles GRAZIANO DA SILVA et. all. (1983). Segundo o autor, o padrão tecnológico adotado e difundido não foi adequado às necessidades da agricultura familiar, porque as próprias características estruturais da agricultura familiar não se adequam ao padrão tecnológico disponível. Isso porque o acesso à moderna tecnologia é limitado pela disponibilidade de terras, pelas próprias condições dessas, pelo fato de se ter que desenvolver várias culturas, pela insuficiência de recursos para investimento e por necessitar de mão-de-obra em maior número. Dentre essas, algumas razões econômicas como o fato de não terem sido criadas tecnologias que pudessem adaptar-se a pequenas escalas de produção, e também razões políticas como a inexistência de mecanismos que viabilizassem o amplo acesso à modernização e aos seus benefícios por parte dos agricultores familiares. Além disso, o crédito, a pesquisa e a extensão rural também foram direcionados para os grandes produtores.

¹⁰ Estamos nos referindo a discussão feita por Wilkinson no texto "Das lavouras a biotecnologia", onde o autor demonstra que mesmo a tecnologia estando presente em várias fases do processo produtivo, existem algumas que esta não consegue substituir, como o tempo de crescimento de certas culturas, etc.

Entretanto não se pode ignorar aqueles produtores familiares que, por vários motivos - integração com agroindústrias, concorrência, e mecanismos de financiamentos, - conseguiram participar desse processo de modernização.

Um exemplo da diferenciação que o processo de modernização da agricultura acarretou pode ser visto na pesquisa coordenada por LAMARCHE (1993): a comparação feita, na parte brasileira, mostra que os produtores de Ijuí (RS) que passaram por um processo de modernização da produção mais intenso, não é o que apresenta os melhores resultados econômicos e sociais, sendo superado pelos produtores de Leme (SP) onde a modernização tecnológica não foi tão forte.

Assim, a capacidade de competição da agricultura familiar no mercado capitalista é um outro aspecto que deve ser considerado. MOREIRA (1995) refere-se à agricultura familiar enquanto uma "forma social já constituída, e portanto já integrada e sujeita à lógica competitiva desta integração". O autor enfoca a sociabilidade mercantil das formas sociais da agricultura familiar na competição intercapitalista. Segundo o autor, dado o caráter concentrado da propriedade de terras e dos mercados no Brasil, a agricultura familiar - tradicionalmente subordinada - encontra-se num contexto de modernização que implica na monetarização crescente das relações, ao mesmo tempo em que é exposta a uma rede cada vez maior de interrelações, o que faz com que sua capacidade de resistir à exploração diminua.

Outro aspecto a ser ressaltado em relação à capacidade de reprodução da agricultura familiar diz respeito ao processo de valorização da terra que acompanha a modernização. A terra, transformada em ativo financeiro passa a ser objeto de especulação, aumentando as dificuldades dos agricultores familiares para adquiri-las. Esse fato contribuiu para a expulsão de moradores, parceiros e meeiros para áreas de fronteiras e também contribuiu para que alguns membros da família desses produtores fossem à procura de trabalho temporário para que pudessem complementar sua renda, dada a impossibilidade de ampliar suas áreas para produzir.

Nesse contexto, a luta pela terra passa a ser uma estratégia desses agricultores para assegurar sua reprodução. Os produtores familiares brasileiros concentram seus esforços em torno do acesso à terra, sendo a compra o seu principal objetivo. De um lado, as unidades de produção que são vistas enquanto capitalizadas entram na luta pela terra por ser o tamanho da propriedade um dos fatores que influenciam na aquisição do crédito rural financiado pelo governo federal, garantindo seu espaço no mercado. De outro, estão os pequenos produtores que lutam pela terra para garantir a reprodução da sua unidade de produção, ou seja, tentam adquirir novas terras para garantir o futuro da família. Na

maior parte dos casos, esse desejo esbarra em alguns obstáculos, primeiro a terra é muito cara e segundo esses agricultores não possuem recursos suficientes para comprá-las.

O processo de valorização de terras não se dá somente com terras produtivas, mas também com a valorização das terras improdutivas, que acabam funcionando como reserva de valor, abrindo a possibilidade de uso bastante flexível para os que mantêm um estoque privado de terras¹¹. Segundo MOREIRA (1995), essa flexibilidade envolve não só a possibilidade de se produzir diversas mercadorias, mas principalmente, "uma flexibilidade de utilização não propriamente agrícola, tais como: usos urbanos, mineração, energia elétrica, lazer, turismo e, futuramente, recursos da biodiversidade". (p.11)

Diante desses aspectos que demonstram de que forma a agricultura familiar foi afetada pelo processo de modernização, podemos verificar que este setor sofreu, um profundo processo de diferenciação social. De um lado uma parte desses produtores, por serem expropriados, acabou fazendo parte da massa de assalariados permanentes ou temporários rurais e urbanos. De outro, os que mantiveram seus meios de produção desenvolveram-se basicamente em três direções: alguns acabaram integrando-se às agroindústrias e cooperativas; outros recorreram à pluriatividade, ou seja, à combinação do trabalho familiar na agricultura com outras atividades; e ainda, outros conseguiram tecnificar-se e especializar-se, passando a competir no mercado e também a sujeitar-se diretamente aos mercados monopolizados.

Grande parte dos autores considera que, em todos os casos, a subordinação está presente, levando a uma dificuldade de reprodução desses agricultores familiares. Devido a esses fatores, os agricultores passam a desenvolver e diversificar suas estratégias de sobrevivência, criando em consequência uma diversidade dentro do meio rural. Partindo desse ponto de vista, alguns autores argumentam que o espaço da agricultura familiar dificilmente deixará de ser o espaço da subordinação. Segundo MOREIRA (1995), no caso da agricultura familiar já existente, "o espaço que se abre é o de uma diferenciação social interna: que ao mesmo tempo que integra alguns, exclui outros".(p.15)

Assim, podemos afirmar que, nesses termos, a produção familiar não representa algo residual, necessariamente atrasado e que tende a desaparecer com o capitalismo. Para tanto é necessário perceber a produção familiar como uma forma de organizar a produção que se reproduz no interior de

¹¹ Ver MOREIRA, 1981.

modos de produção diversos. (Wanderley, 1998, 35) Portanto sua reprodução social está intimamente inserida no processo global de reprodução do capital, cujas formas concretas têm, sabidamente, um caráter heterogêneo.

A maior parte dos trabalhos que buscam quantificar e qualificar a agricultura familiar, bem como aqueles que procuram demonstrar a heterogeneidade presente no interior desta forma social de produção, parte de análises estatísticas baseadas em dados censitários, onde estabelecem-se critérios de caráter estatísticos para obter uma "imagem" da estratificação social de um determinado universo analisado. O que podemos observar até então, é que existe uma certa arbitrariedade presente nessas análises, isto porque tudo depende do critério que se toma para formar as categorias que vão compor os grupos diferenciados.

Independente dos objetivos propostos nos diversos trabalhos já realizados, verifica-se que o ponto de partida para a análise em geral parte de uma primeira distinção dos produtores em duas grandes formas de organização da produção: a patronal (ou capitalista) e a familiar. A distinção entre ambas passa por variáveis que refletem as relações sociais de produção: trabalho, gestão e propriedade. Mas essa divisão em duas grandes categorias pode variar muito dependendo da ênfase dada pelos autores nos diferentes critérios. Assim, é possível verificar uma disparidade dos resultados obtidos em vários trabalhos, por exemplo os trabalhos de Kageyama & Bergamasco (1989/90), Veiga (1995), Abramovay et al. (1996) e da FAO (1996), que mostram bem essa variação.

No entanto, essa não é a única forma de realizar a classificação de unidades de produção, outros trabalhos recentes apontam para uma outra direção, na qual é a definição de critérios de diferenciação interna ao universo da agricultura familiar que vai mostrar as categorias básicas presentes neste universo. No caso deste tipo de pesquisa, alguns autores utilizam a variável nível de renda como ponto de partida para entender as dinâmicas de inserção e os potenciais dos diferentes setores sociais e não um critério definitivo para classificar os agricultores. (Abramovay - *Juventude e agricultura familiar*, p.24).

Tanto de um jeito quanto de outro, definem-se critérios, variáveis e consegue-se estabelecer diferentes categorias sociais no interior de um universo determinado. Quando se pensa em tipos extremos como familiar e patronal, a diferenciação aparece de forma muito nítida, mas quando diz respeito às categorias intermediárias que estão presentes no campo, e principalmente os que podem ou não ser caracterizados como produtores familiares, a questão torna-se controversa. Portanto, temos

aqui uma diversidade de opiniões no que diz respeito aos critérios utilizados para delimitar o que podemos chamar de "agricultura familiar".

Diante desse contexto, a pesquisa de KAGEYAMA e BERGAMASCO (1989/90) mostra que esse processo de modernização e industrialização da agricultura brasileira provocou transformações profundas na estrutura social da produção no campo. As autoras, ao classificarem as unidades produtivas através de uma variável base - composição da força de trabalho utilizada nos estabelecimentos, diferenciando entre trabalho familiar e trabalho contratado - e dois outros critérios (área total e utilização de tratores), fizeram uma estimativa com base nas *relações de trabalho, tamanho da propriedade, e aporte tecnológico* realizando uma estruturação das unidades produtivas em quatro categorias básicas que resultaram depois em oito categorias finais, demonstrando a heterogeneidade desses grupos. Dessa forma, foi feita uma caracterização dessas unidades produtivas e uma avaliação da importância dessas categorias na produção agrícola nacional.

A tipologia elaborada pelas autoras partiu da identificação das "Empresas Não-Familiares" , que utilizam o trabalho familiar apenas na condução administrativa dos empreendimentos. Estes vêm a formar o conjunto patronal da produção agropecuária. Já a agricultura familiar ficou subdividida em outras três categorias: os " Familiares Puros" , que, inversamente, utilizam apenas trabalho familiar na produção e gestão das atividades. Entre estas duas categorias, distinguiram mais dois grupos " Familiares" : os que utilizam trabalho assalariado temporário e os que utilizam trabalhadores assalariados permanentes, independente se utilizam ou não temporários.

Através dos dados censitários as autoras identificaram que dos 5,2 milhões de estabelecimentos agropecuários recenseados, 3,7 milhões ocupavam mão-de-obra familiar. Esses estabelecimentos familiares ocupavam mais de 150 milhões de hectares, ou seja, 42,3% da área total e neles estavam 74% das pessoas ocupadas na agricultura brasileira. (KAGEYAMA E BERGAMASCO, 1989/90:62) Com base nesses dados pode-se dizer que a agricultura familiar era responsável por mais de 70% dos estabelecimentos agrícolas no Brasil, isso demonstra que esse grupo de agricultores que possuía um espaço "restrito", passou a desenvolver estratégias familiares para sua manutenção, diante da necessidade de adaptar-se a um novo contexto sócio-econômico, ao mesmo tempo que passou por significativas transformações em relação à sua forma de produzir e em sua vida social.

Segundo KAGEYAMA E BERGAMASCO (1989/90), não se deve considerar a produção familiar como um segmento autônomo, com uma racionalidade econômica própria diferente daquela

que está presente na economia capitalista. *A particularidade dessas unidades produtivas em relação ao restante da agricultura capitalista, está na sua dependência - em maior ou menor grau - do trabalho direto dos membros da família proprietária dos meios de produção.* Sua racionalidade econômica é, assim como na "empresa capitalista", a busca de um excedente da produção, o que não impede que esses produtores se insiram no sistema produtivo e nos mercados capitalistas. (p.62)

Outra tentativa de mostrar a heterogeneidade da produção familiar foi o relatório da FAO(1996) que parte igualmente da separação entre agricultura patronal e agricultura familiar, reeditando uma dimensão política presente nos debates sobre a segurança alimentar, entre outros. A agricultura patronal é caracterizada pela predominância do assalariamento e pela separação clara entre gerenciamento e trabalho. A agricultura familiar é uma forma de organização da produção caracterizada por utilizar predominantemente mão-de-obra familiar (isso não quer dizer que não possa também utilizar assalariados); por apresentar uma íntima relação entre gestão e trabalho, ou seja, na agricultura familiar é a própria família que gerencia e também participa de todas as tarefas da propriedade; e pela segurança alimentar, ou seja, no processo decisório no interior da unidade produtiva, consideram-se não somente os fatores de mercado e de rentabilidade, mas também os objetivos e necessidades da família.

A agricultura familiar foi classificada em três subgrupos: *agricultura familiar consolidada, agricultura familiar em transição e agricultura familiar periférica* (ou sub-familiar). A distribuição e quantificação destes setores, estão também sujeitas a restrições metodológicas das quais falaremos mais adiante.

As tipologias procuram organizar a massa de informação empírica com a finalidade de nortear a adoção de políticas públicas para o campo. O relatório sugere a formulação de políticas públicas diferenciadas e adequadas às especificidades de cada um destes segmentos da agricultura familiar. Para a categoria transitória, o grande desafio colocado pela FAO é *a criação de instrumentos que gerem novas oportunidades de expansão e/ou reconversão produtiva para o maior número possível de estabelecimentos que se encontram na categoria transitória.* Para a agricultura familiar chamada de periférica, cuja característica principal é a carência completa de recursos fundiários, a FAO recomenda além do estímulo à geração de empregos preferencialmente na agricultura familiar consolidada, a implementação de assentamentos de reforma agrária e outras políticas de acesso à terra.

Os assentamentos permitiriam uma primeira transição, a promoção social e econômica do setor mais empobrecido da população rural brasileira, a passagem da categoria de periférico a uma nova condição, transitória, para a consolidação num patamar moderno, eficiente, dinâmico. A sua transformação num setor economicamente consolidado ou seu retorno a situação anterior irá depender de diversos fatores econômicos, sócio-culturais e institucionais.

O trabalho de ABRAMOVAY et al. (1995) destaca-se, juntamente como o de Kageyama e Bergamasco (1989/90), na tentativa de avaliar o peso econômico e social da produção familiar no Estado de São Paulo. O objetivo destes autores foi de quantificar os volumes de trabalho familiar e contratado - em termos de tempo - e assim avaliar o peso social, econômico e territorial daqueles imóveis que se apóiam exclusiva ou principalmente nos laços familiares como base da organização do trabalho. Para analisar os dados coletados, ABRAMOVAY et al. (1995) também classificaram os estabelecimentos rurais a partir de suas *relações de trabalho*, com a formulação de quatro categorias de produtores, tendo em vista a proporção do trabalho familiar frente à contratação de trabalho assalariado para o desenvolvimento das atividades produtivas. Assim, uma primeira categoria seria composta por aqueles que realizam sua produção sem qualquer utilização de trabalho familiar, atuando somente com trabalho assalariado - ou seja, um estabelecimento tipicamente patronal. Em seu oposto, temos outra categoria fundamentada exclusivamente no trabalho familiar, sem qualquer utilização de trabalho assalariado; uma terceira categoria seria formada pelos que chegam a usar trabalho assalariado, mas em quantidade inferior ao volume de trabalho familiar; e a última categoria composta pelos agricultores que também usam trabalho assalariado, mas em quantidade superior ao trabalho familiar.

Esta estratificação não fornece dados para compreender a dinâmica de cada categoria como, por exemplo, as técnicas empregadas de forma dominante por cada uma, a renda familiar total e o uso de trabalho fora do imóvel agrícola (pluriatividade).

A classificação tipológica fundamentada nas *relações de trabalho* e a metodologia para mensuração da importância econômica de cada segmento "familiar" com base no *valor da produção*, aproximam as pesquisas realizadas por KAGEYAMA & BERGAMASCO e a de ABRAMOVAY et al., mesmo que os resultados numéricos destas pesquisas sejam algo divergente.

Considerando os limites de ambas as classificações, para que estas fossem mais amplas seria necessário um trabalho que incorporasse o que está ausente em ambas, ou seja, informações referentes à própria família e à maneira como esta se relaciona com a unidade produtiva. Dentre as variáveis

necessárias ao preenchimento das lacunas deixadas pelos dois trabalhos estariam: cálculo rigoroso do valor da produção e da renda dos segmentos da agricultura familiar, bem como outras variáveis produtivas, comerciais e organizacionais relevantes para o setor.

Num trabalho chamado "**Delimitando a Agricultura Familiar**" (1995), José Eli VEIGA, tentando complementar as tentativas de classificações e caracterização da agricultura familiar feitas por Bergamasco, Kageyama, Abramovay, Fao/Incra, Dudermel, ASSESOAR, vai basear -se em novas tabulações especiais do Censo Agropecuário de 1985, juntamente com o critério de *níveis de renda*, para realizar uma estratificação dos estabelecimentos agropecuários.

Segundo o autor, nas tabulações especiais, optou-se por um critério que superestimou o conjunto de agricultores patronais. Foram considerados não-patronais aqueles estabelecimentos que não empregavam trabalhadores assalariados permanentes e que também não recorriam a mais de cinco temporários em algum mês. Esta atitude deixou escapar alguns produtores não patronais e acabou por reduzir este universo. No entanto não houve inclusão de fazendas patronais nesse universo.

Depois de delimitado o universo a ser pesquisado, optou-se pela Renda Monetária Bruta do estabelecimento, média em Salários Mínimos (RMB), e este passou a ser o critério básico da estratificação. Tal critério, segundo Veiga, é um bom indicador da verdadeira situação socioeconômica do agricultor, pois por mais que ele garanta um certo autoabastecimento, no estágio de desenvolvimento da sociedade brasileira, é necessário que ele tenha, no mínimo, uma renda monetária.

Os parâmetros de estratificação foram definidos levando em conta a heterogeneidade regional brasileira, sendo mais flexíveis, móveis e mais adaptados à realidade. A opção foi calcular as RMB média e mediana para cada unidade geográfica - das Micro às Grande Regiões - de forma a ter sempre um estrato inferior formado pelos 50% mais pobres; um estrato superior com RMB superior à média; e um estrato intermediário situado entre a mediana e a média. (Veiga, p.132).

Dos resultados obtidos nas análises, as principais contribuições foram:

"(...) 1. Mostrar que uma grande parte do que o Censo classifica como estabelecimentos agropecuários forma, na verdade, uma "franja periférica" ao setor (40% dos estabelecimentos - Nordeste maior proporção). Não se trata sequer de uma categoria que se possa chamar de "produção de baixa renda".

2. *Mostrar que a área não é um bom indicador para distinguir estes estabelecimentos da franja periférica dos estabelecimentos familiares de baixa renda (ou de "transição"), embora possa ser um indicador importante para distinguir estes últimos dos que se encontram em melhor situação econômica (RMB acima da média).*

3. *Servir de referência aos necessários trabalhos de campo de enfoque sistêmico, fornecendo uma primeira aproximação da RMB média e da área média de dois estratos de agricultores familiares (bem como do estrato periférico) para cada Micro Região Geográfica da Federação e cada Grande Região.*

4. *Chamar a atenção para a necessidade de políticas públicas adequada a cada conjunto e subconjunto e, em especial: (a) para a inoperância dos instrumentos de políticas agrícolas no que se refere a franja periférica; (b) para a importância de uma política de apoio diretamente dirigida à agricultura familiar "de transição" .(---)" (VEIGA, 1995, p.)*

Ao analisarmos os trabalhos citados acima e que buscam uma estratificação da estrutura social do agro brasileiro, podemos perceber que, em termos sociológicos, a agricultura familiar - seja qual for a abordagem, da mais administrativa e operacional, à mais teórica, - é um conceito trabalhado e construído através de uma distinção, ou seja, esta forma social de produção é distinta da forma patronal, pois a unidade de produção familiar não se organiza sobre a base da extração e apropriação do trabalho alheio/assalariado. Claro que na agricultura familiar existem trabalhadores assalariados que envolvem outras relações de produção, mas que pode ser assalariado tanto da agricultura familiar como da patronal, no entanto, esse tipo de trabalho aparece em menor medida na agricultura familiar, isto porque **esta supõe que a maior parte do trabalho agrícola seja proveniente da família**, o próprio proprietário dos meios de produção é a principal fonte de trabalho. Aqui encontramos uma das especificidades da produção familiar, qual seja, a apropriação indireta da mais-valia.

Embora estando presente, a mais-valia não é o que move **diretamente** o processo produtivo neste tipo de produção, tal como ocorre na forma de produção agrícola patronal. Isso porque a forma de produção familiar não está baseada no trabalho assalariado, e sim na exploração da força-de-trabalho da própria família, quem trabalha na produção é o proprietário e sua família bem como também é familiar a propriedade dos meios de produção. E além do trabalho da família, para que essa

forma social de produção se reproduza enquanto tal é necessária a preservação e até mesmo a ampliação do seu patrimônio produtivo.

Temos aqui o segundo caráter específico da agricultura familiar: para garantir essa reprodução social, a clássica separação entre o capital e o trabalho não pode existir, ou seja, o rendimento obtido no processo produtivo deve ser indivisível, pois é com esse recurso que o produtor familiar vai prover a unidade de produção dos recursos de que necessita para garantir sua reprodução e também a unidade familiar do fundo de consumo necessário à sua manutenção. Assim o que dá maior especificidade à agricultura familiar, e o que a diferencia da agricultura patronal de caráter exclusivamente capitalista, seria o fato de sua estrutura produtiva associar três elementos essenciais: família, produção e trabalho, este é o tripé que caracteriza a agricultura familiar e essa especificidade vai ter conseqüências fundamentais para a forma como a agricultura familiar age econômica e socialmente.

Portanto, mesmo estando inseridas no processo de reprodução do capital, as especificidades dessa forma de produção não são anuladas, ao contrário, ela se reproduz sobre a base dos princípios gerais de seu funcionamento interno.

Pensar a produção familiar deste ponto de vista nos leva a refletir sobre os espaços e o papel deste tipo de produção não só do ponto de vista econômico, mas também social e político. Daí a necessidade de apreender sociológica e politicamente a produção familiar em sua realidade concreta e imediata, como produtores familiares, como possíveis agentes do progresso.

Até aqui parece haver um certo consenso de que o processo de modernização da agricultura levou a uma diferenciação social no interior da agricultura como um todo, e da agricultura familiar, em particular, e que essa diferenciação teria conseqüentemente levado os produtores familiares a desenvolver estratégias produtivas, fundiárias, familiares, etc, com o objetivo de garantir a sua reprodução social, e mais, que por não possuir uma “racionalidade econômica” própria está assim como o tipo de agricultura patronal inserida na lógica do processo de reprodução do capital, mas seguindo alguns princípios do seu funcionamento interno. Também parece haver um acordo entre os autores no que diz respeito à importância social e econômica desse segmento social, entretanto, no que se refere à forma como esse tipo de produção se mantém e se desenvolve na sociedade contemporânea, parece ser alvo de discordância. Que fatores - internos ou externos - estariam contribuindo para o seu desenvolvimento? Esta é uma questão que tem sido discutida sob duas abordagens teóricas-metodológicas que nos fornecem referência ao estudo da agricultura familiar na atualidade.

Uma primeira, onde existe a tentativa de se conhecer os processos sociais de desenvolvimento de outras sociedades enfatizando o papel da agricultura familiar no desenvolvimento capitalista dos países desenvolvidos e que têm em mente um tipo de produtor familiar mais consolidado, fruto de políticas desenvolvidas pelos governos desses países. Uma segunda abordagem, onde são feitas análises comparativas, seja entre categorias de produtores e situações locais ou regionais dentro do nosso país, seja em comparações internacionais, e que vê a produção familiar tentando se constituir enquanto uma forma autônoma, com base num projeto de vida, tendo como um de seus "tipos" o campesinato, e não somente a agricultura familiar moderna.

No que diz respeito à primeira abordagem teórico-metodológica, utilizaremos os trabalhos de VEIGA (1991) e ABRAMOVAY (1992), para demonstrar como esses enfatizam o papel da agricultura familiar no desenvolvimento capitalista dos países desenvolvidos, rejeitando, portanto, a hipótese da sua tendência ao desaparecimento.

VEIGA (1991), ao fazer uma análise histórica da agricultura nos países desenvolvidos, e conclui que, durante o período de grande impulso do desenvolvimento capitalista - meados de 30 e início de 70 - foi a agricultura familiar que acabou se afirmando nos países desenvolvidos. Para explicar a permanência dessa unidade de produção, VEIGA buscou argumentação no trabalho de Cochrane, que tem seu esquema explicativo popularizado através da imagem do "treadmill"¹². A implementação das inovações tecnológicas desses países é vista num quadro em que o governo introduz uma política de sustentação de preços para garantir alimentos e matérias primas a baixos custos - com relação às formas empresariais - à sociedade abrangente. Assim, VEIGA conclui que um maior número de produtores consegue garantir a obtenção de lucro aumentando a concorrência pela aquisição de ativos fundiários daqueles que não introduziram a inovação em tempo hábil. Isso leva a um aumento do preço da terra, que sobrecarrega os custos da produção, fazendo com que a taxa de lucro do setor agrícola seja menor do que a dos outros setores. Nesse caso o produtor familiar aceita esta situação trocando renda corrente por maior renda futura. Portanto, para VEIGA, a agricultura familiar adiará a rentabilidade corrente - lucro corrente - por uma rentabilidade futura, que seria obtida no momento da venda das terras.

Segundo VEIGA, essa política "pode estabelecer tratamento diferenciado aos vários ramos do setor, engendrando diversos ritmos de sustentação de preços". No caso dos países desenvolvidos, essa

política vem acompanhada de outras políticas viabilizadoras da produção familiar, que vão da pesquisa à organização dos mercados, passando pelas mais diversas formas de assistência técnica, financeira, educacional, habitacional, previdenciária, etc. Num trabalho mais recente, VEIGA (1995) afirma que em todos os países desenvolvidos a modernização da agricultura seguiu uma "via democrática", onde o sistema agrário historicamente constituído se conformou em base de pequenas propriedades apostando nas virtudes da agricultura familiar. E mais, afirma que não há exemplos em que a dita "*via prussiana*" - com elevado grau de concentração de terras e onde a propriedade da terra é um elemento na disputa intercapitalista - tenha "permitido o pleno desenvolvimento de uma nação" (VEIGA, 1995: 129). Nesse último caso, as elites agrárias tornam-se importantes elementos constitutivos da ordem e do poder político, como é o caso do Brasil.

Outro trabalho que procura ressaltar a adaptabilidade da agricultura familiar às exigências do desenvolvimento capitalista é o de ABRAMOVAY (1992). O autor enfatiza, no estudo da estrutura social do desenvolvimento capitalista das nações centrais, que a modernização da agricultura que promoveu altas produtividades e uma importante tecnificação, teve, historicamente, como base, a agricultura familiar e não o uso intensivo de trabalho assalariado. Assim, o autor refutou a idéia de que a agricultura familiar desapareceria porque não estaria apta a incorporar o progresso técnico. Ao contrário, ABRAMOVAY (1992) demonstra que, dentre as características da agricultura familiar contemporânea estão o dinamismo técnico, a capacidade de inovação e uma completa integração aos mercados. Mas como essa agricultura familiar ergue-se como base social do desenvolvimento capitalista? A resposta segundo o autor, é que existem algumas questões de ordem estrutural que contribuíram para esse fato: as políticas estatais e o próprio Estado, através da manutenção da renda agrícola, estabilizando preços dos alimentos através do controle da renda agrícola.

Assim, Abramovay levanta a questão através de um ângulo sociológico de que existe um paradoxo: o setor onde é mais importante a iniciativa individual, que mais se diferencia dos outros por sua estrutura pulverizada, é exatamente aquele cuja reprodução depende, mais do que os outros, da intervenção direta de uma esfera pública em todos os aspectos de sua existência. (Abramovay, 1992, p. 252)

A agricultura familiar funciona nos países capitalistas a partir de critérios públicos, definidos institucionalmente e onde o mercado pesa cada vez menos. E o processo de modernização depende

¹² Segundo Veiga, esse é um sistema desenvolvido para puxar água do poço que utilizava força do andar humano, sem sair

justamente da unidade dessa relação. Portanto, assim como Veiga, Abramovay tenta mostrar que nos países capitalistas a agricultura familiar constitui-se numa criação do Estado, e sua adaptabilidade às diversas condições depende das políticas realizadas por este, e direcionada a esta categoria social.

Quanto à segunda contribuição teórica, a pesquisa coordenada por Hugues LAMARCHE (1993), onde foram realizadas comparações internacionais em cinco países - Brasil, Polônia, Tunísia, Canadá e França - é de grande importância para os estudiosos desse tema e que se interessam por discutir o futuro da agricultura no Brasil, pois um dos objetivos desta pesquisa concentrou-se em precisar o universo da agricultura familiar no que diz respeito aos seus aspectos de diversidade e modos de funcionamento frente às diferentes realidades. Antes de adentrar nos aspectos do funcionamento da agricultura familiar, é importante estabelecer uma definição do que esta vem a ser para Lamarche.

Segundo o autor, *"a exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família"*. (Lamarche, 1993:15) E esta interdependência assegura, em maior ou menor grau, independente do sistema sócio-político e das evoluções históricas, a produção agrícola dos países. Ou seja, é quando essa representa a possibilidade de uma maior inserção numa economia de mercado, ou por permanecerem "arcaicas" e baseadas ainda numa economia de subsistência, ou então por serem a única forma capaz de satisfazer às necessidades essenciais do conjunto da sociedade como um todo, e finalmente mesmo quando excluída de todo desenvolvimento, ou mesmo tolerada quando não eliminada totalmente. (LAMARCHE, 1993:13). Essa variedade de situações particulares demonstra a capacidade de adaptação da exploração familiar e a heterogeneidade desta, pois, a exploração familiar "contém nela mesma toda a diversidade".

Para apreender essa diversidade e compreender o funcionamento da produção familiar, os autores aplicaram uma metodologia de observação sistemática das especificidades da lógica produtiva e da racionalidade sócio-econômica da agricultura familiar. A diversidade entre estas unidades familiares seria compreendida a partir da combinação de variáveis como a *importância do trabalho familiar* na realização da produção, e o *grau de dependência/autonomia* da organização da produção agrícola.

A unidade de produção familiar teria como objetivo a produção, o consumo e a acumulação do patrimônio. Essas três funções atribuí à produção familiar uma forma de produção/reprodução em que cada geração procura assegurar um nível de vida estável para o conjunto da família e a reprodução dos meios de produção. A família passa a ser o elemento básico do funcionamento da produção familiar. Nesse sentido, as decisões sobre a renda líquida que se obtém da venda dos produtos, fruto do trabalho da família, parece ter pouco haver com o lucro puro obtido por uma empresa capitalista. Para os produtores familiares, o significado da remuneração do seu capital, terra e meios de produção é minimizado frente à quantidade de dinheiro que conseguem extrair do sistema de produção, quantidade que lhes permita viver e dar continuidade à família. Aqui é o projeto familiar que vai definir a destinação do dinheiro arrecadado.

Segundo Lamarche, o papel da família na organização da produção é reconhecido por muitos autores, e existe um reconhecimento da existência de *lógicas familiares* de funcionamento diferenciadas. Para realizar essa diferenciação entre as lógicas produtivas familiares, os pesquisadores escolheram três temas *para determinar o grau de intensidade* dessas lógicas: a *terra*, o *trabalho* e a *reprodução familiar* do estabelecimento. (LAMARCHE, 1998, 63)

A terra é, para o produtor, um patrimônio familiar, uma ferramenta de trabalho necessária à produção, ou até objeto de especulação. Para compreender esta relação, a partir das diversas variáveis do questionário, os autores elaboraram um indicador (PAT) dessa relação. Dentre as variáveis estão: a propriedade fundiária familiar; a importância dada a propriedade fundiária; e o apego à terra.

Quanto ao *trabalho*, com os dados obtidos sobre a repartição das tarefas entre os membros das famílias e da mão-de-obra externa, foi construída uma variável da participação familiar na carga total de trabalho do estabelecimento (IMF). Assim foram separados os estabelecimentos estruturados essencialmente na força de trabalho familiar daqueles que funcionam com base no trabalho assalariado (permanente, temporário e sazonal), juntamente com uma questão de opinião a respeito da importância da família para o êxito do estabelecimento. (ver Lamarche, 1998, p. 64)

Para avaliar as funções familiares na *reprodução do estabelecimento* criou-se uma variável (RFA) a partir de dados sobre a situação profissional dos filhos, dos desejos profissionais que os pais tem para eles e dados sobre os destinos que o produtor daria para seus investimentos.

A partir destas três variáveis sobre o peso da família nas lógicas produtivas foram encontradas três posições: *muito familiar*, *pouco familiar* e outra mediana, *medianamente familiar*. Assim aqueles

produtores que se encontram na primeira posição (muito familiar) funcionam com um sistema dominado pela lógica produtiva familiar.

No que diz respeito ao *grau de dependência*, este foi analisado por três parâmetros: *a dependência tecnológica, financeira e comercial (do mercado)*. Para medir o grau de dependência tecnológica foi preciso criar um indicador que fosse capaz de diferenciar os estabelecimentos segundo seu sistema de produção. Concebido em termos de intensificação/extensificação, esse indicador foi baseado em dados sobre *a utilização de terras, as produtividades físicas, vegetais e animais, as cargas de animais por hectare, o grau de mecanização e as técnicas de produção utilizadas*, possibilitando a classificação das unidades segundo o *grau de intensificação* (INT).

A mesma variação ocorre com a *dependência financeira*; dependendo do sistema de produção, este cria maior ou menor dependência. A variável *sintética* (FIN) criada leva em conta dados como: *recurso ao empréstimo, o grau de endividamento e a importância que os produtores dão à utilização do crédito para permitir seu desenvolvimento*. (Lamarche, 1998, 66)

A *dependência com o mercado* também varia muito, alguns vendem tudo para o mercado, outros produzem essencialmente para o consumo familiar, e outros, ainda, produzem uma parte para o mercado e o restante para o consumo da família. Assim foi preciso criar um indicador para avaliar o grau de dependência dos produtores com relação ao mercado. Esse é resultado de duas variáveis sintéticas: dependência alimentar (autoconsumo e despesas alimentares) e, importância da produção vendida. A partir desses dados, foi possível identificar o grau de participação dos produtores na sociedade de consumo.

Da mesma forma que os indicadores das lógicas familiares, os indicadores de dependência definiram três posições: *muito dependente, medianamente dependente, ou pouco dependente*.

Com as análises desses indicadores e variáveis, foi possível definir diferentes modelos teóricos de funcionamento das unidades de produção, a partir da lógica familiar e do grau de dependência. São eles: o *modelo empresa*, que caracteriza-se por relações de produção pouco (ou não) familiares e fortemente dependentes; o *modelo empresa familiar*, caracterizado por ser muito familiar e muito dependente; o *modelo agricultura camponesa* e de *subsistência*, que caracteriza-se pela predominância da lógica familiar e pouca dependência em relação ao exterior; e, finalmente, o *modelo agricultura familiar moderna*, que estrutura-se em torno de uma dupla dinâmica; de um lado busca diminuir o papel da família nas relações de produção, e, por outro, busca uma maior autonomia possível. (Lamarche, 1998, 67-71)

Toda a reflexão aqui apresentada busca mostrar que existe na agricultura familiar uma lógica produtiva familiar e que esta seria um dos elementos da sua diversidade. A análise proposta por Lamarche possui um eixo definido pelo grau de integração da produção familiar na economia de mercado, considerando que um determinado grau de integração com o mercado corresponde a uma determinada relação com a sociedade, um determinado modo de vida e de representação.

Segundo Lamarche (1993), o grau de lógica familiar e a relação entre autonomia e dependência da unidade de produção ao mercado demonstram tipologias de unidades de produção agrícola. Em seus extremos, pode-se definir quatro categorias: a empresa agrícola; a empresa familiar; a exploração moderna, e a exploração camponesa. Assim, em um sistema de eixos cartesianos da autonomia em relação ao grau de relação familiar, a empresa agrícola se situaria como completamente dependente do mercado e não familiar; já a empresa familiar como dependente do mercado e familiar; a exploração moderna como de grande autonomia e não familiar; e a exploração camponesa como autônoma e familiar.

Para este autor, a maior parte das explorações familiares situa-se entre esses extremos, em diferentes graus de autonomia em relação ao mercado, e em diferentes níveis de atuação, mostrando assim a existência de uma grande diversidade na composição da estrutura social do meio rural. Nesta abordagem, as unidades produtivas possuem dinâmicas internas diferentes. Esse fato inibe uma explicação geral para o funcionamento da produção familiar, daí a necessidade de utilizar critérios pré-estabelecidos na categorização dessas unidades.

Portanto, diferente de Veiga (1991) e Abramovay (1992), o trabalho organizado por Lamarche (1993) tenta mostrar que a especificidade do desenvolvimento da agricultura familiar não está ligado somente a fatores externos à unidade de produção, como a intervenção estatal, mas principalmente aos fatores internos a estas unidades, que se configuram nos projetos que estes agricultores possuem com relação a sua condição social de produtor. Não negam que o Estado se constitui enquanto um componente essencial dentro da agricultura familiar e possui um papel importante no seu desenvolvimento, mas a agricultura familiar não lhe é completamente subordinada. Segundo Lamarche, as relações que se estabelecem no interior da agricultura familiar, e desta com a sociedade como um todo, estão muito mais ligadas ao projeto de vida desses produtores e portanto, às estratégias desenvolvidas por este na busca da reprodução.

Ao analisar o funcionamento da agricultura familiar deve-se partir da sua dinâmica interna, das tomadas de decisões que se dão no interior da unidade, decisões essas que são resultantes de duas

forças, segundo Lamarche, "uma representando o peso do passado e da tradição, e a outra, a atração por um futuro materializado pelos projetos que ocorrerão no porvir". (Lamarche, 1993, 19) Assim os agricultores familiares organizam e desenvolvem suas estratégias em função desses dois domínios: a memória da sua história e as ambições que têm para o futuro.

Apesar de ter delimitado a agricultura familiar, os autores reconhecem que esses modelos teóricos só podem ser aplicados quando a análise for realizada em função dos contextos históricos, econômicos e sociais particulares.

1.6 - Por que Estudar a Agricultura Familiar?

Podemos dizer que a agricultura familiar tem recebido uma atenção maior entre os estudos do meio rural, primeiro porque existe um grande contingente de pessoas que ainda vivem no campo e a grande maioria - como já enfatizamos durante o trabalho - estabelecidas em unidades familiares. Alguns estudos têm demonstrado as vantagens desse tipo de produção em algumas atividades, culturas e regiões, assim como o potencial de crescimento econômico desses agricultores. Esses dois pontos mostram a importância de investir mais esforços e recursos governamentais na ampliação de alternativas diante das novas perspectivas da agricultura familiar.

No que diz respeito ao papel social significativo e o potencial econômico da agricultura familiar, não há dúvidas de que tanto suas limitações como suas possibilidades de crescimento têm sido ressaltadas nos últimos anos. Por sua vez, num contexto geral, ou seja, da sociedade como um todo, não há como negar que a viabilidade técnica e política da agricultura familiar, para médio e longos prazos, ainda seja uma incógnita.

Dentro desse quadro de preocupações e tendo em vista as perspectivas teóricas de abordagem da agricultura familiar nos diferentes contextos, podemos perceber que os agricultores familiares constituem-se em um segmento bastante complexo, e que deve ser tratado como tal, bem como numa forma social que não é residual, transitória ou em vias de desaparecimento. Esta ao contrário, ocupa um lugar na sociedade e apresenta-se como uma realidade "multiforme e diversa" devido à sua capacidade de adaptação a contextos sociais e políticos diversos.

Consideramos portanto, que o conhecimento das particularidades da agricultura familiar através de estudos empíricos torna-se relevante, pois contribui para o conhecimento aprofundado da

estrutura social da agricultura contemporânea. Além disso, dá subsídios não só para as políticas públicas direcionadas ao setor, como também para que se desenvolvam planos de desenvolvimento científico e tecnológico para os agricultores familiares. E mais, esse conhecimento contribui para o estabelecimento de estratégias para o desenvolvimento da agricultura familiar no âmbito da sustentabilidade, ou seja, levando-se em conta os aspectos sociais, econômicos, ecológicos, culturais e políticos.

Como vimos, a agricultura familiar é um objeto de muitas polêmicas, isto devido à existência dos diferentes referenciais teóricos que podem ser adotados para analisá-la, bem como em razão da crença maior ou menor de que a sociedade pode desenvolver-se tendo como base a agricultura bimodal, ou ao contrário, àqueles que acreditam que a agricultura moderna não pode se basear na agricultura familiar.

Tendo em vista estes estudos e as preocupações que se revelaram neles, nosso trabalho busca contribuir com o entendimento da agricultura familiar, através de uma pesquisa empírica, onde pretendemos mostrar a realidade da produção familiar na cidade de Londrina/PR, desvendando a heterogeneidade que está presente neste objeto de estudo. Temos em mente a idéia de que a agricultura familiar não faz parte apenas de uma totalidade multifacetada e complexa, mas que ela contém em si própria a diversidade.

Buscamos essa diversidade através de dimensões do real, dimensões estas que já foram utilizadas pelos autores citados neste capítulo, dimensões que tentam dar conta desse complexo objeto de estudo. Dentre as dimensões utilizadas estão as **estratégias produtivas**, ou seja, as práticas produtivas dos agricultores relacionadas tanto à produção agrícola como não agrícola. As **estratégias familiares**, nas quais estão incluídos a relação com os filhos, mas também os valores morais e culturais desses agricultores. As **estratégias fundiárias**, as formas de acesso à terra, as formas de utilização da terra. Além da diversidade de **representações** que orientam esses agricultores, o que eles pensam de si mesmos, o que consideram como importante, quais são suas relações com a sociedade e com o Estado, o que querem para seu futuro, qual o grau de auto-estima que possuem, enfim, quais as representações que esses agricultores fazem de si mesmos. Cada uma dessas dimensões citadas estão repletas de questões específicas que vão contribuir para dar visibilidade à diversidade da agricultura familiar, como vão também dar informações para que se possa traçar uma tipologia desses produtores.

Portanto, nosso trabalho pretende contribuir com o estudo de caso para a acumulação de conhecimentos, de experiências sobre essa forma social de produzir, que envolve redes de dependências e interdependências, todo um complexo de relações que não podemos dar conta sem o estudo empírico.

1.7 - Metodologia da Pesquisa

Numa primeira etapa do trabalho procuramos definir alguns critérios teórico-metodológicos para realização da pesquisa empírica. E sendo que um dos nossos objetivos é o de demonstrar a diversidade da produção familiar na agricultura londrinense, colocou-se como uma necessidade primeira a definição dos locais a serem pesquisados, e na seqüência a amostra a ser analisada. Verificamos que o município de Londrina, possui, além da sede, mais alguns distritos, nos quais encontra-se presente a população rural do município. A escolha dos locais da pesquisa deu-se com base num conhecimento prévio da diversidade da agricultura presente neste município, e portanto do conhecimento das diferenças mais aparentes de cada distrito de Londrina. Este conhecimento prévio serviu como um instrumento básico de definição dos locais que foram pesquisados. Dos distritos analisados estão: Lerroville, Paiquerê, Guaravera, Maravilha, São Luiz, Espírito Santo e Warta.

A escolha do número de produtores a serem entrevistados deu-se com base numa amostra que pensamos ser representativa no nível de uma análise qualitativa, assim optamos por entrevistar cerca de 3% dos produtores agrícolas caracterizados previamente como familiares. Dos sete distritos administrativos, levantamos junto à EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) de Londrina, o número aproximado de produtores agrícolas familiares presentes em cada uma das áreas. Falamos aqui em número aproximado, pois não existia até o momento da pesquisa um dado publicado que garantisse o número exato de estabelecimentos familiares em cada um dos distritos.

Os dados fornecidos pela EMATER foram de que nos distritos de Londrina existem os seguintes números:

DISTRITO	NÚMERO DE PRODUTORES FAMILIARES
Lerroville	689
Paiquerê	317
Guaravera	423
Maravilha	148
São Luiz	238
Espírito Santo	368
Warta	112
TOTAL	2.295

Fonte: EMATER/ Londrina

Diante deste número aproximado, optamos por entrevistar mais ou menos 3% deste total de produtores familiares, somando um número de 70 produtores¹³. A determinação da quantidade de questionários aplicados por distrito procurou distribuir os 70 questionários proporcionalmente em relação ao número total de estabelecimentos de cada distrito:

DISTRITO	NÚMERO DE PRODUTORES FAMILIARES ENTREVISTADOS
Lerroville	19
Paiquerê	12
Guaravera	12
Maravilha	05
São Luiz	08
Espírito Santo	10
Warta	04
TOTAL	70

Quanto à técnica de pesquisa utilizada, escolhemos como instrumento básico de coleta de dados um questionário sócio-econômico (em anexo) aplicado junto ao responsável pela unidade produtiva. Optamos pela aplicação de questionários, pois este nos permite um conhecimento direto da realidade, na medida em que são os próprios agentes que informam acerca de seu comportamento, crenças e opiniões, tornando as interpretações mais livres das posições subjetivas do pesquisador. Outro motivo que nos levou à aplicação de questionários foi, a possibilidade de obtermos uma grande quantidade de dados num curto espaço de tempo, e também, porque os dados obtidos podem ser agrupados para uma análise mais quantitativa. Foram aplicados o total de 70 (setenta) questionários. Além dos dados da pesquisa de campo, pretendemos trabalhar com dados secundários presentes nos relatórios realizados pela EMATER, IAPAR, Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento do Município de Londrina, bem como dados censitários do IBGE e outros órgãos e instituições que contenham dados a respeito da agricultura em Londrina.

A aplicação dos questionários durou cerca de 15 dias e foi realizada em duas etapas: na primeira etapa, onde os entrevistados foram os produtores agrícolas familiares indicados pela própria Emater; e, num segundo momento, onde procurou-se entrevistar produtores de forma aleatória, sem indicação prévia do órgão público. O período da pesquisa foi de meados do mês de março/2000 até o início de abril/2000. Além da aplicação dos questionários montamos um caderno de campo onde anotamos as informações que não estarão presentes nos questionários, informações "extras" que poderão servir como dados no decorrer do trabalho.

Após a aplicação dos questionários, partimos para a codificação e tabulação dos dados obtidos; um estudo mais detalhado dos dados coletados se fez necessário para que pudessemos apreender as primeiras impressões sobre a realidade a ser analisada; em seguida, realizamos uma análise do material coletado, que nos permitiu uma descrição dos dados e depois o agrupamento dos dados previamente em tabelas com as variáveis necessárias para caracterizar a produção agrícola familiar em Londrina. E, finalmente, realizamos uma apresentação das principais características dos agricultores familiares entrevistados e de algumas estratégias por eles desenvolvidas.

¹³ Queremos deixar claro desde já que não almejamos nenhuma forma de "representatividade municipal" por isso quando

2. O NORTE DO PARANÁ

2.1 - Delimitação e Subdivisões da Região Norte do Paraná

Esta seção tem o propósito de delimitar a região Norte do Paraná onde se encontra nosso objeto de estudo. A partir da pergunta sobre quais são os limites do território da região em estudo, buscamos essa delimitação, que tem recebido diferentes formas em estudos anteriormente realizados. No entanto, faz-se necessário que essa questão esteja engajada no contexto do estado do Paraná, porque a delimitação pode ser passível de diversas interpretações.

Delimitar uma região parece tarefa fácil quando tomamos como critérios as condições climáticas, pedológicas e hidrológicas, mas esses critérios parecem frágeis pois a utilização de caracteres meramente fisiográficos não são suficientes para estabelecer os limites de uma região. Não é consenso, mas muitos autores utilizam, além desses, o critério econômico para estabelecer a delimitação. Sabe-se, porém, que mesmo a combinação desses dois critérios - região física e região econômica - não garante, por sua vez, uma delimitação exata da região.

Segundo Sônia M. L. S. ADUM (1991, p.146)

“ (...) quando se fala em ‘região Norte do Paraná’, são necessários cuidados especiais no tratamento das informações, tendo-se sempre a preocupação em delimitá-la no contexto do estado do Paraná, isto por ser matéria de problemática e passível de diversas interpretações. Na verdade, inúmeras formas foram encontradas para delimitá-la e caracterizá-la.”

À medida que o Norte do estado do Paraná foi sendo ocupado, desde o século XIX, a sua delimitação foi sendo designada de várias formas. A subdivisão mais conhecida segmentou a região em três partes e momentos históricos: Norte Velho/Pioneiro, Norte Novo e Norte Novíssimo.¹⁴ A ocupação destas três sub-regiões deu-se em momentos e circunstâncias diferenciadas, assim se formos especificar cada uma delas teremos:

O Norte Velho, também conhecido por Norte Pioneiro, é a região localizada no nordeste do Estado, foi ocupado ainda no século XIX, e teve como maior impulso a vinda de mineiros `a partir de

lerem *agricultores familiares londrinenses* entendam o termo como uma metáfora.

1865, o que permitiu o desenvolvimento de diversos núcleos (futuras cidades). A vinda cada vez maior de mineiros e paulistas para a região fez com que as terras fossem ocupadas em direção ao ocidente.¹⁵ Nessa região, a maioria dos autores que a estudaram, era dominante a grande propriedade, como ocorria em São Paulo e Minas Gerais, donde provieram a maioria de seus colonizadores. (Tomazi, p. 126)

Com o término da primeira Guerra Mundial, ocorreu um novo surto de ocupação com a transposição do rio Tibagi, criando-se o chamado Norte Novo¹⁶, cuja colonização foi iniciada pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). Localizavam-se, nessa região, a maior parte das manchas de terras roxas, hoje inteiramente cultivadas. Toda essa região foi ocupada entre 1930 e 1947.

O Norte Novíssimo foi colonizado após a segunda Guerra Mundial e localiza-se no noroeste da região, compreende a área que vai das proximidades de Maringá até as barrancas do rio Paraná.¹⁷ Nesta região predominaram as colônias organizadas pelo Estado e por empresas imobiliárias privadas. Essa região tem se desenvolvido muito economicamente devido a produtos como o café e o algodão.

Essa divisão tem sido muito utilizada nos estudos sobre a região, mas ela apresenta um problema, ou seja, pressupõe que a ocupação da região foi linear, em etapas bem definidas (Cancian, 1977, p. 42), quando na realidade várias foram as formas e as origens do processo de ocupação.¹⁸

Mas essa não é a única delimitação que aparece nos estudos. Além dela, existem outras tentativas de subdividir a região, seja por órgãos oficiais, estaduais e federais, seja por geógrafos, historiadores, etc¹⁹. A que mais “pegou” foi aquela que a definia pelo cultivo do café, mas com o declínio dessa lavoura, acabou perdendo a funcionalidade. Portanto, ainda não existe consenso sobre os limites da região localizada ao norte do Estado do Paraná, mas fala-se dela como se houvesse uma unidade indissolúvel na definição de sua territorialidade.

¹⁴ Ver Mapa 1 em anexo.

¹⁵ Dentre os municípios que compreendem esta região estão: Tomazina, Ibaiti, Santo Antônio da Platina, Jacarezinho, Cambara, Bandeirantes, Cornélio Procópio, Uraí, etc.

¹⁶ O chamado Norte Novo vai do rio Tibagi até as proximidades de Maringá. Inclui entre seus municípios: Londrina, Apucarana, Arapongas, Mandaguari e muitos outros.

¹⁷ Seus principais centros urbanos são: Paranavaí, Nova Esperança, Nova Londrina, Cianorte, Umuarama, etc.

¹⁸ Além dessa crítica, ver também TOMAZI (1989, p. 160), onde o autor questiona essa cronologia, que segundo ele, traz no seu bojo uma determinada construção e visão do processo de ocupação da região, onde a Companhia de Terras Norte do Paraná aparece como nova, sendo que o que existia antes de sua presença é o velho e depois dela é o novíssimo pressupondo, assim uma ordenação histórica, a partir de um fenômeno considerado primordial e inovador.

¹⁹ Para melhor conhecê-las, sugiro os trabalhos de NAKAGAWARA, Yoshiya (1981). Questões agrárias e urbanas, interdependência e subordinação: o caso norte-paranaense. *Rev. Terra e Cultura.*, vol. 1, n. 1, p. 93-115, jan. 1981.

Para este trabalho, optamos por utilizar a subdivisão proposta pelo IBGE, que tem sido utilizada principalmente pelos órgãos governamentais, e também nos dados que coletamos em censos e outros documentos de caráter estatístico. O IBGE subdivide a região “Norte do Paraná” em quatro Meso-regiões e dezoito micro-regiões, onde são aglutinados todos os municípios²⁰. Segue abaixo a subdivisão adotada:

MESO-REGIÃO NOROESTE PARANAENSE

- Micro-região de Paranavaí (1)
- Micro-região de Umuarama (2)
- Micro-região de Cianorte (3)

MESO-REGIÃO CENTRO-OCIDENTAL PARANAENSE

- Micro-região de Goio-Ere (4)
- Micro-Região de Campo Mourão (5)

MESO-REGIÃO NORTE CENTRAL PARANAENSE

- Micro-região de Astorga (6)
- Micro-região de Porecatu (7)
- Micro-região de Florai (8)
- Micro-região de Maringá (9)
- Micro-região de Apucarana (10)
- Micro-região de Londrina (11)
- Micro-região de Faxinal (12)
- Micro-região de Ivaiporã (13)

MESO-REGIÃO NORTE PIONEIRO

- Micro-região de Assaí (14)
- Micro-região de Cornélio Procópio (15)
- Micro-região de Jacarezinho (16)
- Micro-região de Ibaiti (17)
- Micro-região de Wenceslau Braz (18)

²⁰ Ver Mapa 2 em anexo.

2.2 - O Processo De Ocupação Do Norte Do Paraná Até 1920

O objetivo aqui é demonstrar a forma como se realizou a ocupação da região Norte do Paraná que serve como base para a pesquisa. É interessante compreender até que ponto o tipo de colonização realizada nessa região influenciou no crescimento dinâmico da mesma. No entanto, não pretendemos nos alongar em considerações sobre o processo de ocupação da região Norte do Paraná como um todo, vamos nos referir somente aos momentos que acreditamos ser de maior utilidade para nossa pesquisa. Falar do processo de ocupação da região Norte do estado do Paraná é tão controverso quanto delimitar sua territorialidade, devido ao fato de estarmos lidando com várias interpretações a respeito do assunto. Alguns fenômenos e fatores parecem ser consensuais, enquanto outros são objeto de intensa e constante discordância.

Parece ser consenso entre os autores que analisaram o processo que ele se deu a partir de meados do século XIX e que tinha por objetivo tornar as novas terras existentes produtivas para o capital, ou seja, o processo de ocupação aqui referido estava inserido na ideologia expansionista do capital sobre novas fronteiras. De acordo com esse ponto de vista, alguns fatos ocorridos em meados do século XIX são significativos para a compreensão do processo de ocupação da região em estudo. São eles: a Lei de Terras de 1850; o fim do tráfico de escravos; a criação da Colônia Militar de Jataí; e a emancipação política do Paraná em 1853. Veremos então como esses fatos, quando relacionados entre si, possuem importância para o nosso estudo.²¹

A Lei de Terras regulamentada em 1854 definia que a terra só teria proprietário mediante a compra, transformando-se numa mercadoria. O fim do tráfico de escravos e o início da imigração estrangeira configurou a situação brasileira nos moldes do modo de produção capitalista, à medida que a utilização da força de trabalho imigrante permitiu que uma grande massa de capitais investidos no tráfico se infiltrasse na economia produzindo uma elevação das atividades comerciais e industriais.

22

²¹ Ver TOMAZI, 1997, p132.

²² É importante ressaltar aqui o verdadeiro sentido da imigração européia que deve ser buscado na estrutura de produção vigente no Brasil no início do século XIX. Essa produção era voltada para o mercado e mantinha-se através da monocultura, na qual sucederam-se produtos agrícolas tropicais como a cana-de-açúcar, o algodão e posteriormente o café que vai tornar-se um marco na evolução econômica do Brasil, transformando o processo de produção. As fazendas de café dependiam de condições diferentes em sua estrutura econômica quando pensada em relação aos outros produtos coloniais. Sendo assim, as grandes extensões de terras para o cultivo e os grandes capitais representavam um problema para a lavoura cafeeira, acrescido do problema da mão-de-obra que se intensifica com a Abolição, que se torna um problema qualitativo. O sistema escravocrata apresenta-se nesse momento como um obstáculo ao modo de produção capitalista e

Tanto o fim do tráfico como a Lei de Terras foram fatos relacionados com um contexto mais amplo que era a consolidação da ordem burguesa e do capitalismo em nível mundial e nacional. Segundo Roberto Smith (1990),

*“ É impossível pensar a trajetória que leva à extinção do tráfico e à regulamentação da legitimidade da propriedade fundiária fora de um contexto mais abrangente e internacional da divisão do trabalho, que o capitalismo ia impondo. É igualmente impossível, contudo, deixar de vincular as transformações como resultantes do quadro do avanço econômico que ocorria com a agricultura no início do século XIX, onde o café tenderia a se firmar, bem como dos conflitos internos perante um quadro estruturalmente desigual, oferecido pela perspectiva da sociedade em formação na nova nação.”*²³

A Colônia Militar de Jataí foi criada em 1851 e instalada em 1855, tendo como pressuposto o interesse do Sr. João da Silva Machado, conhecido também como Barão de Antonina, em explorar os campos de Paiquerê para a criação de gado. O processo de imigração ensaiado pelo Barão possuía, portanto, interesses muito específicos, dentre os quais estava expulsão dos indígenas que habitavam a região (índios xokleng-botocudo). Para isso, o Barão trouxe imigrantes de origem alemã que teriam primeiramente que afugentar os indígenas das terras, “a função desses imigrantes seria de aparar as flechas dos índios com sua presença e natural expansão demográfica”.²⁴

A Colônia Militar de Jataí foi portanto criada com o objetivo de pacificação dos indígenas que habitavam a região, assim, juntamente com a criação da colônia, o Barão de Antonina conseguiu instalar dois aldeamentos indígenas - o de São Pedro e o de São Jerônimo - ambos nas margens do rio Tibagi.²⁵

Outro fator importante para compreender o processo de ocupação das terras da região Norte do Paraná foi a emancipação política do Estado do Paraná, que garantiu aos governantes do estado uma maior autonomia para decidir sobre o seu território, uma vez que tais decisões estavam atreladas ao

seu pleno desenvolvimento, tornando imprescindível nessas condições o trabalho livre, onde fosse vendida a força de trabalho e ao mesmo tempo se constituísse de forma mais ampla o mercado interno. Ver FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1970.

²³ SMITH, R. *Propriedade da Terra & Transição*. Estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990. p.238.

²⁴ Ver WARCHOWICZ (1988, p. 19) apud TOMAZI, 1997, op. cit., p.134.

²⁵ A Colônia Militar de Jataí foi que deu origem aos primeiros núcleos fundados por brasileiros na região: Jataizinho (a margem direita do rio Tibagi) e São Jerônimo da Serra.

império até meados do século XIX, e somente com a Proclamação da República e a Constituição de 1891 é que o estado do Paraná passou a ter maior autonomia e poder de decidir sobre suas políticas, inclusive a de terras.

A nova província tinha como base de sua economia a pecuária - comércio de tropas muares - , a extração do mate e da madeira. Não havia uma agricultura de abastecimento do mercado interno estabelecida, o que gerava uma escassez de alimento e uma dependência do Estado a outras províncias (principalmente São Paulo e Rio de Janeiro). O crescimento da demanda alimentar contribuiu para que o governo paranaense estabelecesse uma política de imigração européia e de colonização agrícola visando a povoar e ocupar a região através de pequenas propriedades para desenvolver uma agricultura de abastecimento interno da província e não vinculada à exportação.

Esses fatos: a Lei de Terras, o fim do tráfico, a criação da Colônia Militar de Jataí e a emancipação política do Paraná foram, portanto, o pano de fundo do processo de ocupação da região em estudo. Veremos agora como ela ocorreu e como foi seu desenvolvimento.

O grande impulso no processo de ocupação ocorreu com a chegada dos mineiros à chamada meso-região Norte Pioneiro (Norte Velho) a partir de 1865. Os fazendeiros de Minas Gerais deslocavam-se com toda a família e agregados principalmente para a região do rio Itararé, em função da notícia que corria em Minas Gerais sobre a fertilidade do solo, principalmente para o plantio da lavoura de café.

Segundo Mombeig (1984)²⁶, esse deslocamento dos mineiros para os estados de São Paulo e do Paraná foi motivado pela crise econômica desencadeada pela decadência das minas de ouro e da guerra contra o Paraguai, que significava a possibilidade de alistamento militar. Como alternativa de fuga desses fatos, os mineiros iam para outros estados, embrenhavam-se nas florestas, lutando contra os indígenas na busca de terras para iniciar uma nova atividade. Houve, portanto, um processo de “reocupação” pois as terras dessa região (assim como as terras de todo o país) já estavam habitadas por povos indígenas que lutaram contra a invasão do seu território.²⁷

²⁶ MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, HUCITEC, 1984. p.133.

²⁷ O estado do Paraná, desde tempos imemoriais, vem sendo alvo de sucessivas ocupações mas, nosso interesse aqui não é mostrar como todos esses processos ocorreram, e sim tratar do processo de ocupação, ou melhor, de “reocupação” mais recente, com a preocupação de reafirmar a existência de ocupações anteriores e portanto, contribuir para a não omissão dessas (o que ocorre em muitos dos estudos já feitos sobre a região). Algumas leituras são cruciais para o entendimento dos processos de ocupação anteriores àquele do qual vamos tratar, são estudos que vão enfatizar a existência da história indígena na região. São eles: TOMMASINO, Kimiye. *A história dos Kaigang da bacia do rio Tibagi*: uma sociedade Jê Meridional em movimento. São Paulo, 1995, tese de doutoramento/ Departamento de Antropologia, USP. ; MOTA, Lúcio T.. *As guerras dos índios Kaigang: a história épica dos índios Kaigang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: EDUEM,

Na literatura sobre a região encontramos muito forte o discurso de que os mineiros e os paulistas vieram para a região atraídos pela “terra roxa”, pelo “eldorado”, que levaram a um desbravamento similar ao que teria ocorrido na busca do ouro e das terras do Mississipi, nos Estados Unidos da América. É evidente que o plantio do café vai estar presente, no entanto: “(...) *não se pode afirmar que esses pioneiros tivessem como objetivo o cultivo do café em grande escala, dado as necessidades do consumo paranaense, que supõem-se eram pequenas (...)*”.²⁸

Não havia nesta época uma infra-estrutura que garantisse a absorção e o escoamento de uma produção muito elevada, faltava mão-de-obra, e principalmente mercado. Nesse período, a maior parte das atividades agrícolas estava concentrada em produtos como o milho, o feijão, o trigo e o café, juntamente com a comercialização de madeira e de suínos.²⁹

Quanto à estrutura fundiária, nota-se a presença expressiva de latifúndios, poucas famílias ocupavam áreas enormes na região do chamado Norte Velho, que seria o centro de convergência de mineiros e paulistas e onde se multiplicariam os núcleos urbanos³⁰, fazendo com que o crescimento da região nos fins do século XIX e início do século XX tivesse um desenvolvimento meio desordenado. Devido a esse movimento ocupacional contínuo e desordenado, o presidente provincial, já em 1892, tentou “*estabelecer algumas normas reguladoras dessa ocupação*”, mas até as duas primeiras décadas do século XX, o processo de ocupação espontânea foi o que predominou, tanto que na década de 20 o fluxo migratório de paulistas para o Paraná foi intenso.

Segundo Padis (1981:p.89), os paulistas que vieram para a região foram levados pela combinação de alguns fatores, tais como: o rápido aumento dos preços do café no mercado internacional, a partir do fim da primeira grande guerra que gerou um crescimento da demanda do produto e as áreas tradicionalmente produtoras como Campinas, Ribeirão Preto e São Carlos. Essas não encontraram condições favoráveis para atender a esse aumento: primeiro, pela perda da produção

1994.; TOMAZI, Nelson D. . **Certeza de lucro e direito de propriedade**: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná, Assis, 1989, Dissertação de Mestrado/ Departamento de História, UNESP.

²⁸ CANCIÁN, Nadir. **Cafeicultura Paranaense (1900-1970): estudo de conjuntura**. São Paulo, 1977. Tese de doutoramento/ Departamento de História, USP.

²⁹ Segundo PADIS (1981, p. 88) “(...) *a exuberância da nova cultura fez atrair novos lavradores. Entretanto, a grande distância e a extrema precariedade dos meios de transporte redundaram na perda de grande parte das safras cafeeiras.*”. Ver também CANCIÁN, 1977, op. cit..

³⁰ Surgiram os núcleos urbanos de : Tomasina (1865), Santo Antonio da Platina (1866), Wenceslau Brás e São José da Boa Vista (1867), Jacarezinho (1900). No início do século XX, outros importantes núcleos surgiram: Cambará (1904), Bandeirantes (1921), Cornélio Procópio (1924) e Andirá (1926). Sobre a instalação desses núcleos urbanos e rurais ver LOPES, Ana Yara D. P. **Pioneiros do Capital: a colonização do Norte do Paraná**. São Paulo, 1982. Dissertação de Mestrado/Departamento de Ciências Sociais, USP.

ocasionada pela “broca do café”, e segundo, pelo estado de esgotamento no qual se encontrava o solo daquela região. Somando-se a isso, vale dizer que o progresso econômico da região levou algumas cidades - como Campinas - a uma rápida urbanização, tendo em consequência um aumento da demanda de alimentos para o consumo interno, além do aumento do valor das terras devido ao aumento da procura.³¹ Assim, Padis conclui que parte considerável da população que constituiu os primeiros núcleos surgidos até os anos 1930, no Norte do Paraná, é proveniente das regiões de Campinas, Ribeirão Preto e São Carlos.

A presença de muitos posseiros e “grileiros” na região norte do Paraná resultou em uma ocupação ilegal e predatória das matas e do solo paranaense, assim a preocupação do governo com a questão da legalização da posse de terras passou a ser um dos motivos que impulsionaram o processo de colonização dirigida na região.

Os gastos com a guerra do Contestado deixaram o governo estadual, em meio a uma séria crise financeira que levou a estabelecer, até a década de 30, uma política centrada na possibilidade de aumentar a receita estadual através de impostos sobre a ocupação de novas terras. No entanto, o Estado continuaria no período posterior (30-45) atolado em dívidas pois os seus principais produtos de exportação - o mate e a madeira - encontravam-se em situações opostas, enquanto o mate declinava, a madeira tinha uma exportação crescente. O que havia de novo era o início da consolidação do parque cafeeiro, o Paraná começaria a ocupar o quinto lugar na produção brasileira, e o café passava então a ocupar o segundo lugar em termos de valor da produção paranaense.

Diante dessas dificuldades, o governo implantou uma política de concessões de terras para empresas colonizadoras, na crença de que a maior procura por terras poderia elevar a receita estadual, como assinala Cancián (1977, p. 80): *“As grandes concessões de terras feitas pelo Estado a particulares durante a década de 20 (...) era uma das fontes de renda mais promissoras. Loteadas as terras, os impostos de transferência rendiam tanto quanto a própria produção agrícola.”*

Muitas foram as concessões realizadas a partir de 1919, a compra de terras foi intensificada; no entanto, a maior parte das terras não eram exploradas por culturas agrícolas. Havia uma grande procura, mas essas terras estavam sendo deixadas para a valorização tornando a procura por terras

³¹ É importante assinalar que, ao contrário do que muitos pensam, a cafeicultura do Paraná não iniciou somente após o declínio do ciclo do café em São Paulo, foi no seu auge, que os cafezais paranaenses foram iniciados. No entanto, o auge da cafeicultura paranaense se dará, aí sim, no início da diversificação agrícola paulista, já na década de 1950. TOMAZI, 1997, P. 146 (nota 55).

inexploradas uma constante. A ótica que dominava o cenário era a da especulação crescente de terras, que se desenvolvia à medida que se desenvolvia o processo de ocupação.

Segundo Ana Yara Lopes,

“Por volta de 1920, as terras do Norte do Paraná já constituíam, então, mercadorias, tinham já preço de mercado, e como tais eram adquiridas. (...) E encontrava-se compradores até para pequenos lotes. Essa era a regra, e como tal, as exceções aconteceram paralelas, com grilagens, ocupações, intrusões, legitimação de posses. O café tornara mercadoria as terras da região”.
(LOPES, 1982 : 53)

Diferentes caminhos foram traçados no processo de ocupação da região norte do Paraná: primeiro o dos tropeiros, depois os dos mineiros e paulistas, e finalmente a ocupação feita através das concessões de terras às empresas particulares. Mas a forma como se processaram essas ocupações – se através de grandes ou pequenas propriedades – parece não ser de consenso.

A maioria dos autores que estudaram os processos de ocupação da região em estudo vão afirmar que este se deu através da grande propriedade. Entretanto, ao analisar os dados apresentados por dois autores: Cancián (1977) e Mussalan (1974), verifica-se que em suas pesquisas, baseadas em agrupamentos de dados do Censo Agrícola de 1920, parece ter ocorrido algo contrário a tal afirmação. Assim, tem-se a seguinte situação apresentada no quadro abaixo:

Quadro 2.1 - Área e Número de Propriedades Rurais Segundo Classe de Área - 1920

Classe de Área (ha)	Nºde Estabelecimentos	%	Área Total	%
Até 40 há	723	32,14	16.888	4,3
de 41 a 100 há	742	33,00	50.221	12,5
de 101 a 400 há	598	26,59	108.037	26,9
de 401 a 1000 há	129	5,75	78.210	19,5
+ de 1000 há	57	2,52	147.826	36,8
TOTAL	2.249	100,00	401.182	100,00

Fonte: Censo Agrícola - 1920 - IBGE (apud MUSSALAM, 1974:106)

Observa-se no quadro que o número de pequenas e médias propriedades é grande; mas, por outro lado, observa-se também que, embora em menor quantidade, as grandes propriedades somam mais de 50% do total de áreas ocupadas.

Outro dado importante para esta discussão é apresentado por Cancián (1977). Esse autor conseguiu, através de dados obtidos de fontes orais, estabelecer uma classificação regional norte paranaense em seis categorias de propriedades, tendo como base o critério do tamanho da área. Tem-se as seguintes categorias:

Quadro 2.2 – Categorias de Produtores por Estrato de Área

CATEGORIA	ÁREA (ha)
Minifúndios	Até 10 há
Sítios Pequenos	De 11 ha a 50 ha
Sítios	De 51 ha a 100 ha
Grandes Sítios	De 101 ha a 200 ha
Fazendas	De 201 ha a 1000 ha
Grandes Fazendas	+ de 1000 ha

Fonte: CANCIÁN, 1977.

De acordo com as informações obtidas por Cancián (1977), pode-se ter o seguinte quadro:

Quadro 2.3 – Percentual dos estabelecimentos e de área por classificação de grupos de área.

CLASSIFICAÇÃO	% DO N° DE ESTABELECEMENTOS	% ÁREA
Pequena Propriedade (sítios) até 100há	65,14	16,80
Média Propriedade I (fazendolas) de 101 há a 400 há	26,59	26,9
Média Propriedade II (fazendas) de 401 há a 1000 há	5,75	19,5
Grande Propriedade (grandes fazendas) + de 1000 há	2,52	36,8
TOTAL	100,00	100,00

Fonte: CANCIÁN, 1977:216, apud TOMAZI, 1997:176.

Com base nessas informações, parece evidente que até a década de 20, o número de pequenos estabelecimentos era quase dois terços do total de estabelecimentos da região e só detinham 16,8% da área total. Isso possibilita afirmar que até 1920 o processo de ocupação da região norte do estado do Paraná deu-se com base na pequena propriedade, mas com uma alta concentração de terras, pois os grandes estabelecimentos possuíam mais de 50% da área de terras.

2.3 - A Colonização Dirigida

Os movimentos ocupacionais organizados e racionalmente planejados deram-se mais efetivamente a partir da década de 30, principalmente em áreas ainda não ocupadas do chamado Norte Pioneiro. Duas iniciativas foram significativas para a região: uma realizada por duas companhias japonesas, a “*Brazil Tokoshoku Kaisha*” - Bratac, e a “*Nambei Tochikubushiri*”, que foram responsáveis pela criação de duas colônias constituídas por japoneses emigrantes, que hoje são as cidades de Assaí e Uraí. Ambas tinham no algodão a cultura que garantia sua base econômica.

Outra iniciativa foi o empreendimento realizado pela Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP, originária da Inglaterra. Após a primeira grande guerra, alguns grupos econômicos partiram em busca de áreas em outras partes do mundo para substituir a produção de algodão, até então desenvolvidas nas colônias inglesas da África, que atendiam com sua produção a indústria têxtil britânica.

Segundo PADIS (1981), ao saber dos interesses britânicos, o governo brasileiro teria convidado alguns desses grupos para visitar o país. Foi desse convite que teria resultado a missão Montagu, da qual fazia parte o Sr. Lord Simon Lovat, técnico em agricultura e reflorestamento.(PADIS, 1981:90)

Foi o Sr. Lovat que visitou as terras do estado de São Paulo e do Norte do Paraná onde pretendia estabelecer o plantio do algodão. Ao voltar à Inglaterra, fundou em 1924 a *Brazil Plantations Syndicate Limited*, com um capital de 200.000 libras esterlinas para investir no Brasil. Mas a queda dos preços no mercado internacional (em 1924) não trouxe resultados satisfatórios, causando prejuízos que não eram esperados. Foi na tentativa de repor esses prejuízos, de recuperar o que haviam perdido que em 1925, ao voltar a Londres, os ingleses criaram duas outras empresas para

executar um empreendimento imobiliário: a *Paraná Plantations Ltda* instalada em Londres, e a *Companhia de Terras Norte do Paraná*, com sede em São Paulo.³²

A partir de outubro de 1925, a Companhia passou a comprar terras do governo do Paraná, sendo que entre 1925 e 1927 a CTNP já havia adquirido junto ao governo estadual uma área de 515.017 alqueires de terras. Entretanto, o projeto da CTNP não incluía somente o investimento imobiliário, mas também a construção de uma ferrovia. Assim, ficou claro que os ingleses tinham interesses muito maiores do que a colonização, qual seja, a construção de uma rede viária que ligaria o Atlântico ao Pacífico, isto é, uma ferrovia transcontinental. Juntamente com a estrada de ferro, era construída paralelamente a rodovia em direção a São Paulo, estendendo-se ao longo do espigão principal do Norte Paranaense.³³

Ao longo da estrada de ferro, foram surgindo numerosos núcleos urbanos que mais tarde seriam transformados em cidades. Dentre eles, segundo Padis, sessenta e dois (62) núcleos foram criados pela própria Cia de Terras enquanto que outros quarenta e oito (48) foram fundados por outros grupos, com diversas formas de organização. (PADIS, 1981:93) Para ilustrar esse fato, podemos citar como exemplo a cidade de Londrina, que foi fundada em 1929 e elevada à categoria de cidade em 1934, tornando-se um verdadeiro centro de irradiação, dezenas de novos núcleos urbanos à sua volta. Nessa fase do processo colonizador, conhecida como a fase inglesa da CTNP, formaram-se seis (6) núcleos urbanos: Londrina e Cambé (1930; Rolândia (1932); Araongas (1935); Mandaguari (1937); e Apucarana (1938).

Após 1934, quando a ferrovia transpôs o rio Tibagi chegando a Londrina, Cambé, Rolândia, Araongas e Apucarana, ela levou a colonização ao chamado Noroeste do estado, e também ao lado oeste do rio Tibagi, onde a CTNP fundou núcleos como Florestópolis e Ibiporã (1934), Bela Vista do Paraíso (1939), Porecatu (1941) e Sertaneja (1945).

O governo do Paraná também agiu no processo de colonização dirigida, criando várias colônias no Norte do Estado, a maioria delas fazendo divisa com as terras da CTNP ou de outras

³² Segundo Padis, no período da segunda Guerra Mundial o governo brasileiro proibiu a posse de terras para estrangeiros, levando à venda da CTNP a um grupo de capitalistas de São Paulo, que continuaram o projeto imobiliário iniciado pelos ingleses. (PADIS, 1981:91). É importante também deixar claro que a CTNP foi constituída para esse projeto imobiliário sem interesse de plantar o algodão.

³³ Ver em anexo o mapa n. 6 - Área Total da CTNP com o traçado da ferrovia. Sobre o interesse da CTNP em construir a ferrovia transnacional, ver Tomazi, 1997, p. 210, quando ele cita o trecho de um artigo publicado no Jornal de Londrina sob o título "*A caminho do Paraguay*". Ver também Monbeig, 1940, p.31, quando afirma que os ingleses possuíam uma Companhia ferroviária que "*deverá um dia atingir o Paraguai: onde não são pequenos os interesses britânicos. (...)*".

colônias particulares. A formação dessas colônias estatais vinha ao encontro dos interesses e da política de terras do governo federal e, posteriormente, da criação das Colônias Agrícolas Nacionais.

Portanto, juntamente com as empresas privadas, o processo de colonização dirigida da região Norte do estado do Paraná teve a participação importante do poder público como um colonizador direto e, principalmente, como incentivador e possibilitador de todas as condições para que a empresa privada agisse livremente. Houve *“uma simbiose entre o governo e empresa privada, principalmente, no tocante à CTNP”*. (TOMAZI, 1997:210)

Em relação ao processo de ocupação ocorrido até então de forma sistemática, cabe ressaltar que a colonização empreendida tanto pela CTNP, quanto pelo Estado e por outras empresas privadas, foi responsável pela repartição da terra em pequenas propriedades, bem como pela sua efetiva ocupação. No entanto, para os proprietários que adquiriram os pequenos lotes de terras, a posse das mesmas não era suficiente, pois não havia capital para abrir e cultivar a área adquirida. Para esses pequenos proprietários/sitiantes havia a necessidade de combinar o trabalho na sua terra com outras atividades (na própria CTNP e também nas grandes fazendas)³⁴. Outras formas encontradas pelos pequenos proprietários para manter-se na região e nas terras, tais como os loteamentos urbanos, arrendamentos, etc, foram analisadas e estudadas por outros autores.³⁵

Foi na década de 40, mais especificamente em 1944, que terminou o período da presença inglesa na região. Suas empresas foram vendidas, pois o governo Vargas, através de uma ação nacionalista, vetava a propriedade de terras a estrangeiros e onerava, com impostos, capitais estrangeiros aplicados no Brasil.

Em razão do rápido processo de ocupação nesse período, pode-se notar um crescimento populacional de grande importância na região analisada. Os dados do quadro apontam para um crescimento inicial de 202,2 % e depois de 79% entre um censo e outro.

³⁴ Ver os depoimentos coletados e relatados por Ana Yara Lopes (1982), os de Ana Maria C. Almeida (1995), Deise Maia (1993), e Ethel V. Kosminsky (1984).

³⁵ Ver Deise Maia (1993) que ao analisar a formação de um bairro em Londrina, através da compra de 9 alqueires e meio por uma família originária de Piraju/SP, onde eram pequenos sitiantes, nos indica como agiram diante das dificuldades financeiras pelas quais passaram.

Quadro 2.4 – Número de Habitantes por Período.

PERÍODO	NÚMERO DE HABITANTES	% COM RELAÇÃO AO RESTANTE DO ESTADO
1940	340.449	27,5
1950	1.029.025	48,6
1960	1.843.679	43,1

Fonte: PADIS, 1981:94

2.4 - Desenvolvimento Econômico da Região Norte do Paraná

Ao falarmos do desenvolvimento econômico da região estudada, não podemos deixar de contextualizá-lo na arena internacional. No período que vai do fim da segunda guerra mundial até a década de setenta havia condições internacionais que dificultavam o desenvolvimento de qualquer um dos setores produtivos, é o período em que no nível internacional, no contexto do sistema capitalista, mergulha-se em uma crise profunda. No caso específico do Brasil, duas fases devem ser ressaltadas: uma que vai de 1945 a 1955 quando o país tentava industrializar-se mas ainda possuía uma base agrária muito representativa no nosso PIB; outra, no período de 1955 a 1965 quando surgem mudanças significativas na nossa economia, que passa a se alicerçar no tripé - Estado, capitais nacionais e capitais internacionais. Nessa fase a preponderância do setor primário diminui, e o setor industrial passa a ser mais hegemônico na geração da renda interna do país, e passa a definir cada vez mais os rumos das políticas econômicas do país.

Entretanto, no estado do Paraná, o que ocorreu foi um crescimento significativo mas ainda baseado na produção primária. É nesse período também que se completa o processo de ocupação de todo o território norte-paranaense, que se integrará definitivamente à produção na ótica do capital.

Um dos elementos determinantes do desenvolvimento econômico da região norte paranaense foi sem dúvida o café. Embora a cafeicultura no Estado do Paraná já tivesse se desenvolvido nas décadas de 20 e 30, ele teve pouca presença na região Norte do Estado.

A grande depressão ocorrida na década de 30 associada às condições físicas inadequadas para o cultivo do café nas regiões de Curitiba significariam um revés na cafeicultura paranaense. A queda dos preços no mercado mundial desanimou os fazendeiros que acabaram reduzindo suas plantações.

Ao contrário, na região Norte onde já havia - em alguns núcleos urbanos como Jacarezinho, Cambará, Cornélio Procópio e Bandeirantes, - a presença da cafeicultura mas de forma muito incipiente, alguns fatores acabaram levando ao aumento do produto (área plantada) na região.

O clima e solo aliados às medidas protecionistas do governo central e à liquidação da cafeicultura na região de Curitiba levaram a um maior desenvolvimento da cultura, sendo que na década de 30, a produção física do café no Paraná chegou a triplicar. Mais tarde, as políticas de retração do plantio do café estabelecidas pelo governo federal levou à queima de grande parte do que era produzido, levando a alterações no custo da produção. Em decorrência da firme política de retração da oferta, houve uma elevação do preço do café em Nova York, nos fins de 1934, e essa tendência manteve-se no mercado internacional, criando incentivos para novos plantios de cafezais, mesmo tendo uma proibição em vigor.

Com a eclosão da segunda grande guerra e a conseqüente generalização desse conflito, os mercados europeus são perdidos, levando o Brasil juntamente com outros países latino-americanos produtores de café a fechar acordo com os Estados Unidos, estabelecendo cotas de exportação, e realizando o controle dos preços através do “*Oficie of Price Administration*”.³⁶

Esses acontecimentos, somados às geadas que ocorreram nos primeiros anos da década de 40 e às dificuldades decorrentes da instabilidade do mercado, fizeram com que a política estabelecida pelo governo fosse suspensa, liberando assim a expansão dos cafezais. Isso levou, já nos primeiros anos da década de 40, a um aumento das plantações no Paraná, e à criação,

“(...) nos anos seguintes, e principalmente, no final dos anos 50 e início de 60, as grandes safras de café que nos anos de 1959/60 e 1962/3, produziram um total de aproximadamente 70 milhões de sacas de 60 kg e colocaram o estado como o maior produtor de café do Brasil.” (TOMAZI, 1997:233)³⁷

Entretanto, o auge da cafeicultura na região analisada levou a diferentes situações, dentre elas: propiciou uma ocupação rápida, trazendo riqueza para alguns, mas também significou a saturação do mercado, a baixa na qualidade do café, e a baixa de preços nos mercados, o que teria levado muitos à pobreza.

³⁶ Ver PADIS, 1981: 120.

³⁷ Para maiores detalhes sobre os acontecimentos que levaram a essa posição no estado do Paraná, ver PADIS, 1981:105-146.

Outro importante fato econômico para o Paraná é que enquanto o país desde a década de 30 esforçava-se para tornar-se industrializado, o Paraná alienava-se, por um bom período de tempo, menosprezando as suas possibilidades de industrialização. Pode-se afirmar, segundo Padis (1981),

“(...) que a cafeicultura no Paraná, ao mesmo tempo em que foi mola propulsora para a rápida transformação econômica e social do estado, foi também a que criou os obstáculos para uma diversificação maior das atividades econômicas.” (PADIS, 1981 apud TOMAZI, 1997:235)

Nesse contexto, a região Norte do estado do Paraná com o desenvolvimento rápido que teve, acabou sendo importante e responsável por uma parcela significativa da renda gerada no Estado. Sua estrutura fundiária, onde se desenvolveram as atividades de lavoura, tinha por base as pequenas e médias propriedades.³⁸ O tamanho das propriedades acabou condicionando o tipo de economia que surgiria na região; por serem de dimensões limitadas, requeriam um volume de capital mais modesto, e em muitos casos, a força de trabalho da família era suficiente para atender as necessidades de cultivo.

Ao observarmos os dados sobre a região, a partir da década de 60, nota-se uma diversificação mais intensa de produtos, com uma variedade de bens agrícolas, destacando-se o algodão, o milho, o feijão, o arroz, a cana, o rami e o amendoim. Esses produtos foram responsáveis, no período de 1964/68, por 87% do valor total das lavouras da região, deixando de fora o café. Pode-se ter uma idéia da importância desses produtos para o Estado através da porcentagem produzida pelo total do Estado: algodão (97,98%), milho (51,30%), feijão (61,76%), arroz (71%), cana-de-açúcar (86%), rami (95%), e o amendoim (85%).³⁹

Esses produtos, com exceção do café, foram fundamentais para a consolidação econômica da região, pois alocaram os recursos para as outras atividades desenvolvidas.⁴⁰ No entanto, o café foi sem dúvida alguma a “alavanca da expansão econômica” do Norte do Paraná, até a década de 60,

³⁸ “As três companhias colonizadoras e o estado dividiram as terras em pequenos lotes, cujas dimensões variavam entre três e quinze alqueires e cuja venda era feita para pagamento parcelado, em prazo de até quatro anos, com juros de 8% ao ano.” (PADIS, 1981:105)

³⁹ Ver PADIS, 1981, P.107-111.

⁴⁰ Cabe ressaltar aqui que a partir da década de 60, houve um incremento dessas lavouras, inclusive contando também com uma pequena produção de mamona e de soja (que aumentou significativamente nos últimos anos), pelo fato de que a partir de 1962 o governo do estado do Paraná criou linhas de financiamento para investimentos em indústria de óleos vegetais. Segundo Padis, cerca de 29,3 milhões de cruzeiros foram investidos entre 1962 e 1968 nessas indústrias, “(...) ampliando a capacidade produtora, nesse período, de 107 para 804 toneladas/dia.” (PADIS, 1981: 110)

quando o norte do estado ainda seguia os passos do café, tanto que em 1962/63 o Paraná assume a dianteira produzindo cerca de 62% do café brasileiro.

3. O MUNICÍPIO DE LONDRINA E SEUS DISTRITOS

3.1 – Localização

Neste capítulo temos a intenção de fazer uma breve caracterização da localidade onde se encontra o nosso objeto de estudo. Partindo de uma análise baseada em dados secundários, visando a formação de um quadro inicial de conhecimentos a respeito de Londrina.

Viu-se nas páginas anteriores que a ocupação da região Norte do Paraná - onde Londrina está localizada - deu-se em “fases”, dentre as quais destacamos a que se iniciou a partir da década de 20 que chamamos de “colonização dirigida”, quando companhias privadas de colonização assumiram o encaminhamento do processo de ocupação. E é nesse período que Londrina foi criada, pelas mãos da Companhia de Terras Norte do Paraná.

De acordo com o relatório da CTNP (1975) Londrina seria apenas um dos pólos econômicos da região, pois várias cidades estariam destinadas a se tornar pólos econômicos. Essas cidades deveriam estar distanciadas uns 100 quilômetros aproximadamente umas das outras, sendo que entre elas - a mais ou menos cada 15 quilômetros - seriam fundados patrimônios e centros urbanos intermediários, que também seriam transformados em cidades, *“uma vez que possuíam um plano de divisão de datas residenciais e comerciais na área urbana, e, ao redor destas áreas, foram planejadas as chácaras para abastecer de gêneros alimentícios o mercado local.”*⁴¹ Quanto à zona rural, dividiram-na em pequenos lotes, com áreas que variavam de 10 a 20 alqueires, com a frente voltada para as estradas vicinais abertas ao longo dos espigões e com o fundo voltado para os ribeirões. Os lotes de terra eram destinados à exploração racional de culturas principais e secundárias com o objetivo de promover o comércio regional e local.⁴²

Londrina surgiu em 1929 como primeiro posto avançado desse projeto de colonização da CTNP, primeiramente conhecido como Patrimônio Três Bocas, e foi elevada ao status de município em dezembro de 1934, tendo seu nome mudado a fim de homenagear os ingleses que iniciaram o processo de colonização da região.⁴³

⁴¹ FAGUNDES, 1998:19-20.

⁴² Houve, porém, alguns agricultores que romperam com essa política da Cia de Terras e acabaram comprando vários lotes, transformando em fazendas suas áreas.

⁴³ Segundo os estudos feitos, Londrina significa “*pequena Londres*” e seria, portanto, a “casa” dos ingleses fora de sua terra natal.

O município de Londrina ocupa uma área de 1.715.897 Km², tendo como limites os municípios de Cambé, Sertanópolis, Assaí, São Jerônimo da Serra, Ortigueira, Marilândia do Sul, Apucarana, Araongas e Ibiporã. A área urbana do município possui aproximadamente 10.437 ha, enquanto que a área rural possui uma área de 183.093 ha distribuídos em distritos administrativos: Lerroville, Paiquerê, Irerê, Guaravera, Maravilha, São Luiz, Espírito Santo e Warta.

Quadro 3.1 - Área e Altitude dos Distritos Administrativos – Município de Londrina

DISTRITOS	ÁREA (Km²)	ALTITUDE (m)
LONDRINA – SEDE	338,268	608 (Centro)
WARTA	27,730	621 (Igreja)
ESPÍRITO SANTO	184,924	553 (Igreja)
MARAVILHA	124,806	464 (Igreja)
IRERÊ	135,955	556 (Igreja)
SÃO LUIZ	153,361	668 (Igreja)
GUARAVERA	177,305	581 (Praça Rodoviária)
LERROVILLE	298,590 + 63,000 (Área Indígena) ⁽¹⁾	810 (Igreja)
PAIQUERÊ	211,958	606 (Igreja)
TOTAL	1.715,897	

FONTE: IPPUL – Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Londrina

NOTA: (1) Área Indígena atualmente (09/2000) pertence ao município de Tamarana

3.2 – Demografia

Londrina teve seu crescimento acelerado devido a vários fatores, dentre os quais estão a sua localização no norte do Estado, ficando próxima ao estado de São Paulo, que lhe valeu a condição de sede da CTNP. O crescimento demográfico, por sua vez, foi incentivado pela exploração cafeeira

principalmente no período entre 1950 e 1980, tanto que em 1950 o crescimento foi de 88,79%, caindo nas décadas de 60 e 70 para 69,18% quando houve um declínio da cultura cafeeira, e estabilizando-se entre 70 e 80 com um índice de 32,27% que ainda era muito expressivo.

Se tomarmos os dados dos Censos Demográficos podemos verificar como ocorreu a evolução da população residente no município desde a década de 50:

Tabela 3.1 - Evolução da População Residente no Município de Londrina

ANO	URBANA	%	RURAL	%	TOTAL
1950	34.230	47,93	37.182	52,07	71.412
1960	77.382	57,40	57.439	42,60	134.821
1970	163.528	71,69	64.573	28,31	228.101
1980	266.940	88,48	34.771	11,52	301.711
1991	366.542	94,00	23.417	6,00	389.959
1996	396.121	96,02	16.432	3,98	412.553
2000	433.264	96,95	13.585	3,04	446.849

Fonte: População Presente - Censo 1950 - IBGE

Sinopse Preliminar do Censo Demográfico - 1960 - IBGE

Censo Demográfico - 1970 e 1980 - IBGE

Sinopse Preliminar do Censo Demográfico - 1991 - IBGE

Estimativa do Censo Demográfico - 1996 - IBGE

Dados Preliminares do Censo Demográfico 2000 - IBGE

Em 1960, a taxa de crescimento populacional chegou a 6,60%, sendo que a partir daí essa taxa sofreu uma queda, passando em 1970 para 5,40%; em 1980, para 2,82%. Na década de 90, a taxa de crescimento anual voltou a crescer, tendo chegado a 3,35%. Isso demonstra uma acentuada tendência de concentração populacional na sede urbana do Município, visto que do total da população existente no município, 96% encontrava-se na área urbana. O restante da população londrinense estava nos distritos rurais administrativos da cidade.

Quanto a esses distritos rurais, nota-se que nas décadas de 70, 80 e início de 90 houve uma diminuição da população residente na área rural do distrito e nas suas sedes urbanas. Mas esse

crescimento não foi igual para todos os distritos, enquanto alguns tiveram um aumento significativo da população nas suas sedes, outros mantiveram-se estáveis, e outros ainda sofreram uma pequena retração. O quadro abaixo demonstra a ocorrência desse fato:

Tabela 3.2 - Distribuição da População por Distritos Administrativos *

Ano	1970			1980			1990		
	Urbano	Rural	Total	Urba no	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Lerroville	409	11.752	12.161	1.120	6.720	7.840	2.099	6.054	8.153
Paiquerê	1.087	3.796	4.883	1.117	2.802	3.919	1.552	2.524	4.076
Guaravera	1.732	5.929	7.661	1.366	4.058	5.424	1.985	3.656	5.641
Maravilha	-	-	-	257	2.427	2.684	604	2.187	2.791
São Luiz	391	4.844	5.235	520	2.585	3.105	900	2.329	3.229
Warta	412	4.706	5.118	357	956	1.313	505	861	1.366
Irerê	1.064	8.559	9.623	1.156	1.581	2.737	1.422	1.424	2.846
Tamarana	2.081	10.444	12.525	3.148	5.773	8.921	4.077	5.201	9.278
TOTAL	7.176	50.030	57.206	9.041	26.902	35.943	13.144	24.236	37.380

* O distrito do Espírito Santo não consta na lista pois ainda não havia sido criado. E o distrito de Tamarana já havia-se tornado município quando da realização da nossa pesquisa.

Fonte: Censo Demográfico 1970, 1980 - IBGE

Projeção da População - 1990 - IPARDES

Nos anos 91, 92 e 93 pode-se observar um aumento da população nos distritos administrativos de Londrina, que se deu tanto na área rural como na urbana:

Tabela 3.3 - Distribuição da População por Distritos Administrativos - 1991 -1992 -1993

Ano	1991			1992			1993		
	Distrito	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural
Lerroville	1.172	3.874	5.046	1.200	3.965	5.165	1.228	4.059	5.287
Paiquerê	1.353	2.033	3.386	1.385	2.082	3.467	1.418	2.130	3.548
Guaravera	2.177	2.965	5.142	2.229	3.035	5.264	2.281	3.106	5.387
Maravilha	344	1.419	1.763	352	1.453	1.805	361	1.487	1.848
São Luiz	534	1.709	2.243	546	1.750	2.296	560	1.791	2.351
Warta	481	810	1.291	492	829	1.321	504	849	1.353
Irerê	1.216	1.003	2.219	1.245	1.027	2.272	1.274	1.051	2.325
Tamarana	4.203	4.574	8.777	4.302	4.684	8.986	4.404	4.792	9.196
(*)									
TOTAL	11.480	18.387	29.867	11.751	18.825	30.576	12.030	19.265	31.295
(**)									

Fonte: Censo Demográfico - 1991 - IBGE

Inventário Municipal da Base Operacional - Síntese

Perfil de Londrina - 1993 - Secretaria de Planejamento - PML

* O distrito de Tamarana emancipou-se em 1995 através de plebiscito, passando a existir como município em janeiro de 1997.

** O distrito de Espírito Santo foi criado em 7 de janeiro de 1994, e segundo estimativa da SEPLAN, a população total do distrito em 1994 era cerca de 2680 habitantes, não estando especificadas as áreas urbana e rural.

Quadro 3.2 - Distribuição da População por Distrito Administrativo - 1996

MUNICÍPIO DISTRITOS	1996		
	Urbana	Rural	TOTAL
Guaravera	2.093	2.272	4.365
Irerê	1.334	805	2.139
Lerroville	1.158	4.314	5.472
Paiquerê	1.273	1.285	2.558
São Luiz	408	1.509	1.917
Espírito Santo ⁽¹⁾	248	2.638	2.886
Warta	671	652	1.323
Maravilha	332	1.011	1.343
Total	7.513	14.473	21.986
Sede	388.604	1.946	390.550
TOTAL	396.121	16.432	412.553

FONTE: Contagem da População 1996 - IBGE

(1) O Distrito de Espírito Santo foi criado pela Lei Municipal nº 5.842 de 20.07.94

Outra característica demográfica do município de Londrina é possuir uma população bem equilibrada quanto ao sexo do total de habitantes: 51% são mulheres e 48% são homens. No que se refere à faixa etária, o município tem uma população bastante jovem, sendo que quase a metade, ou seja, aproximadamente 73% encontra-se na faixa etária entre menos de 1 ano e 40 anos de idade. Desse total, cerca de 45% está na faixa entre 15 e 40 anos.

3.3 - Estrutura Fundiária

A estrutura fundiária do município de Londrina apresenta, em relação ao número total de estabelecimentos agropecuários do município, uma predominância de pequenas e médias propriedades, o que pode ser demonstrado através dos dados do Censo Agropecuário do IBGE relativos ao ano de 1996, onde os estabelecimentos com estratos de área inferior a 100 ha representam

aproximadamente 87% do total de estabelecimentos do município mas ocupam apenas 27% da área total.

No entanto, o município de Londrina tem apresentado nas últimas décadas uma alta concentração no que se refere ao acesso à terra, e segundo alguns dados coletados e analisados pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento da Prefeitura do Município, a estrutura fundiária de Londrina mostra um alto índice de Gini ⁴⁴ (0,741), o que representa uma concentração muito forte no acesso à terra.

Assim, ao visualizarmos a evolução da estrutura fundiária do Município de Londrina, através dos quadros abaixo, podemos perceber claramente o predomínio de propriedades pequenas e médias e a alta concentração de terras.

Quadro 3.3 - Estrutura Fundiária do Município de Londrina - 1970

ANO	1970			
	ESTABELECIMENTO		ÁREA (ha)	
GRUPOS DE ÁREA (ha)	N.º	%	N.º	%
Menos de 10	2.734	49,00	14.146	7,50
10 a menos de 100	2.619	49,93	63.427	33,64
100 a menos de 1.000	204	3,66	54.620	28,97
1.000 a menos de 10.000	23	0,41	56.362	29,89
TOTAL	5.580	100,00	188.555	100,00

Fonte: Censo Agropecuário - 1970 – IBGE

⁴⁴ Índice de Gini - Varia de 0,0 a 1,0, sendo que, quanto mais próximo de 1,0 maior é a concentração do acesso à terra, ou seja, um reduzido percentual dos estabelecimentos se apropria da maior parcela da área de terra.

Quadro 3.4 - Estrutura Fundiária do Município de Londrina

GRUPOS	1980			1985			1995/96					
	Nº ESTA B.	%	ÁREA (ha)	Nº ESTA B.	%	ÁREA (ha)	Nº ESTAB	%	ÁREA (ha)	%		
Até 5	810	22,17	1.808	0,94	1.140	27,46	2.712	1,42	744	23,85	1.910	1,04
De 6 a 10	537	14,70	4.249	2,21	686	16,53	5.360	2,81	469	15,04	3.686	2,01
De 11 a 20	933	25,53	13.171	6,84	974	23,46	13.587	7,13	715	22,93	9.984	5,45
De 21 a 50	802	21,95	24.943	12,94	765	18,43	24.176	12,70	549	17,60	17.289	9,44
De 51 a 100	241	6,60	16.826	8,73	251	6,05	17.822	9,36	244	7,82	17.452	9,53
De 101 a 200	158	4,32	21.810	11,32	154	3,71	21.550	11,32	186	5,96	26.135	14,28
De 201 a 500	110	3,01	33.370	17,32	120	2,89	35.197	18,48	135	4,33	41.333	22,58
De 501 a 1.000	38	1,04	26.210	13,60	41	0,99	29.003	15,23	42	1,35	29.807	16,28
Mais de 1.000	25	0,68	50.301	26,10	20	0,48	41.033	21,55	14	0,45	35.497	19,39
S/Declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	21	0,67	-	-
TOTAL	3.654	100,00	192.688	100,00	4.151	100,00	190.440	100,00	3.119	100,00	183.093	100,00

Fonte: Censos Agropecuários 1980, 1985, 1995/96 - IBGE

Embora os estratos com áreas até 100 há incluam muitas chácaras com produtividade insignificante, o número de propriedades produtivas – 92% do total – é muito mais expressivo e se destaca tanto na produção de alimentos de primeira necessidade, quanto na diversificação e geração de empregos. Portanto, podemos mostrar primeiramente e a partir dos dados secundários que obtivemos, que as pequenas propriedades viabilizaram-se no município de Londrina devido a fatores externos à unidade de produção, dentre os quais se destacam a diversificação possível e a capacidade de absorção da produção pelo mercado local.

3.4 - Estrutura Produtiva

O município de Londrina apresenta uma utilização da terra não muito diversificada, dentre as quais se pode citar a pecuária, a agricultura e as matas, tanto naturais como plantadas, sendo que 45% das terras são ocupadas por pastagens, 33% com lavouras e 15% com matas e florestas, o que demonstra um bom aproveitamento da terra no município.

Tabela 3.4 - OCUPAÇÃO E USO DO SOLO

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA (há)	%
Lavouras Permanentes	6.713	3,67
Lavouras Temporárias	52.389	28,61
Lavouras Temporárias em Descanso	1.644	0,90
Pastagens Naturais	6.114	3,34
Pastagens Plantadas	76.949	42,03
Matas e Florestas Naturais	27.225	14,87
Matas e Florestas Plantadas	1.833	1,00
Terras Produtivas não Utilizadas	2.213	1,21
Áreas Inaproveitáveis	8.012	4,37
TOTAL	183.093	100,00

FONTE: Censo Agropecuário 1995/1996 – IBGE

Durante as décadas de 30 a 60, o café foi a principal cultura agrícola do município, tendo promovido um importante crescimento econômico. A partir da década de 60, no Estado do Paraná e sobretudo na região Norte, ocorreram grandes transformações ocasionadas pelas geadas, mau uso do solo, mecanização da lavoura, concentração das propriedades e expansão da pecuária, que influíram no deslocamento de grande parte da população para a zona urbana, principalmente para cidades maiores como Londrina. É nessa década e com o declínio do plantio do café - devido às geadas e à erradicação dos cafezais incentivada pelo próprio governo -, que o município de Londrina passou a ter maior diversificação agrícola, inicialmente com a plantação da chamada “lavoura branca” (soja e trigo) e posteriormente com outros produtos agropecuários, com destaque para lavouras temporárias e a pecuária bovina e avícola.

Entre 1970 e 1980, o café, o milho, o arroz e o feijão representavam 56,53%, 55,65%, 38,03%, respectivamente, do total do volume dos principais produtos colhidos no município. Já no início da década de 90, esses produtos representavam 27,97% do total, enquanto a soja e o trigo passaram a representar 60,99% do total colhido.

No período entre 1980 e 1995, ocorreram oscilações quanto à retração da área das principais lavouras e do efetivo rebanho animal:

Tabela 3.5 - Área de Lavouras e Efetivo da Pecuária de Londrina - Entre 1980 e 1995

Especificação	1980	1985	1990	1995
Lavoura (ha)				
Algodão	1.960	5.700	4.000	700
Arroz	9.450	2.620	2.460	1.800
Feijão	3.883	2.340	1.750	430
Rami	1.513	1.650	2.705	1.430
Milho	23.275	26.450	17.500	19.500
Soja	27.365	25.000	30.000	29.500
Trigo	12.700	15.573	24.000	8.620
Café	10.753	11.724	12.786	5.400
Uva	150	180	350	350

Pecuária (n.º cabeças)				
Bovinos	155.042	166.000	116.575	145.670
Suínos	48.000	44.000	29.800	8.834
Aves	1.312.305	939.860	1.640.000	1.887.420

Fonte: PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DE LONDRINA - 1996 - p.16.

Essas alterações podem ser verificadas diferentemente entre as atividades, visto que são relativas

“(...) às mudanças ocorridas no sistema de cultivo, nas relações de trabalho, na importância econômica dos produtos, na reconversão das atividades exploradas, as quais contemplam tanto os aspectos inerentes do processo produtivo, como também, a introdução de novas atividades econômicas como, por exemplo, a fruticultura. Entre as lavouras, ocorreu drástica redução na área de algodão, de arroz, de feijão e de rami, havendo, com exceção desse último, deslocamento espacial do cultivo para outras regiões do estado.”
(Plano de Desenvolvimento Rural de Londrina, 1996, p.)

No caso específico do rami, o problema foi de ordem global, pois os preços desse produto abaixaram devido à abertura comercial. O produto importado chegava ao país com preço melhor do que o nacional, impossibilitando os produtores de bancar os preços do mercado interno.

Já as lavouras de soja e milho, que possuem a maior área cultivada, também sofreram oscilações no período aqui analisado. No entanto, esses produtos possuem um patamar tecnológico que garante a sua continuidade. Segundo as interpretações dos autores do Plano de Desenvolvimento Rural de Londrina, nos quais estão órgãos públicos como o IAPAR e a EMATER, dentre as atividades consideradas no processo de diversificação das unidades produtivas, a fruticultura aparece como a principal. Dentre as frutas cultivadas, destaca-se a uva, cujo volume produzido apresenta um quadro crescente, embora outras espécies estejam sendo implantadas na região.

O café teve sua área reduzida no período de 1980 a 1995 e foi sendo substituído por outras culturas, mas a partir do final da década de 1990, observa-se novamente a presença do café na região, não mais na sua forma tradicional, mas através do sistema de cultivo adensado e super adensado, que ocupa uma menor área com maior número de pés. Além dessa nova forma de plantio, o café continua sendo o produto que traz enormes benefícios para a economia local, não apenas por deter a estrutura de comercialização captadora da produção regional, mas também por agregar valor ao produto, mediante seu beneficiamento e industrialização.

3.5 - Características dos Distritos Rurais de Londrina

Para o melhor entendimento da realidade da agricultura familiar de Londrina, pensamos que seja necessário conhecer mais detalhadamente o espaço em que este objeto se encontra. Para isso, apresentaremos a seguir as principais características dos distritos rurais do município, com o objetivo de traçar um panorama geral da situação em que cada um se encontra.

3.5.1 – Lerroville

O distrito de Lerroville foi criado no ano de 1963 e encontra-se a uma distância de aproximadamente 50 Km da sede do município de Londrina. Possui uma área de 298,59 Km² sendo que deste total, 0,21 Km² referem-se a sua sede urbana.

Entre os anos de 1963 e 1964, a cultura que predominou nesse distrito foi a cafeicultura, que se manteve como principal cultivo do distrito mesmo quando houve a introdução do cultivo da soja que era vislumbrada com grande perspectiva econômica na década de 70. Nos anos 70 havia uma grande concentração da população na área rural, quadro que foi alterado significativamente no ano de 1975 em função da geada, modificando a estrutura demográfica do distrito. Isso pode ser demonstrado a partir dos dados dos Censos do IBGE referentes a 1970 e 1991.

Segundo os dados do Censo de 70, a população total do distrito somava então 12.161 habitantes, sendo que 11.752 moravam na área rural do distrito, e de acordo com dados do Censo de 1991, a população total do distrito caíra para um total de 5.046 habitantes, dos quais 3.874 habitantes concentravam-se na área rural do distrito, enquanto o restante - 1.172 habitantes - encontrava-se na área urbana. Esses dados demonstram que no período da grande geada e no período subsequente - décadas de 70 e 80 - houve uma evasão significativa da população do meio rural, cerca de mais de 50% da população.

Outro dado interessante sobre a população do distrito de Lerroville é que se trata de uma população bastante jovem, 45,36% tem idade inferior a 20 anos ⁴⁵.

3.5.2 – Paiquerê

O distrito de Paiquerê foi criado em 1964, está localizado a 35Km da sede do município de Londrina. Possui uma área total de 211,96 Km² e está instalado num topo localizado num interflúvio entre as bacias do rio Marrecas e Taquara. O solo do distrito é de alta fertilidade natural, e possui um relevo suavemente ondulado, o que favorece o uso de implementos e máquinas agrícolas.

A economia do distrito esteve inicialmente pautada na atividade agropecuária, sendo que em 1952, antes de sua fundação como distrito, iniciou-se o plantio do café, que levou a um intenso fluxo migratório. Nas décadas mais recentes, a cafeicultura foi substituída pelo plantio da soja.

A estrutura demográfica do distrito de Paiquerê também sofreu alterações a partir da década de 70, quando do total de 4.883 habitantes, 3.796 moravam na área rural do distrito; já em 1991, esse total diminuiu para 3.385 e verificou-se um aumento populacional da área urbana do distrito para 21,13%. Quanto à faixa etária da população residente, o distrito encontra-se dentro dos padrões da população brasileira, ou seja, existe uma maior concentração nas faixas inferiores aos 50 anos. (Perfil de Londrina, 1991, p. 59)

⁴⁵ Dados coletados em fonte secundária. Perfil da Área Rural de Londrina, 1991, p.37.

3.5.3 – Guaravera

Fundado em 1951, o distrito de Guaravera possui uma área total de 177,30Km², dos quais 0,23 Km² pertencem a sua sede urbana. Está localizado na parte sudeste do município de Londrina, numa distância de cerca de 40Km. É o quarto maior distrito em extensão.

Possui uma atividade econômica bem diversificada, mas a economia do distrito está voltada quase que totalmente à agricultura, com predomínio da policultura, produzindo arroz, algodão, soja, maçã, trigo, rami, feijão e uva, sendo esta última a mais importante atualmente.

Tendo em vista o desenvolvimento da fruticultura no distrito, tem-se verificado um fenômeno diferenciado no que se refere à estrutura demográfica. Na última década, houve um equilíbrio entre a evasão da área rural e o crescimento populacional ocorrido na área urbana, fazendo com que o índice de perda fosse reduzido (- 5,2 %).

Assim como ocorreu em toda a região, nos anos 70, mais exatamente após a geada de 75, houve um elevado índice de redução da população, provocado pela erradicação do café; entretanto, na década de 90, houve um aumento na área de cultivo de uva e maçã, o que, acredita-se, tenha contribuído para o significativo aumento da população.

3.5.4 - Maravilha

O distrito de Maravilha foi fundado em setembro de 1977, está localizado na margem esquerda do rio Tibagi, a uma distância de 26 Km da sede urbana do município de Londrina. A sua área total é de 124,81 Km², dos quais 0,41 Km² pertencem à sede do distrito. Mesmo tendo sido fundado recentemente, esse distrito também possui uma história ligada à produção do café, bem como teve sua estrutura demográfica alterada em função da geada de 75.

De acordo com as informações obtidas nos censos de 1980 e 1991, houve no distrito uma perda de 41,53% da população residente na área rural. Essa perda não está relacionada somente ao aumento da população residente na sede do distrito, mas principalmente ao deslocamento para a sede urbana do município de Londrina.

3.5.5 – São Luiz

O distrito de São Luiz foi criado em junho de 1951, no entanto não se encontram relatadas muitas informações a seu respeito. Possui uma área de 153,361 Km² e sua sede ocupa 0,20 Km², representando o quinto lugar em extensão entre os distritos londrinenses. Localiza-se a cerca de 32 Km da sede do município.

Durante a década de 70, o distrito perdeu cerca de 46,64% da sua população rural, e o crescimento da área urbana do distrito não foi equivalente, demonstrando que houve uma forte evasão do homem do campo em busca de grandes centros urbanos. Existe nesse distrito uma grande concentração da população de faixas etárias inferiores, sendo que 20,25% tem menos de 10 anos de idade e 25,31% situa-se na faixa entre 10 e 19 anos de idade, o que demonstra uma significativa presença da população jovem no distrito.

3.5.6 – Warta

O distrito de Warta foi criado em dezembro de 1953 e possui uma história de migração diferenciada dos demais distritos.

A companhia de colonização inglesa, que foi responsável pelo povoamento da área hoje ocupada pelo município de Londrina, através do seu funcionário engenheiro Inácio Szankoski, reservou uma porção de terra localizada ao norte do município para ser colonizada por imigrantes poloneses e seus descendentes. Esses, atraídos pelos panfletos de divulgação da nova e promissora área a ser colonizada, vieram do estado de Santa Catarina conhecer a região e se identificaram com o local devido às suas semelhanças com o local de sua origem.

O primeiro a adquirir um lote de terra na área foi o Sr. Eduardo Cebulski, em 1932. Outros colonos foram chegando na década seguinte formando uma colônia polonesa no local. A ocupação da terra deu-se de forma ordenada, sendo que todas as propriedades tinham acesso à estrada principal e eram servidas de água pelos rios da região, a única exceção foi destinada a ser a sede urbana do distrito.

O nome Warta foi adotado por ser um rio polonês e significar “que tem valor” e também por ser de fácil pronúncia para os povos de língua latina.

O distrito de Warta possui uma área total de 27,73 Km², sua sede ocupa 0,20 Km², está localizado a 23 Km ao norte da sede do município.

O distrito sofreu em 1979 uma incorporação de parte de sua área à sede do município, visando à implantação de conjuntos habitacionais, o que torna difícil uma análise de sua estrutura demográfica, à medida que a maior perda populacional da área rural do distrito deu-se justamente no período dessa incorporação - (-79,69%). A proximidade do distrito com a sede do município levou-o a assumir características eminentemente urbanas.

3.5.7 – Espírito Santo

O distrito de Espírito Santo é o mais recente entre os distritos rurais de Londrina, foi criado em 7 de janeiro de 1994.⁴⁶ Está localizado a 15 quilômetros da sede do município e possui uma área total de 184,92 Km², sendo que desse número apenas 70 m² pertencem à sede do distrito. Devido à proximidade com a zona urbana de Londrina, o distrito abriga muitas chácaras de moradores da cidade. A população total do distrito é cerca de 2.680 habitantes, sendo 500 habitantes da área urbana.

A produção agrícola do distrito é diversificada, possuindo muitos estabelecimentos que produzem hortifrutigranjeiro, além de grãos, como a soja, por exemplo.

⁴⁶ Devido à recente criação do distrito, foi difícil encontrar dados registrados sobre sua estrutura fundiária e produtiva, utilizamos como fonte de informações as observações feitas em campo e aquelas fornecidas pelos técnicos e agrônomos da EMATER/Londrina.

4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

4.1 - Caracterização dos Grupos Familiares

A família representa a unidade básica de trabalho e, portanto, nossa principal unidade de análise, sendo fundamental caracterizar a sua composição. A família enquanto unidade de análise está representada pela figura do “chefe” ou do responsável pelo estabelecimento que pode ser o pai, a mãe e/ou o(s) filho(s). Para realizar essa caracterização utilizamos algumas variáveis como o número de pessoas que compõem a família, a idade, o número de filhos, etc.

A maioria das pessoas entrevistadas são do sexo masculino (94,3%). Entre os entrevistados, somente um deles era viúvo, os outros são todos casados e vivem com suas esposas e/ou maridos.

Quanto ao local de moradia dos entrevistados, a maior parte deles residem no próprio estabelecimento rural, veja a tabela abaixo:

Tabela 4.1 a – Local de Moradia dos Entrevistados por Distrito Administrativo.

	Distrito							Total	
	Lerrovile	Paiquerê	Guaravera	Maravilha	São Luiz	Espírito Santo	Warta		
Local de moradia	Estabelecimento rural	18 94,7%	9 75,0%	10 83,3%	4 80,0%	7 87,5%	10 100,0%	4 100,0%	62 88,6%
	Cidade	1 5,3%	3 25,0%	1 8,3%	1 20,0%	1 12,5%			7 10,0%
	Não respondeu			1 8,3%					1 1,4%
Total	19 100,0%	12 100,0%	12 100,0%	5 100,0%	8 100,0%	10 100,0%	4 100,0%	70 100,0%	

Fonte: Pesquisa de Campo – 2000.

O grau de escolaridade dos entrevistados não é muito alto, mais da metade possuem o nível primário, 17% são analfabetos e poucos chegaram a realizar o ginásio e o colegial.

Tabela 4.1 b - Escolaridade do entrevistado por Distrito

	Distrito							Total
	Lerrovile	Paiquerê	Guaravera	Maravilha	São Luiz	Espírito Santo	Warta	
Não estudou	1 5,3%	4 33,3%	3 25,0%		3 37,5%	1 10,0%		12 17,1%
Primário incompleto	8 42,1%	3 25,0%	4 33,3%	2 40,0%	1 12,5%	2 20,0%		20 28,6%
Primário completo	4 21,1%	4 33,3%	5 41,7%	3 60,0%	3 37,5%	3 30,0%	2 50,0%	24 34,3%
Ginásial	3 15,8%	1 8,3%			1 12,5%	3 30,0%	1 25,0%	9 12,9%
Colegial	3 15,8%					1 10,0%	1 25,0%	5 7,1%
Total	19 100,0%	12 100,0%	12 100,0%	5 100,0%	8 100,0%	10 100,0%	4 100,0%	70 100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo - 2000.

De acordo com a tabela abaixo, pode-se notar que os agricultores possuem uma origem diferenciada. A maioria veio do próprio estado do Paraná (Londrina e outras cidades), em seguida temos os agricultores que vieram dos estados de São Paulo e de Minas Gerais. E em poucos números outros estados brasileiros e outras nacionalidades.

Tabela 4.1 c - Local de onde vieram os agricultores entrevistados por distrito.

		Distrito						Total	
		Lerovile	Paiqueré	Guaravera	Maravilha	São Luiz	Espírito Santo		Warta
De onde o Sr. veio?	Londrina	5 26,3%	3 25,0%		1 20,0%	1 12,5%	7 77,8%	3 75,0%	20 29,0%
	PR	4 21,1%	4 33,3%	4 33,3%		1 12,5%	2 22,2%		15 21,7%
	RS	1 5,3%							1 1,4%
	MG	5 26,3%	1 8,3%	1 8,3%		2 25,0%			9 13,0%
	RJ			1 8,3%		1 12,5%			2 2,9%
	SP	2 10,5%	3 25,0%	4 33,3%	3 60,0%	1 12,5%		1 25,0%	14 20,3%
	BA					1 12,5%			1 1,4%
	PE			2 16,7%					2 2,9%
	PI					1 12,5%			1 1,4%
	RN	1 5,3%							1 1,4%
	SE		1 8,3%						1 1,4%
	Portugal	1 5,3%							1 1,4%
	Japão				1 20,0%				1 1,4%
	Total		19 100,0%	12 100,0%	12 100,0%	5 100,0%	8 100,0%	9 100,0%	4 100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo – 2000.

De acordo com os dados coletados na pesquisa de campo, o número médio de pessoas que vivem na casa do chefe ou responsável é de 4,1 pessoas incluindo o próprio chefe.

Quantas pessoas vivem na sua casa incluindo o Sr.?

Distrito	Nº médio de moradores por domicílio	N
Lerrovile	3,95	19
Paiquerê	4,17	12
Guaravera	4,08	12
Maravilha	4,40	5
São Luiz	5,00	8
Espírito Santo	3,60	10
Warta	3,75	4
Total	4,10	70

Fonte: Pesquisa de Campo - 2000

Quanto aos filhos, o número médio por família é de 3,9 filhos, esse número está bem abaixo da média de filhos dos pais dos chefes das unidades que é de 6,9 filhos. Os dados demonstram uma redução no tamanho médio das famílias desses agricultores, o que pode ser um indicativo de uma menor disponibilidade de força de trabalho familiar, justificando a estratégia de combinar a contratação de mão-de-obra e de troca de serviços com o trabalho familiar que está presente em aproximadamente 60% dos agricultores entrevistados.

Quantos filhos(as) o Sr. tem?

Distrito	Nº médio de filhos dos entrevistados	N
Lerrovile	3,47	19
Paiquerê	4,75	12
Guaravera	5,33	12
Maravilha	2,20	5
São Luiz	5,13	8
Espírito Santo	2,80	10
Warta	1,50	4
Total	3,90	70

Fonte: Pesquisa de Campo - 2000

Do total ⁴⁷ de filhos entre os entrevistados 50,98% são homens e 49,02% são mulheres, ainda desse total 14,2% são de filhos com idade até 14 anos. Esse número não é baixo na medida em que a idade média dos chefes de família é de 54 anos.

⁴⁷ O total de filhos somam 273, desses 12 (4,3%) não foram identificados, pois o entrevistado não quis responder à questão. Assim, quando nos referirmos ao percentual de total de filhos identificando o sexo ou a

Tabela 4.1 d - Faixas de idade, por sexo dos filhos.

	Sexo dos filhos		Total	
	Masculino	Feminino		
Faixas de idade dos filhos	Até 14 anos	16 12,2%	21 16,3%	37 14,2%
	De 15 a 20 anos	24 18,3%	18 14,0%	42 16,2%
	De 21 a 25 anos	22 16,8%	23 17,8%	45 17,3%
	De 26 a 30 anos	30 22,9%	20 15,5%	50 19,2%
	De 31 a 40 anos	29 22,1%	37 28,7%	66 25,4%
	Mais de 40 anos	10 7,6%	10 7,8%	20 7,7%
	Total	131 100,0%	129 100,0%	260 100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo – 2000.

No que se refere à ocupação dos filhos em geral, os que trabalham com o pai e que ajudam no sítio somam 28,3% do total de filhos, e entre esses que ajudam a grande maioria (78%) são filhos (homens). Dentre os filhos (homens), os que exercem atividades no sítio do pai representam quase a sua metade. O quadro abaixo nos mostra melhor a distribuição das ocupações realizadas por filhos e filhas.

idade esses 12 não serão contados, o total de filhos utilizados para o cálculo é 261. Na resposta desse agricultor sobre quem trabalha no sítio foi possível verificar que nenhum dos 12 filhos ajudam ou trabalham

Quadro 4.1 a: - Ocupação dos filhos segundo a % de filhos por sexo e % dos filhos que ajudam ou trabalham com o pai no sítio.

OCUPAÇÃO	HOMENS		MULHERES		TOTAL DE FILHOS (%)
	%	% que trabalha/ajuda o pai	%	% que trabalha/ajuda o pai	
Estudante	5,74	1,91	8,81	2,29	14,55
Agricultor	24,13	19,54	6,51	1,91	30,64
Dona de Casa	-	-	11,87	1,53	11,87
Serviços Urbanos*	16,47	0,76	17,24	-	33,71
Outros**	1,53	-	0,76	0,38	2,29
Não trabalham e não estudam	3,11	-	3,83	-	6,94
	50,98	-	49,02	-	100
Total dos que ajudam o pai	-	22,2	-	6,1	-

Fonte: Pesquisa de Campo – 2000

* Incluímos nesta categoria somente as ocupações que são realizadas fora da área rural, tais como: vendedor, secretária, professor(a), auxiliar de escritório, técnico administrativo, motorista, bancário, eletricitista, costureira, cabeleireiro, enfermeira, pedreiro, operário, funcionário público, comerciante, etc.

** Em outros estão apenas as ocupações de técnico agrícola, administrador de fazenda e trabalhador rural, e/ou bóia-fria.

Ainda com relação ao quadro acima, é possível verificar que o número de filhos (homens) que exercem atividade de agricultor é quatro vezes maior com relação ao número

de filhas, o que indica uma inclinação⁴⁸ dos filhos a permanecer no campo como agricultor. Fazemos essa observação com base nos dados referentes ao local de moradia dos filhos agricultores, onde 46,4% dos filhos agricultores moram com o pai; 26,2% moram no mesmo sítio do pai, mas em casas separadas; 20,2% moram em outro sítio e apenas 7,1% moram na sede do distrito onde o sítio está localizado. Infelizmente, não obtivemos informações sobre o estado civil dos filhos para verificar se os que moram com o pai já constituíram outra família ou se são solteiros, assim poderíamos saber se a profissão de agricultor é uma opção conjuntural ou definitiva para esses filhos.

Tabela 4.1 e - Lugar de moradia, por sexo dos filhos.

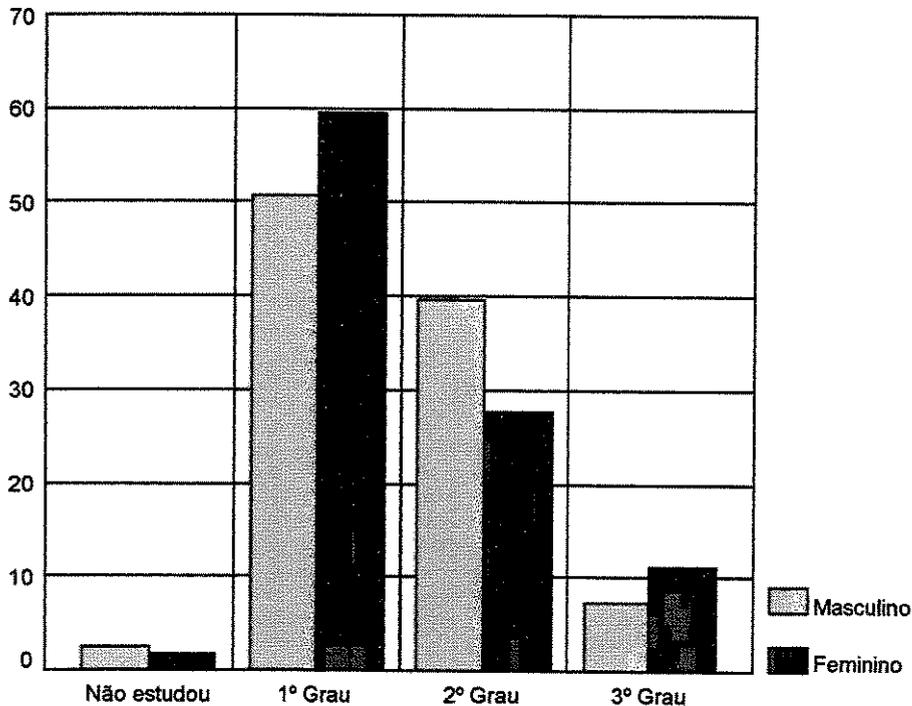
		Sexo do filho(a)		Total
		Masculino	Feminino	
Residência dos filhos agricultores	Casa da família	34	5	39
		52,3%	26,3%	46,4%
	Estabelecimento	20	2	22
		30,8%	10,5%	26,2%
	Outro estabelecimento	7	10	17
		10,8%	52,6%	20,2%
	Cidade	4	2	6
		6,2%	10,5%	7,1%
Total		65	19	84
		100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo - 2000

Abaixo demonstramos o nível de escolaridade dos filhos dos agricultores familiares entrevistados. Pode-se observar que a maioria chegou a fazer o primeiro grau completo, e é baixo o número de filhos que não estudaram.

⁴⁸ Que pode significar tanto uma opção e uma preferência desses filhos, bem como a alternativa mais atraente diante das dificuldades impostas pelo mercado de trabalho urbano. E porque não dizermos que pode ser uma estratégia estabelecida pela família para garantir a reprodução da família e do patrimônio.

Gráfico 4.1 a- Escolaridade, por sexo dos filhos (em %).



Fonte: Pesquisa de Campo – 2000.

• As Estratégias Familiares

As estratégias familiares aqui vão representar o ponto de vista do agricultor sobre o futuro tanto de sua propriedade quanto com referência ao destino que desejam para o seus filhos. Os projetos que estes atribuem ao futuro dos filhos/as servem como um referencial para traduzir a avaliação que os agricultores fazem da situação atual em que vivem, ou seja, da situação global da sociedade, das perspectivas para o estabelecimento agrícola e do futuro das coletividades onde moram. Assim, a partir de a análise desses projetos, poderemos verificar se estes agricultores estão satisfeitos ou descontentes com sua situação atual e como eles enxergam a conjuntura atual do país e se acham que esta pode ser modificada no futuro.

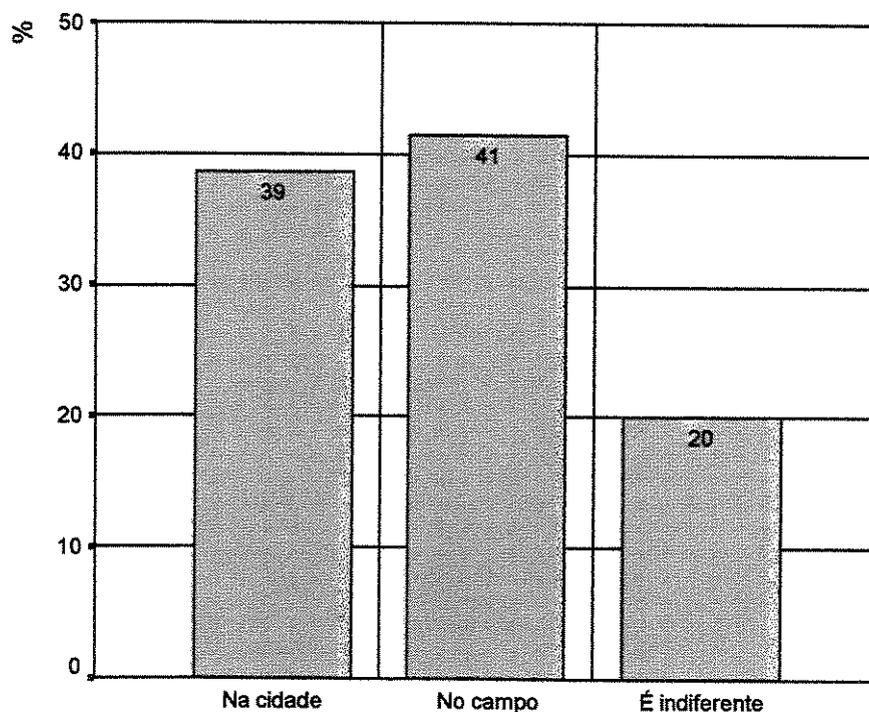
- As aspirações dos pais com relação ao futuro dos filhos

As diferentes aspirações dos pais agricultores levam a família a definir diferentes estratégias para sua reprodução e para a futura realização dessas aspirações/projetos. Poderemos encontrar casos que ao contrapormos as aspirações com a realidade veremos que estas não se concretizaram e ficaram apenas como algo que o agricultor desejava que tivesse acontecido. Esta situação pode ser encontrada, principalmente, quando o agricultor já possui filhos mais velhos que já estão estabelecidos de uma ou outra forma enquanto chefes de família, profissional, etc.

A primeira das aspirações que buscamos conhecer foi com relação ao local de moradia que os agricultores preferiam para seus filhos. Essa preferência poderia nos dar indicadores de que estes agricultores estão ou não satisfeitos com sua atual situação e também sobre o que eles acreditam ser o melhor para seus filhos. É importante deixar claro que quando foram feitas as questões sobre o futuro dos filhos muitos agricultores se mostraram indiferentes, ou então não sabiam ao certo, dizendo que quem deve decidir são os próprios filhos, e mesmo quando perguntados hipoteticamente havia uma certa indecisão.

No que se refere aos filhos (homens), quando perguntamos sobre qual seria o melhor local para viver, se no campo ou na cidade, não houve muita desigualdade entre as respostas, 41% disseram que o campo seria o melhor local para os filhos (homens) viverem, enquanto que 39% disseram ser na cidade. Dentre os indecisos, aqueles que achavam ser indiferente – tanto faz viver na cidade ou no campo - somam 20%.

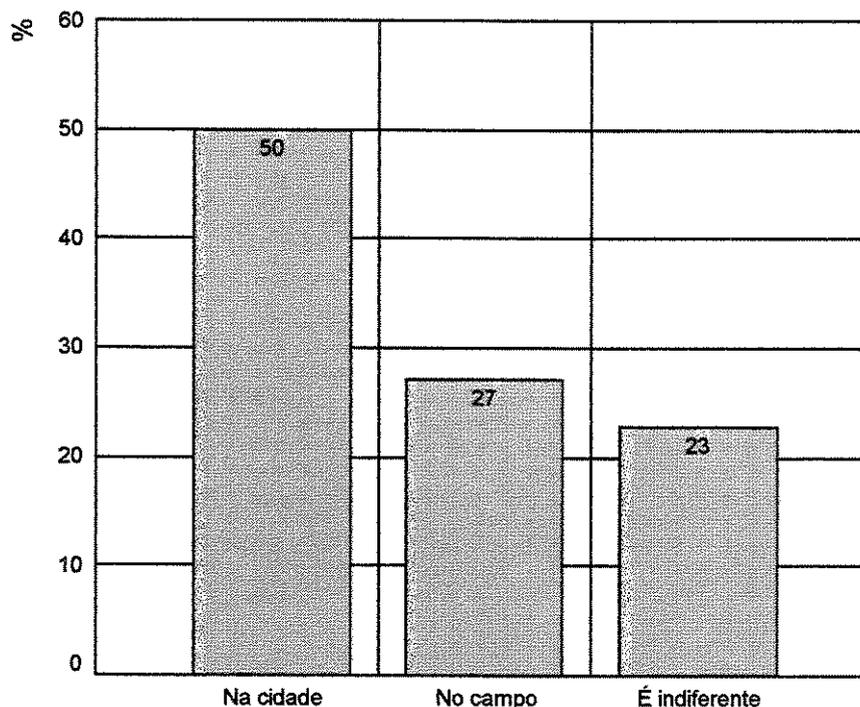
Gráfico 4.1 b - “O Sr. preferiria que seus filhos homens vivessem na cidade ou no campo?” (em %)



Fonte: Pesquisa de Campo - 2000.

Com relação às filhas, os agricultores acham que o melhor local para elas viverem seria na cidade, cerca de 50% optaram pela cidade, enquanto que 27% disseram ser o campo. Quanto aos indecisos, estes também somaram 23%. Podemos dizer que existe uma predileção para que os filhos (homens) permaneçam no campo, enquanto que as filhas teriam uma vida melhor na cidade.

**Gráfico 4.1 c - “O Sr. preferiria que suas filhas vivessem na cidade ou no campo?”
(em %)**



Fonte: Pesquisa de Campo – 2000.

Quanto ao futuro profissional dos filhos/as os agricultores manifestam com maior ênfase esta preferência para que as filhas morem na cidade e que os filhos permaneçam no campo. Quando questionados sobre qual a profissão que eles gostariam que seus filhos (homens) tivessem, 23% disseram atividades profissionais ligadas à agricultura como: agricultor, agrônomo, técnico agrícola, etc.; 9% disseram profissões liberais como: médico, advogado, dentista, professor, etc.; entretanto, o que chama a atenção aqui é o número alto de indecisos, cerca de 47% não fizeram uma opção, desses mais de a metade (37%) disseram qualquer uma, e os outros que não sabiam.

Para as filhas, 12% disseram preferir profissões técnicas e liberais, como: advogada, médica, enfermeira, contabilista, etc.; 7 % disseram profissões ligadas à agricultura – agrônoma e agricultora – e 13% disseram professora (aqui não foi especificado que tipo de ensino, se básico, médio ou superior, mas através das conversas informais pudemos perceber que a maioria pensa que as filhas deveriam ser professoras do “primário” e do

“ginásio”). Aqui também o número de pais indecisos quanto a profissão que eles pretendem para suas filhas é alto (48,5%), sendo que (37,1%) se limitaram a dizer que qualquer uma e (11,4%) que não sabiam.

- A questão da sucessão do estabelecimento

Sobre a sucessão do estabelecimento, apesar de muitos possuírem filhos novos em idade escolar, alguns já se arriscam a dizer se terão ou não sucessor. Do total de agricultores entrevistados, 54,3% disseram que terão sucessor, 31,4% disseram que ainda não sabem e 14,3% disseram que não terão sucessor. Entre esses últimos, mais de 60% deles disseram que não teriam sucessor por que “ninguém quer viver no campo”. Entendemos que esta colocação se refere aos filhos e, portanto, mostra que já existe uma decisão por parte desses em não permanecer no estabelecimento, ou porque estão tentando outra profissão, ou porque já se encontram fora da propriedade estabelecidos em outras profissões. Junto com esta justificativa aparecem outras como “ser agricultor não dá dinheiro” e “é uma profissão muito dura”.

Dos que disseram que terão sucessor, quando questionados sobre quem seria este sucessor, mais de 50% referem-se aos filhos de maneira geral (qualquer um deles) e 35% dizem que será o filho sem, no entanto, identificar se é o mais novo ou o mais velho. A perspectiva da sucessão através das filhas é minoritária e nos casos em que se apresenta está representando uma realidade, aquela na qual as filhas já trabalham na propriedade e onde já assumiram algumas atividades de gerenciamento da propriedade (somam cerca de 7% dos entrevistados que disseram que terão sucessor).

Tabela 4.1 f - “Existe alguém para lhe suceder neste estabelecimento?”

	Distrito							Total
	Lerrovile	Paiquerê	Guaravera	Maraviha	São Luiz	Espírito Santo	Warta	
Sim	12 63,2%	7 58,3%	6 50,0%	2 40,0%	5 62,5%	4 40,0%	2 50,0%	38 54,3%
Não	1 5,3%	1 8,3%	3 25,0%	2 40,0%		3 30,0%		10 14,3%
Ainda não sabe	6 31,6%	4 33,3%	3 25,0%	1 20,0%	3 37,5%	3 30,0%	2 50,0%	22 31,4%
Total	19 100,0%	12 100,0%	12 100,0%	5 100,0%	8 100,0%	10 100,0%	4 100,0%	70 100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo – 2000.

Tabela 4.1 g - “Se sim, quem será o sucessor?”

	Distrito							Total
	Lerrovile	Paiquerê	Guaravera	Maraviha	São Luiz	Espírito Santo	Warta	
Filho	6 50,0%	1 14,3%	2 33,3%	1 50,0%		1 25,0%	2 100,0%	13 34,2%
Filha	1 8,3%					1 25,0%		2 5,3%
Filhos	5 41,7%	5 71,4%	2 33,3%	1 50,0%	5 100,0%	2 50,0%		20 52,6%
Genro		1 14,3%						1 2,6%
Filho mais novo			1 16,7%					1 2,6%
Filhos e genro			1 16,7%					1 2,6%
Total	12 100,0%	7 100,0%	6 100,0%	2 100,0%	5 100,0%	4 100,0%	2 100,0%	38 100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo – 2000

A análise da sucessão do estabelecimento pode apontar para uma expressiva vontade dos pais para que os filhos/as permaneçam ou não no campo, isto pode ser visto através das respostas sobre os motivos pelos quais os filhos não seriam seus sucessores. Vimos acima que mais de 60% disseram que ninguém quer viver no campo, entretanto, quando a resposta era sobre as condições que o estabelecimento lhes dava para viver, mais de 70% das respostas foram que o estabelecimento dá condições para viver. Mas somente isto parece não agradar aos filhos, pois pretendem algo além do que os seus pais conseguiram, talvez

uma “nova vida”, uma oportunidade de melhorar a situação atual em que se encontram. Para os pais este desafio de ir para a cidade e “tentar algo melhor” pode ser doloroso pelas suas incertezas, mesmo assim este parece ser o futuro que os pais estão idealizando para os seus filhos.

Mas aqui ainda encontramos uma contradição, ao mesmo tempo que os pais tentam encaminhar seus filhos, por acharem que teriam um futuro melhor na cidade, estes mesmos gostariam que seus filhos – os homens – tivessem um trabalho relacionado à agricultura. Entendemos aqui que na posição dos pais agricultores, até mesmo a cidade representa um local de incertezas, enquanto que o campo e até a agricultura, apesar de não lhes garantir um status e uma promoção social ligada a ascensão econômica, lhes garante, pelo menos, a reprodução da sua família, daí entendemos uma certa vontade, por parte dos pais, de que seus filhos (homens) permaneçam no campo. Dizemos isto porque através das conversas informais que foram realizadas durante as entrevistas e que se encontram descritas no caderno de campo, os pais têm receio de que os filhos, ao saírem do estabelecimento, se deparem com uma situação pior do que a que vivem, pois por mais que o estabelecimento não dê condições de ascensão social, pelo menos ele garante “o arroz com feijão na mesa”⁴⁹, ou seja, o mínimo necessário à subsistência. Ao morar no campo os filhos estariam livres de alguns custos de vida que a cidade lhes impõe como: aluguéis, transporte, etc.

Uma vez feita esta observação, não estamos aqui afirmando que os estabelecimentos entrevistados garantam essa reprodução e nem que o contrário aconteça. Fizemos aqui apenas uma colocação baseada em informações coletadas de forma informal e que só poderiam ser passíveis de comprovação quando formalizadas através de entrevistas com os agricultores.

- *O futuro: como os filhos viveriam melhor*

Perguntamos a esses agricultores qual seria o melhor futuro para seus filhos: estudar e trabalhar na cidade; estudar o máximo possível; estudar e trabalhar no sítio; estudar e casar (somente no caso das filhas). A maioria acredita que o melhor para o futuro de seus filhos seria estudar e encontrar um trabalho na cidade, no caso dos filhos (homens) 53,6% e das

⁴⁹ Expressão utilizada por vários agricultores que foram entrevistados.

filhas 59,3%, o que confirma a idealização de que o futuro dos filhos seria melhor na cidade. Esta aspiração se traduz em uma preocupação em dar o melhor para seus filhos, em garantir um futuro melhor e da forma como os próprios filhos o desejam. Mas precisa ficar claro, para que a contradição que apresentamos acima se mostre com mais precisão, que quando os pais imaginam esta situação de estudar e encontrar um trabalho na cidade, eles estão imaginando que o trabalho assumido seria um que lhes garantisse um futuro melhor, portanto, a ênfase é dada ao trabalho, no tipo de trabalho que o filho teria e não somente ao estudo. O trabalho, no caso, teria que ser um que lhes trouxesse rendimentos suficientes para se estabelecerem na cidade e que suprisse as necessidades que a vida lhes impõe.

Quanto ao futuro dos filhos (homens), 33,9% disseram que o melhor seria estudar e assumir um estabelecimento agrícola. Talvez aqui encontramos os pais que gostariam que seus filhos tivessem uma profissão ligada à agricultura e que permanecessem no campo, mesmo que em outro estabelecimento. Ou ainda, aqueles pais que já possuem filhos estudando e trabalhando no estabelecimento e que, portanto, gostariam que eles continuassem a fazer isto.

Tabela 4.1 h - O melhor para o futuro dos filhos, por Distrito.

	Distrito							Total
	Lerrovile	Paiquerê	Guaravera	Maravilha	São Luiz	Espírito Santo	Warta	
Estudar e trabalhar na cidade	6 46,2%	5 62,5%	7 63,6%	2 40,0%	4 66,7%	5 55,6%	1 25,0%	30 53,6%
Estudar o máximo possível	3 23,1%		2 18,2%			2 22,2%		7 12,5%
Estudar e assumir um estabelecimento agrícola	4 30,8%	3 37,5%	2 18,2%	3 60,0%	2 33,3%	2 22,2%	3 75,0%	19 33,9%
Total	13 100,0%	8 100,0%	11 100,0%	5 100,0%	6 100,0%	9 100,0%	4 100,0%	56 100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo - 2000

Tabela 4.1 i - O melhor para o futuro das filhas, por Distrito.

	Distrito							Total
	Lerrovile	Paiquerê	Guaravera	Maravilha	São Luiz	Espírito Santo	Warta	
Estudar e encontrar um trabalho	8 57,1%	4 50,0%	8 66,7%	3 75,0%	5 71,4%	3 50,0%	1 33,3%	32 59,3%
Estudar o máximo possível	2 14,3%		2 16,7%			3 50,0%		7 13,0%
Estudar e assumir um estabelecimento agrícola	2 14,3%	3 37,5%	1 8,3%		2 28,6%		1 33,3%	9 16,7%
Estudar e casar	2 14,3%	1 12,5%	1 8,3%	1 25,0%			1 33,3%	6 11,1%
Total	14 100,0%	8 100,0%	12 100,0%	4 100,0%	7 100,0%	6 100,0%	3 100,0%	54 100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo – 2000.

Para que suas aspirações a respeito do futuro dos seus filhos/as se realizem, qual é o grau de separação que os pais estariam dispostos a aceitar, ou seja, até que ponto os pais abrem mão do vínculo “umbilical” com os filhos para que seu futuro seja melhor?

Na busca desta resposta, perguntamos aos pais que situação eles acham ser a melhor para os filhos/as que já se casaram: morar com os pais, viver na propriedade em casas diferente, viver perto (mesma vila, distrito, ou cidade), viver longe uns dos outros. Dos que responderam e que já possuem filhos casados, mais de 80% disseram que o melhor para os filhos/as seria viver perto, isto demonstra que os pais estão realmente dispostos a “liberar” seus filhos deste vínculo, desde que seja melhor para eles.

Tabela 4.1 j - O melhor para o futuro dos filhos casados por Distrito.

	Distrito							Total
	Lerrovile	Paiquerê	Guaravera	Maravilha	São Luiz	Espírito Santo	Warta	
Viver na propriedade mas em casas diferentes	2 13,3%	3 33,3%	1 9,1%	1 25,0%		2 40,0%		9 17,6%
Viver perto	13 86,7%	6 66,7%	10 90,9%	3 75,0%	4 100,0%	3 60,0%	3 100,0%	42 82,4%
Total	15 100,0%	9 100,0%	11 100,0%	4 100,0%	4 100,0%	5 100,0%	3 100,0%	51 100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo – 2000.

Vimos que os pais manifestam uma preferência para que quem assuma a propriedade sejam os filhos (homens), e que apesar de desejarem para seus filhos, de uma maneira geral, um futuro na cidade, no caso das filhas isto aparece com maior ênfase. Mas por quê isto ocorre? Diante dos dados que obtivemos podemos tirar algumas respostas.

A primeira vista as filhas não ocupariam um papel fundamental na reprodução do estabelecimento, isto porque em sua maioria elas não trabalham efetivamente na “roça”, no entanto elas têm um papel fundamental na ajuda dos trabalhos domésticos. Daí poderíamos dizer que as filhas ocupariam seu papel de “dona de casa” assumindo os serviços domésticos e de cuidados com as crianças que até então eram apenas de responsabilidade das mães. Mas esta primeira conclusão nos deixa pensar que as filhas são educadas para casar e realizar afazeres domésticos e que, portanto, não teriam uma “utilidade” no estabelecimento agrícola, logo, o melhor para elas seria viver na cidade com seu marido e filhos. Ora este tipo de conclusão nos parece equivocada, pois as filhas possuem um papel representativo na reprodução do estabelecimento, não apenas pela sua contribuição com relação aos afazeres domésticos, mas principalmente porque enquanto não são casadas uma grande parte estuda e trabalha fora do estabelecimento. Isto significa que elas, na medida em que trabalham fora da propriedade, trazem para a mesma uma renda “extra” que em muitos casos garante a reprodução familiar.

Ao perguntarmos aos pais qual seria a profissão ideal para suas filhas, dos que discriminaram uma profissão ideal – 32% do total de entrevistados, 40% disseram que gostariam que suas filhas fossem professoras; e os outros 60% dividiram-se entre profissões técnicas, liberais e no comércio. Ou seja, a profissão mais desejada para as filhas é a de ensino. Poderíamos dizer que esta profissão é que garante que as filhas, além de ajudar em casa, consigam trabalhar e ter uma renda externa. Mas o que se verifica é que esta tem se apresentado como a profissão que a maioria das filhas que as segue consegue, dessa forma, ajudar a família a ter um padrão de vida melhor. Na amostra pesquisada encontramos alguns casos em que a principal renda doméstica provinha do trabalho da filha ou da esposa na área do ensino, como professoras. Estas garantiam um salário fixo significativo para o suprimento da família e nesses casos também para investimento no estabelecimento agrícola.

Parece haver uma mudança daquela mentalidade de que as filhas devem ser educadas para casar e ter filhos, elas ocupam hoje um papel fundamental na reprodução tanto da família quanto do estabelecimento agrícola.

- Preocupação com o futuro dos filhos: o que fazer para ajudá-los?

Os agricultores entrevistados demonstram muita preocupação com o futuro de seus filhos? Podemos identificar a resposta a esta questão a partir de diversas variáveis, mas duas delas demonstram uma preocupação mais imediata e objetiva com relação ao futuro dos filhos. São elas: a venda das suas terras para ajudá-los e a utilização de suas economias para a instalação dos filhos. É claro que somente esses dois elementos não dariam conta de identificar o grau de preocupação desses pais. Mas para uma primeira indicação vamos utilizar somente esses dois.

Quando perguntados se venderiam suas terras para ajudar seus filhos, 38% disseram que sim, e 60% disseram que não. A primeira vista diríamos que 60% dos pais não estariam tão preocupados assim com o futuro de seus filhos, mas se tomarmos a resposta desses agricultores considerando seus comentários, esses que disseram não vender sempre enfatizavam que vender a terra é que não ajudaria, pois acreditam que o patrimônio é uma garantia do futuro de seus filhos. Enquanto 38% venderia suas terras sem pensar duas vezes, caso fosse ajudar os filhos, esses outros acreditam que a venda só existiria se fosse a última alternativa, se não houvesse outro jeito.

Quando tomado em relação à cidade, o campo para esses agricultores é uma garantia de sobrevivência, de uma vida digna por mais que as condições sejam mínimas, é a garantia de não passar fome, de ter uma moradia, de ter um trabalho, de ter o mínimo. A vida no campo, para quem já possui a terra, representa a manutenção de uma dignidade, de não ter que se submeter a uma vida marginal na cidade. Claro que todos eles sabem que o campo pode trazer situações marginais, mas apesar disto elas ainda seriam menos precárias do que na cidade.

É deste ponto de vista que eles não venderiam suas terras, a terra em si seria uma ajuda futura, a longo prazo para seus filhos. A terra não é só um local de trabalho e de moradia, ela é um patrimônio a ser mantido para as gerações futuras.

Mas e quanto as suas economias? Os agricultores londrinenses, em sua maioria, 73%, estariam dispostos a utilizar suas economias para ajudar aos seus filhos a se instalarem. Assim como as utilizariam para melhorar a casa, o estabelecimento, comprar terras, pagar dívidas, etc. E mais uma vez aqui vemos que a preocupação para com os filhos existe, mas não os faz realizar suas ações sem pensar a respeito, ou seja, os agricultores estão preocupados com o futuro dos filhos, mas esta preocupação está muito ligada ao que eles vêem acontecer no presente, assim para ajudá-los eles não se arriscam simplesmente, preferem um investimento a longo prazo, preferem, por exemplo, comprar terras, melhorar e equipar o estabelecimento a investir diretamente o dinheiro nos filhos. Isto pode ser confirmado quando perguntamos o que fariam em primeiro lugar com suas economias, apenas 8,6% dos entrevistados disseram ajudar os filhos, mas 33,3% disseram comprar terras; 11,6% investiriam no estabelecimento e 10 % comprariam equipamentos para a propriedade.

Ainda é possível confirmar isto quando perguntamos aos agricultores se eles pudessem modificar sua propriedade se o fariam em primeiro lugar: 45% disseram para aumentar a renda; 30% para ajudar os filhos e 20% para melhorar as condições de trabalho.

Vemos aqui que todos os pais estão preocupados com o futuro de seus filhos, mas esta preocupação varia de acordo com a situação real e atual que os agricultores estavam vivendo no momento da entrevista. Quando estão diante de dificuldades a tendência é demonstrar uma preocupação muito maior do que quando estão vivendo uma situação estável e mais tranqüila.

4.2 - Caracterização das Unidades de Produção Familiar

▪ A Organização das Unidades de Produção Familiar

Para realizar uma caracterização das unidades de produção familiar temos que integrar diversos aspectos, dentre os quais as suas estratégias de reprodução. Mas, para compreendermos melhor estas estratégias, temos que primeiramente conhecer como se organiza a produção nessas unidades, ou seja, quais os tipos de produtos encontrados; como é feita a comercialização desses produtos; que produtos são destinados ao autoconsumo; a utilização da mão-de-obra familiar e contratada; os investimentos feitos nas unidades e os equipamentos utilizados. Essas informações são de grande importância e vão possibilitar o entendimento inicial do funcionamento das unidades de produção familiar do município de Londrina.

As informações referentes à organização da produção são muitas e foi necessário elencar as que nos dariam pistas sobre as estratégias adotadas pelos agricultores, assim, foi difícil organizar e apresentar o material na íntegra. Optamos por dividir este item em algumas seções, onde descreveremos cada um dos aspectos selecionados para a análise.

• As Unidades de Produção: dimensões territoriais

Quanto ao tamanho das propriedades, podemos observar que existe entre os agricultores familiares uma diversidade com relação ao tamanho das áreas, além do fato de que muitos agricultores arrendam terras de outros proprietários, elevando-se, com isso, a área média das propriedades.

Ao calcularmos a área total de cada agricultor familiar, foram incluídas as áreas de arrendamentos, bem como as áreas que são de propriedade de mais de um agricultor e aquelas que são cultivadas no sistema de parceria. As áreas de terra que pertencem a mais de um proprietário são aquelas onde ainda não foi feita a partilha da propriedade, e os filhos moram e usufruem da mesma área, juntos ou separadamente. Também encontramos propriedades que, mesmo depois de ter sido realizada a partilha entre os filhos, a propriedade continua indivisiva. Dessa forma, a área total, além de ser referente a toda a

terra disponível (inclusive áreas que não se destinam à produção agrícola), refere-se também ao conjunto de terras em propriedade individual, com mais de um dono, e os arrendamentos.

Dessa maneira, incluindo na área total todas as diferentes formas de acesso à terra, podemos visualizar as diferentes estratégias fundiárias que vão estar presentes entre os agricultores analisados ⁵⁰.

Considerando diferentes estratos ou grupos de área, podemos verificar que os agricultores analisados encontram-se, de maneira geral, dentro da média do município de Londrina, ou seja, nota-se no quadro abaixo que, dentro dos estratos de área que variam entre menos que 5 ha e entre 5 a 20 ha encontramos 62,8% dos agricultores familiares entrevistados. É possível indicar uma correspondência entre os dados da pesquisa de campo e os dados do INCRA sobre o município, neste último, dos 1.956 agricultores familiares, 1.449 (74%) possuem áreas que variam até 20 ha.

Tabela 4.2 a. Número de unidades familiares entrevistadas e do município de Londrina por Grupos de área.

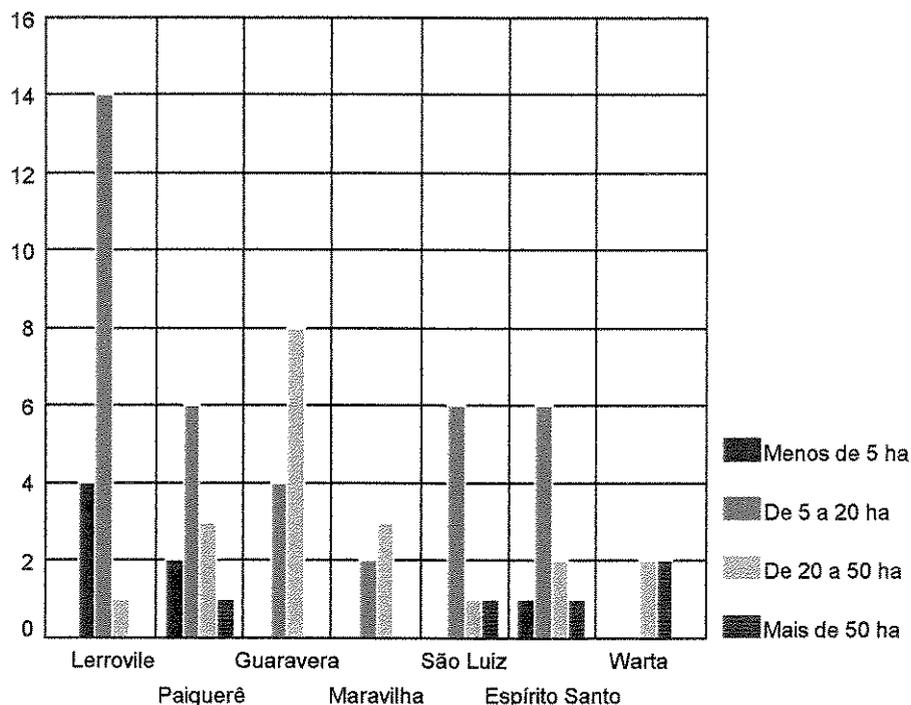
Grupos de área (ha)	Nº de produtores familiares entrevistados	% de produtores familiares entrevistados	Nº de produtores familiares do município	% de produtores familiares do município
Menos que 5	07	10,0	486	24,8
Entre 5 e 20	38	54,3	963	49,2
Entre 20 e 50	20	28,6	361	18,5
Mais que 50	05	87,1	146	7,4
	70	100	1.956	100

Fonte: Pesquisa de Campo e <http://www.incra.gov.br/sade/>

Quando consideramos os distritos rurais separadamente é possível verificar uma diferenciação. Nos distritos de Lerroville, Paiquerê, São Luiz e Espírito Santo encontramos uma presença maior de propriedades com áreas entre 5 e 20 ha. Em Guaravera e Maravilha, mais de 60% dos agricultores entrevistados possuem área que varia entre 20 e 50 ha. E no

distrito de Warta temos agricultores com áreas entre 20 e 50 ha (50%) e com mais de 50 ha (50%).

Gráfico 4.2 a. Número de produtores por grupos de área total e por Distrito.

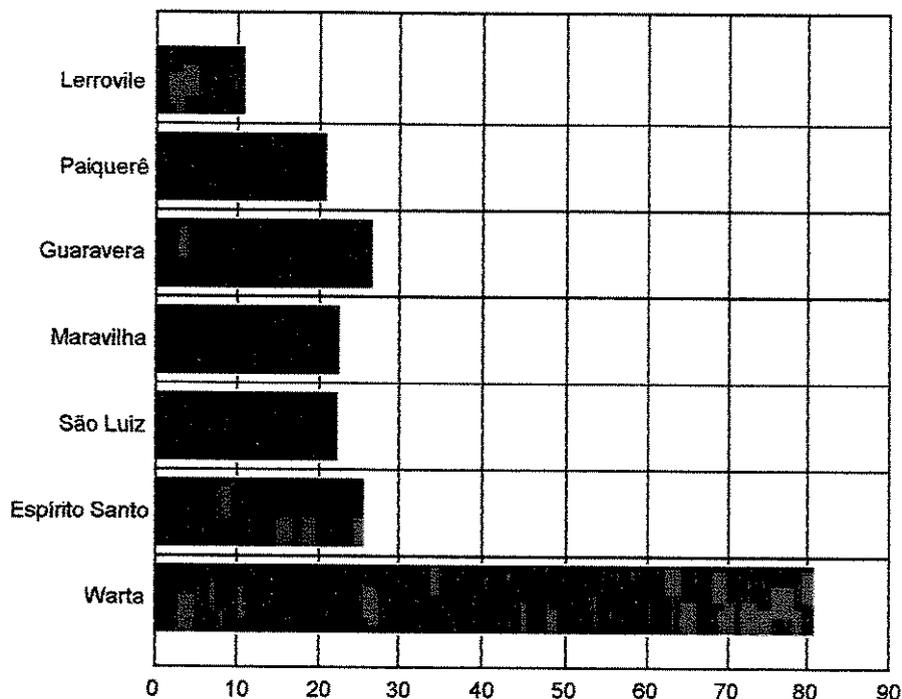


Fonte: Pesquisa de Campo - 2000

A área média da superfície total das unidades familiares da amostra é de 23,57 ha. Considerando os distritos, a área média vai variar entre 10 ha a 80 ha. Entre estes distritos, Lerroville é o que possui a menor área média: 10,84 há. O distrito de Warta tem a maior média: 81,07 ha. Os demais distritos possuem área média que estão bem próximas à área média do total da amostra.

⁵⁰ As estratégias fundiárias serão analisadas em outro item desse trabalho.

Gráfico 4.2 b Área média da superfície total das unidades, por Distrito (em ha)



Fonte: Pesquisa de Campo - 2000

- **As Atividades Agrícolas: a Diversificação**

As unidades produtivas familiares analisadas estão organizadas em torno de uma produção diversificada. As atividades são realizadas com o cultivo de alguns produtos e também de criações: café, soja, milho, feijão, trigo, mandioca, arroz, cana, amendoim, hortaliças e legumes, frutas, vassoura, rami, aves e suínos. Cabe ressaltar que tanto as hortaliças e legumes como as frutas foram englobadas em torno de um tipo de exploração – legumes e frutas respectivamente - entretanto, compreendemos que estas apresentam uma diversidade de espécies. O agrupamento foi feito para facilitar o processo de análise mas, quando for necessário, apresentaremos esses produtos individualmente.

A agricultura aparece entre os produtores analisados como a principal atividade e fonte de renda e a diversificação aparece em todas as unidades de produção familiar. Os agricultores entrevistados produzem entre 02 a 08 tipos de produtos vegetais.

Tabela 4.2 b Número de produtos vegetais cultivados, por Distrito.

	Distrito							Total
	Lerrovile	Paiquerê	Guaravera	Maravilha	São Luiz	Espírito Santo	Warta	
Número de produtos vegetais cultivados na unidade familiar	2							
	1		1			2		4
	5,3%		8,3%			20,0%		5,7%
	3	2	1			1		9
	26,3%	16,7%	8,3%			10,0%		12,9%
	4	2	1	1	2	4	2	15
	15,8%	16,7%	8,3%	20,0%	25,0%	40,0%	50,0%	21,4%
	5	4	4	4		2	1	17
	10,5%	33,3%	33,3%	80,0%		20,0%	25,0%	24,3%
	6	2	3		4		1	11
	5,3%	16,7%	25,0%		50,0%		25,0%	15,7%
	7	1	1			1		8
	26,3%	8,3%	8,3%			10,0%		11,4%
	8	1	1		2			6
	10,5%	8,3%	8,3%		25,0%			8,6%
Total	19	12	12	5	8	10	4	70
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo - 2000

Na tabela acima apresentamos o número de produtos vegetais cultivados nas unidades familiares por distrito. Nota-se que a diversificação está presente em todos eles. O distrito de São Luiz apresenta a maior média de produtos cultivados, são 6 produtos, e a menor média pode ser encontrada no distrito de Espírito Santo que é de 4 produtos. Já no total da amostra a média é de 5 produtos vegetais cultivados.

A diversificação dos produtos pode apresentar-se como uma estratégia de produção, na medida em que a modernização não atingiu a totalidade das unidades produtivas, sob o ponto de vista técnico, em alguns setores e em certos produtos as condições de competição no mercado estariam limitadas, tanto por falta de condições técnicas aprimoradas como pelos limites das escalas de produção impostas pelo tamanho dos estabelecimentos e, também, pela falta de infra-estrutura. Esses fatores colocariam a necessidade de manter a diversificação da produção, bem como a utilização predominante da mão-de-obra familiar.

Além disso, a diversificação também pode apresentar-se como uma forma específica de organização familiar da produção, pois pode não estar visando unicamente o que é comercializável, mas o próprio consumo da família, também nesse caso a diversificação

pode ser compreendida como uma estratégia de reprodução tanto da unidade produtiva como da unidade familiar que visa, além da segurança econômica, a segurança social.

A diversificação da produção pode ser então compreendida como “uma estratégia assumida pelos agricultores não devido a uma causa única e específica, mas associada a diversos fatores, estratégia que resulta num ajustamento da unidade de produção através da família.” (BRANDENBURG, 1999, p.131-132)

É interessante o fato de que, ao diversificar a sua produção tendo produtos direcionados para o mercado e também para o consumo familiar, os produtores se apresentam tanto como diversificados como especializados ao mesmo tempo, isto porque, na busca por um rendimento financeiro, a família se especializa em torno de alguns produtos - um ou mais - que são direcionados para a comercialização, tanto através de contratos integrados, cooperativas, intermediários ou até mesmo venda direta. Já os outros produtos são voltados para o consumo da unidade familiar e produtiva e, portanto, não requerem tanta especialização. Só para exemplificar, temos o caso de um produtor do distrito de Espírito Santo que, além de sua produção de café, stévia e moranguinho produzidos de forma orgânica, também cultiva hortaliças, legumes, frutas, feijão, milho, mandioca, e amendoim ⁵¹; além da criação de cordeiros, gado, aves e peixes, todos para o consumo.

Tentaremos demonstrar que existem casos diferenciados em nossa pesquisa, e que alguns dão maior importância aos produtos que serão comercializados enquanto outros priorizam a satisfação das necessidades familiares, possuindo essas um peso maior com relação às atividades que são voltadas para o mercado. Assim, temos desde aqueles agricultores que desenvolvem uma agricultura diversificada com poucos recursos, onde é possível detectar um alto grau de auto-consumo produtivo e familiar, e aqueles que, mesmo com atividades agrícolas diversificadas, possuem uma especialização da produção agrícola, que são mais receptivos às demandas do mercado e, em decorrência disso, uma permanente

⁵¹ Este caso específico demonstra que o produtor tem uma especialização dentro da diversidade de produtos cultivados na sua propriedade. Além do fato de este produtor ser um dos que está partindo para uma forma de produzir inovadora que é a orgânica, segundo o próprio produtor: “*Aqui eu quero produzir tudo orgânico, inclusive as coisas que é pra gente comer, porque é mais saudável, a gente não se contamina. Estou querendo plantar mais 2,5 ha de stévia e mais um tanto de café adensado orgânico em outro lote lá no distrito de Lerroville.*” (depoimento do produtor durante a aplicação do questionário)

inserção no padrão tecnológico exigido pelo tipo do produto, tendo em vista o aumento da produtividade e a redução de custos.

De uma estratégia de reprodução que é a diversificação poderemos chegar a outras estratégias produtivas desenvolvidas por cada uma das unidades de produção familiar no intuito de garantir sua reprodução social.

Dos produtos cultivados, o café – como já vimos em capítulos anteriores – constitui uma cultura tradicional nessa região, mas, devido a questões de conjuntura econômica, esse produto sofreu períodos de abandono, voltando atualmente a ser cultivado tanto na forma tradicional como no cultivo adensado, o que garante uma produção maior em uma área menor. O café é cultivado por 55,7% dos produtores familiares analisados.

Verificamos que em todos os distritos analisados a produção de café está presente. Dos 7 distritos, apenas dois aparecem com menos de 50% dos entrevistados cultivando o café, enquanto que, nos demais, mais de 50% dos agricultores entrevistados produzem café. Nesses dois distritos (Maravilha e Warta) onde a presença do café parece ser menor pode ser justificado pela presença da chamada “lavoura branca”: a soja, o trigo e o milho. Nesses distritos, devido a vários fatores, está presente esse tipo de produção como prioritária, ficando o café como uma alternativa extra.

Tabela 4.2 c. Cultivo de café, por Distrito.

Área plantada de café (em ha)

Distrito	Nº de produtores de café	Área média plantada com café (em ha)	Área Total plantada com café (em ha)	Menor área plantada com café (em ha)	Maior área plantada com café (em ha)	% do Total de Produtores de café	% da Área Total plantada com café
Lerrovile	12	5,3500	64,20	1,00	14,52	30,8%	25,0%
Paiqueré	6	3,0233	18,14	,60	9,68	15,4%	7,1%
Guaravera	6	10,4867	62,92	1,21	24,20	15,4%	24,5%
Maravilha	1	3,6300	3,63	3,63	3,63	2,6%	1,4%
São Luiz	8	9,1200	72,96	1,21	41,14	20,5%	28,4%
Espírito Santo	5	6,1280	30,64	,60	14,52	12,8%	11,9%
Warta	1	4,4800	4,48	4,48	4,48	2,6%	1,7%
Total	39	6,5890	256,97	,60	41,14	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo - 2000

A soja está presente em quase todos os distritos. Somente em São Luiz este produto não foi encontrado entre os entrevistados; é possível explicar esta ausência principalmente devido à topografia do distrito, com áreas inaptas para a mecanização (exigência do cultivo

da soja). Devido ao relevo e ao solo raso, nessas áreas há predomínio do cultivo do café. No entanto, a soja aparece em todos os outros distritos, o que demonstra que a região adotou esta cultura como substituta do café, a partir de meados da década de 70.

A presença da soja nessas unidades produtivas é pequena, somente nos distritos de Maravilha e Warta é que podemos encontrar maior número de produtores; 60% e 100% respectivamente. Nos outros distritos, menos de 40% dos produtores cultivam a soja. Alguns produtores investiram na soja buscando um aumento do rendimento, outros, pelo fato da soja não necessitar de muitos “braços” no seu cultivo, assim podem liberar seus filhos para outras atividades, sem terem que contratar mão-de-obra externa.

Tabela 4.2 d. Cultivo de soja, por Distrito.

Área plantada de soja (em ha)

Distrito	Nº de produtores de soja	Área média plantada com soja (em ha)	Área total plantada com soja (em ha)	Menor área plantada com soja (em ha)	Maior área plantada com soja (em ha)	% do Total de Produtores de soja	% da Área Total plantada com soja
Lerrovile	2	7,8650	15,73	3,63	12,10	11,1%	3,1%
Paiquerê	1	72,6000	72,60	72,60	72,60	5,6%	14,2%
Guaravera	4	13,8250	55,30	4,48	21,78	22,2%	10,8%
Maravilha	3	18,9567	56,87	8,47	36,30	16,7%	11,1%
Espírito Santo	4	25,4100	101,64	3,63	72,60	22,2%	19,8%
Warta	4	52,6350	210,54	14,52	145,20	22,2%	41,1%
Total	18	28,4822	512,68	3,63	145,20	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo - 2000

No caso do milho, este aparece em todos os distritos e em mais de 50% das unidades produtivas destes distritos. Mas cabe ressaltar aqui que, na maioria dos casos, essa cultura aparece como produção direcionada ao consumo interno da unidade produtiva e familiar. O milho é destinado à alimentação de animais e ao consumo doméstico, sendo que, em algumas unidades, é destinado somente à comercialização. Há ainda produtores que consomem uma parte e vendem outra parte da sua produção. O milho cultivado nessas unidades não é em grande quantidade, por isso não requer uma área muito extensa, o que possibilita o seu cultivo, pois dos produtores que plantam milho nenhum deles têm essa cultura como sua principal fonte de renda.

Tabela 4.2 e. Cultivo de Milho, por Distrito.

Área plantada de milho (em ha)

Distrito	Nº de produtores de milho	Área média plantada com milho (em ha)	Área total plantada com milho (em ha)	Menor área plantada com milho (em ha)	Maior área plantada com milho (em ha)	% do Total de Produtores de milho	% da Área Total plantada com milho
Lerrovile	14	4,0521	56,73	,25	13,31	26,9%	15,4%
Paiquerê	10	4,9600	49,60	,60	24,20	19,2%	13,4%
Guaravera	8	6,2188	49,75	,50	16,94	15,4%	13,5%
Maravilha	5	7,1160	35,58	,50	21,78	9,6%	9,6%
São Luiz	8	4,6888	37,51	1,21	7,26	15,4%	10,1%
Espírito Santo	4	15,4375	61,75	,40	48,40	7,7%	16,7%
Warta	3	26,2167	78,65	2,42	60,50	5,8%	21,3%
Total	52	7,1071	369,57	,25	60,50	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo - 2000

O feijão, o arroz, o amendoim e a cana-de-açúcar, normalmente, são produzidos para o consumo, por isso os agricultores aproveitam para plantá-los no meio do cafezal, em casos onde a muda do café ainda é muito nova, o feijão e o amendoim servem, inclusive, como uma forma de proteção contra condições climáticas adversas e algumas pragas. O feijão não é plantado em grande quantidade, mas a maioria dos agricultores planta um pouco. Com exceção de Warta, Maravilha e Espírito Santo, em todos os outros distritos mais de 40% dos produtores cultivam arroz e feijão para o consumo e cerca de 10% produzem o amendoim, e ainda uns 20% produzem cana.

Tabela 4.2 f. Cultivo de Feijão, por Distrito.

Área plantada de feijão (em ha)

Distrito	Nº de produtores de feijão	Área média plantada com feijão (em ha)	Área total plantada com feijão (em ha)	Menor área plantada com feijão (em ha)	Maior área plantada com feijão (em ha)	% do Total de Produtores de feijão	% da Área Total plantada com feijão
Lerrovile	12	1,8942	22,73	,60	3,00	48,0%	42,2%
Paiquerê	6	1,6750	10,05	1,00	3,63	24,0%	18,6%
Guaravera	2	3,5050	7,01	,96	6,05	8,0%	13,0%
São Luiz	4	2,9725	11,89	,50	7,26	16,0%	22,1%
Espírito Santo	1	2,2400	2,24	2,24	2,24	4,0%	4,2%
Total	25	2,1568	53,92	,50	7,26	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo - 2000

Tabela 4.2 g. Cultivo de Arroz, por Distrito.

Área plantada de arroz (em ha)

Distrito	Nº de produtores de arroz	Área média plantada com arroz (em ha)	Área total plantada com arroz (em ha)	Menor área plantada com arroz (em ha)	Maior área plantada com arroz (em ha)	% do Total dos Produtores de arroz	% do Total da Área plantada com arroz
Lerrovile	8	,4813	3,85	,25	1,00	34,8%	18,0%
Paiquerê	5	1,2840	6,42	1,00	2,00	21,7%	30,0%
Guaravera	6	1,5250	9,15	,50	2,42	26,1%	42,7%
São Luiz	4	,5000	2,00	,30	,60	17,4%	9,3%
Total	23	,9313	21,42	,25	2,42	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo - 2000**Tabela 4.2 h - Cultivo de Amendoim, por Distrito.**

Área plantada de amendoim (em ha)

Distrito	Nº de produtores de amendoim	Área média plantada com amendoim (em ha)	Área total plantada com amendoim (em ha)	Menor área plantada com amendoim (em ha)	Maior área plantada com amendoim (em ha)	% do Total de Produtores de amendoim	% do Total da Área plantada com amendoim
Lerrovile	1	,3000	,30	,30	,30	14,3%	6,3%
Paiquerê	2	,7050	1,41	,20	1,21	28,6%	29,6%
Guaravera	3	,9200	2,76	,80	1,00	42,9%	57,9%
São Luiz	1	,3000	,30	,30	,30	14,3%	6,3%
Total	7	,6814	4,77	,20	1,21	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo - 2000**Tabela 4.2 i - Cultivo de Cana-de-Açúcar, por Distrito.**

Área plantada de cana (em ha)

Distrito	Nº de produtores de cana	Área média plantada com cana (em ha)	Área total plantada com cana (em ha)	Menor área plantada com cana (em ha)	Maior área plantada com cana (em ha)	% do Total de Produtores de cana	% do Total da Área plantada com cana
Lerrovile	4	,5375	2,15	,05	1,00	30,8%	36,8%
Paiquerê	3	,5167	1,55	,15	,80	23,1%	26,5%
Guaravera	2	,2750	,55	,05	,50	15,4%	9,4%
São Luiz	3	,5000	1,50	,30	,60	23,1%	25,6%
Espírito Santo	1	,1000	,10	,10	,10	7,7%	1,7%
Total	13	,4500	5,85	,05	1,00	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo - 2000

O trigo, conforme dissemos acima, faz parte da “lavoura branca”, e não se encontra presente em todas as áreas pesquisadas. É representativo somente no distrito de Warta, onde 50% dos produtores entrevistados o produzem. Cabe ressaltar que o trigo é cultivado na mesma área de outros produtos como a soja, a aveia e o milho.

Tabela 4.2 j - Cultivo de Trigo, por Distrito

Área plantada de trigo (em ha)

Distrito	Nº de produtores de trigo	Área média plantada com trigo	Área total plantada com trigo (em ha)	Menor área plantada com trigo (em ha)	Maior área plantada com trigo (em ha)	% do Total de Produtores de trigo	% da Área Total plantada com trigo
Paiquerê	1	48,4000	48,40	48,40	48,40	25,0%	37,7%
Espírito Santo	1	48,4000	48,40	48,40	48,40	25,0%	37,7%
Warta	2	15,7300	31,46	14,52	16,94	50,0%	24,5%
Total	4	32,0650	128,26	14,52	48,40	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo - 2000

A mandioca também aparece cultivada em todos os distritos, sempre plantada nas beiradas dos carregadores, das plantações ou em qualquer “cantinho”, como dizem os próprios agricultores. A mandioca é produzida principalmente para o consumo, somente em alguns casos que é vendida e/ou doada a vizinhos e parentes. Também é utilizada para alimentação de animais criados no estabelecimento.

Tabela 4.2 l -Cultivo de Mandioca, por Distrito.

Área plantada de mandioca (em ha)

Distrito	Nº de produtores de mandioca	% do Total de Produtores de mandioca
Lerrovile	12	31,6%
Paiquerê	7	18,4%
Guaravera	3	7,9%
Maravilha	4	10,5%
São Luiz	7	18,4%
Espírito Santo	3	7,9%
Warta	2	5,3%
Total	38	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo - 2000

Os legumes e hortaliças são produzidos em quase todos os distritos, com exceção de São Luiz, onde não encontramos nenhum caso entre os produtores entrevistados. No entanto, em Guaravera, Espírito Santo e Warta mais de 50% dos entrevistados produzem legumes e hortaliças; desses, em Guaravera e Espírito Santo, existe muita produção para o mercado, principalmente de chuchu, pepino e pimentão, em Guaravera; de abóbora,

vagem, repolho, alface, couve-flor, jiló, brócolis, berinjela, salsinha, nabo, rabanete e pimenta, em Espírito Santo. Estes produtos são destinados à venda no Ceasa do município, para supermercados e feiras livres realizadas em Londrina.

Tabela 4.2 m - Cultivo de Olerícolas (legumes e hortaliças), por Distrito

Área plantada de olerícolas (em ha)

Distrito	Nº de produtores de olerícolas	Área média plantada com olerícolas (em ha)	Área total plantada com olerícolas (em ha)	Menor área plantada com olerícolas (em ha)	Maior área plantada com olerícolas (em ha)	% do Total de Produtores de olerícolas	% do Total da Área plantada com olerícolas
Lerrovile	1	1,2100	1,21	1,21	1,21	5,9%	3,2%
Paiquerê	1	13,2600	13,26	13,26	13,26	5,9%	34,8%
Guaravera	7	1,1757	8,23	,16	3,63	41,2%	21,6%
Maravilha	1	,1400	,14	,14	,14	5,9%	,4%
Espírito Santo	5	2,6480	13,24	1,00	4,52	29,4%	34,8%
Warta	2	1,0000	2,00	1,00	1,00	11,8%	5,3%
Total	17	2,2400	38,08	,14	13,26	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo - 2000

As frutas são produzidas, principalmente, para o consumo, com exceção de alguns produtores que o fazem para a venda. Dentre as frutas mais produzidas para a venda estão os citros (laranja, limão, mexerica, poncã), a uva, o caqui, o morango; já, para o consumo, é possível encontrar todas estas e outras, como abacate, maracujá, etc.

Tabela 4.2 n - Cultivo de Frutas, por Distrito

Área plantada de fruticultura (em ha)

Distrito	Nº de produtores de frutas	Área média plantada com frutas (em ha)	Área total plantada com frutas (em ha)	Menor área plantada com frutas (em ha)	Maior área plantada com frutas (em ha)	% do Total dos Produtores de frutas	% do Total da Área plantada com frutas
Lerrovile	7	1,7757	12,43	,45	7,86	35,0%	41,5%
Paiquerê	1	4,4800	4,48	4,48	4,48	5,0%	15,0%
Guaravera	5	1,6300	8,15	,05	6,00	25,0%	27,2%
Maravilha	1	2,1800	2,18	2,18	2,18	5,0%	7,3%
Espírito Santo	6	,4500	2,70	,20	1,00	30,0%	9,0%
Total	20	1,4970	29,94	,05	7,86	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo - 2000

O rami aparece cultivado por apenas um dos produtores entrevistados, mas o rami já teve seus dias de alta nessa região. O rami está sendo substituído pelas culturas de café e

pela fruticultura, pois os produtores que o cultivavam não eram diversificados e acabaram sofrendo conseqüências drásticas com a concorrência do produto no mercado externo.

A vassoura é cultivada por apenas 5% dos entrevistados, sendo destinada à comercialização e, para alguns produtores, é a principal fonte de renda da unidade produtiva.

Entre os agricultores analisados, verificamos que nem todos cultivam todos esses produtos ao mesmo tempo. Por exemplo, o café, por ser uma cultura permanente, ocupa uma área onde também são plantados produtos temporários como o feijão, o amendoim e a mandioca. Os extensionistas da EMATER chamam essa técnica de “plantio consorciado”, quando cultiva-se mais de um produto ao mesmo tempo sobre a mesma terra. Esta estratégia produtiva está presente na maioria dos agricultores entrevistados, mas nem todos dão este nome a essa técnica.

Outra técnica utilizada por vários produtores é o *pousio*, quando, após o cultivo de um determinado produto, não se planta nada nessa terra, ou seja, deixa-se a terra descansar por um período de tempo (mais que 6 meses) antes de se plantar nela novamente. Essa técnica garante, segundo os agrônomos, a manutenção da fertilidade natural do solo, bem como a manutenção de microorganismos benéficos e que ajudam no desenvolvimento de algumas culturas.

Os agricultores que cultivam a *lavoura branca* (soja, trigo, milho, aveia) intercalam essas culturas. Assim, por exemplo, produz-se soja num período e, após a colheita, planta-se trigo, sempre respeitando as épocas apropriadas para o plantio. Isto é possível, pois esses produtos possuem diferentes épocas para o plantio, além de serem lavouras temporárias, o que permite uma certa flexibilidade em termos de cultivo. Somente com o milho que os produtores tentam evitar este tipo de técnica, primeiramente porque eles afirmam que o milho empobrece o solo e que não vale a pena plantar outro produto no seu lugar, e, segundo, porque se planta milho mais de uma vez ao ano, o chamado milho “safrinha”, o que garante mais uma renda para esses produtores.

Apesar dessa diversidade de produtos cultivados, podemos identificar, entre os agricultores analisados, que existem alguns produtos que estão sendo introduzidos recentemente nas unidades, como é o caso do café. Vimos que essa cultura está presente em todos os distritos do município, mas em alguns essa cultura está sendo introduzida somente

agora. Encontramos entre os entrevistados aqueles agricultores que já plantaram suas mudas, mas estas ainda são novas e não produziram. Isso ocorre também com o cultivo de alguns tipos de fruta, que se apresentam como uma alternativa para aqueles produtores que estavam especializados em alguns tipos de produtos e tiveram que substituí-los por outros por diversos fatores.

Para exemplificar, podemos citar o caso dos produtores de rami (localizados principalmente no distrito de Paiquerê), que sofreram com a queda dos preços de seu produto diante da concorrência com o mercado externo. Estes produtores não tinham contratos de produção, e sua inserção no mercado dava-se através de intermediários, o que fez com que não conseguissem manter preços de outros produtores externos. Com isso, acabaram perdendo a disputa e foram “forçados” a substituir esse cultivo. Entretanto, a substituição de cultura não é algo simples, pois esses produtores eram especializados e para plantarem outro produto precisam de uma capacitação técnica e gerencial, visando o bom desempenho da atividade agrícola escolhida.

Além da utilização dos solos na atividade de produção agrícola, os agricultores familiares apresentam outros usos do solo, como pastagem natural ou permanente e matas (nativas e de reflorestamento). De uma maneira geral, em todos os distritos foi observada a presença de pastagem natural, o que não ocorre com a pastagem permanente observada em apenas quatro dos distritos analisados. Entretanto, não são todos os agricultores que ocupam suas áreas com pasto, seja ele permanente ou natural. Dos que possuem áreas utilizadas com pastagem permanente, a área média geral é de 4,21 há. A área média com pastagem natural não é muito diferente: 4,76 ha. A área média destinada à mata é inferior à de pasto, apenas 2,19 ha. Nas tabelas abaixo é possível visualizar como essas outras formas de uso do solo estão presentes na amostra.

Tabela 4.2 o - Áreas de Pastagem Natural, por Distrito.

Área de pastagem natural (em ha)

Distrito	Nº de produtores com áreas de pastagem natural	Área média utilizada como pastagem natural (em ha)	Área total utilizada como pastagem natural (em ha)	Menor área utilizada como pastagem natural (em ha)	Maior área utilizada como pastagem natural (em ha)	% do Total de Produtores com área para pastagem natural	% do Total da Área utilizada como pastagem natural
Lerrovile	9	1,2867	11,58	,30	3,63	29,0%	7,8%
Paiquerê	6	2,9533	17,72	,60	4,84	19,4%	12,0%
Guaravera	3	9,2767	27,83	1,21	16,94	9,7%	18,8%
Maravilha	4	2,7825	11,13	1,21	4,48	12,9%	7,5%
São Luiz	6	6,5533	39,32	,60	31,46	19,4%	26,6%
Espírito Santo	2	1,9150	3,83	,20	3,63	6,5%	2,6%
Warta	1	36,3000	36,30	36,30	36,30	3,2%	24,6%
Total	31	4,7648	147,71	,20	36,30	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo - 2000

Tabela 4.2 p - Áreas de Pastagem Permanente, por Distrito.

Área de pastagem permanente (em ha)

Distrito	Nº de produtores com áreas de pastagem permanente	Área média utilizada como pastagem permanente (em ha)	Área total utilizada como pastagem permanente (em ha)	Menor área utilizada como pastagem permanente (em ha)	Maior área utilizada como pastagem permanente (em ha)	% do Total de Produtores com área para pastagem permanente	% do Total da Área utilizada como pastagem permanente
Lerrovile	8	1,7588	14,07	,60	5,00	44,4%	18,6%
Paiquerê	4	7,5625	30,25	1,21	14,52	22,2%	39,9%
Guaravera	5	5,5660	27,83	1,21	12,10	27,8%	36,7%
São Luiz	1	3,6300	3,63	3,63	3,63	5,6%	4,8%
Total	18	4,2100	75,78	,60	14,52	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo - 2000

Tabela 4.2 q - Áreas de Mata, por Distrito.

Área de mata (em ha)

Distrito	Nº de produtores com áreas de mata	Área média da mata (em ha)	Área total da mata (em ha)	Menor área de mata (em ha)	Maior área de mata (em ha)	% do Total de Produtores com áreas de mata	% do Total das áreas de mata
Lerrovile	6	1,4850	8,91	,15	3,63	15,4%	10,4%
Paiquerê	4	2,7475	10,99	,15	9,68	10,3%	12,8%
Guaravera	8	1,8050	14,44	,60	4,48	20,5%	16,9%
Maravilha	4	1,2075	4,83	,60	2,42	10,3%	5,6%
São Luiz	6	1,5950	9,57	,50	2,42	15,4%	11,2%
Espírito Santo	7	2,7300	19,11	,20	12,10	17,9%	22,3%
Warta	4	4,4475	17,79	2,42	7,26	10,3%	20,8%
Total	39	2,1959	85,64	,15	12,10	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo - 2000

Em resumo, no que concerne às formas de organização da produção vegetal foi possível identificar quatro grupos distintos de unidades familiares.

O primeiro grupo (22,9% das unidades familiares) apresenta uma produção vegetal bem diversificada. Seus principais produtos são o café, o milho, a mandioca e a cana-de-açúcar. A área plantada com café pelos agricultores deste primeiro grupo representa 40% da soma total da área cultivada com este produto pelo conjunto dos produtores entrevistados. A área plantada com a cana-de-açúcar neste grupo representa mais de 83% da área total cultivada no conjunto da amostra. O arroz e o feijão são cultivados apenas pela metade dos produtores deste grupo, mas a área plantada com estes produtos representa mais de 30% da área total. O solo também é utilizado para pastagens naturais ou ocupado por áreas de mata.

O segundo grupo (21,4% das unidades) é o mais diversificado e se caracteriza por uma significativa produção de alimentos para o seu autoconsumo. Seus principais produtos são o café, o milho e a mandioca, e, ao contrário do grupo anterior, a grande maioria destes agricultores também produz arroz e feijão. A área cultivada com estes produtos de subsistência representa mais de 50% do conjunto total da área plantada com estes alimentos pelos agricultores entrevistados. A maior parte destes agricultores produz a totalidade do arroz e 86,7% do feijão que consomem. Uma pequena parte deste grupo ainda produz cana-de-açúcar e cultiva frutas. Além da agricultura, o solo também é utilizado para pastagens permanentes.

O terceiro grupo (30% das unidades), menos diversificado que os anteriores, revela indicadores muito expressivos. Os principais produtos são o milho e a soja. A área plantada com a soja representa mais de 80% da soma de todas as áreas cultivadas com soja e a área plantada com milho chega a mais de 55% de todas as áreas plantadas com este produto. Todos os produtores de trigo também se encontram neste grupo. A produção para o autoconsumo é bem menor que os grupos anteriores. Nenhum destes produtores cultiva o feijão e o arroz, mas os poucos que plantam a mandioca, representam mais de 50% da área total cultivada com este produto. Por outro lado, o cultivo de legumes, ao contrário dos dois primeiros grupos, é muito expressivo. Mais de 70% da superfície total plantada com legumes pelos agricultores da amostra se encontra neste grupo. O solo também é utilizado como mata e pastagem natural.

Por último, o quarto grupo de produtores (25,7% das unidades familiares) se diferencia dos anteriores por ser bem menos diversificado. Os produtos principais são o milho, os legumes e, principalmente, as frutas. A área dedicada à fruticultura significa mais de 70% da área total dedicada a este produto pelo conjunto dos agricultores. A produção de alimentos para o autoconsumo é muito pequena. O arroz, o feijão e a mandioca são cultivados apenas por um pequeno número destes produtores. A grande maioria recorre à compra para consumir estes alimentos. O solo também é utilizado como pastagem natural e, em bem menor medida, como mata.

• **A Agricultura Familiar e a Comercialização da Produção**

Neste item, pretendemos compreender como é organizado o processo de comercialização dos agricultores familiares londrinenses, para isto vamos descrever as formas de comercialização que encontramos entre os agricultores pesquisados para então analisar as estratégias adotadas na etapa final da sua relação com o seu produto.

Podemos perceber que as relações estabelecidas no processo de comercialização do produto abrangem, em sua maioria, os limites municipais. Ou seja, os produtos são comercializados na cidade. Também podemos observar que as diferentes formas de comercialização da produção, apesar de aqui descritas separadamente, se combinam nas relações comerciais praticadas pelos agricultores. Isso demonstra, logo de início, que os

agricultores familiares procuram se inserir em várias relações mercantis ao mesmo tempo, o que pode ser entendido como uma estratégia.

Dentre as formas de comercialização encontradas, estão a venda direta, a venda para empresas com e sem contrato, a venda para as cooperativas com e sem contrato, a venda para intermediários. Veremos a seguir cada uma dessas formas.

- *Agricultores e Cooperativas*

Muitos agricultores têm a cooperativa como principal local de comercialização de seus produtos. As cooperativas apresentam-se não só como um local para o comércio mas também como uma prestadora de diversos serviços. No Brasil, as cooperativas agropecuárias possuem como principal objetivo “*organizar as atividades econômicas e sociais dos seus sócios, produtores rurais, integrando-as, orientando-as e colocando à disposição deles uma série de serviços*” (RECH, 2000, 40). Dentre os serviços prestados, estão a venda dos produtos dos associados. Na venda, a cooperativa fica encarregada de alguns serviços como: classificação, padronização, armazenamento, beneficiamento, industrialização, etc. Esses processos visam garantir uma qualidade melhor para obter melhores preços no mercado. Entretanto, não são todas as cooperativas que realizam essas atividades, algumas apenas recebem e vendem os produtos já processados.

Além da comercialização de produtos, algumas cooperativas também procuram atender os produtores com seus produtos e serviços especializados. Vendem insumos, adubos, máquinas e implementos agrícolas; prestam assistência técnica e administrativa e realizam pesquisas para a melhoria dos padrões de produção de seus associados.

As cooperativas também procuram promover aos seus associados e famílias uma maior integração, promovendo festas, feiras, cursos e outros eventos organizados para este fim.

Muitas cooperativas oferecem aos seus sócios sistemas de créditos através de convênios com bancos e com os governos estadual e federal.

De maneira geral, o que pudemos observar foi que, entre os agricultores entrevistados, poucos são associados às cooperativas e desses os que o são buscam nela os serviços de comercialização e alguns de assistência técnica. Do total de agricultores entrevistados na pesquisa, 31,4% disseram ser sócios de alguma cooperativa, dentre eles:

22,9% são associados à Valcoop; 4,3% à Cooperativa Integrada; 2,8% à Sul-Brasil; e 1,4% à Cativa.

Apesar de serem associados a estas cooperativas, eles não são obrigados a vender sua produção somente para ela, para que o associado tenha este vínculo é preciso firmar um contrato de entrega da produção com a cooperativa. Assim, os agricultores possuem uma certa liberdade de negociação com relação ao canal de comercialização de seu produto. Dos agricultores entrevistados, apenas 1,4% possuem algum contrato com a cooperativa, e 27,1% vendem seus produtos nas cooperativas, mas sem terem um contrato⁵².

Esse dado reflete uma preocupação por parte dos agricultores com a autonomia da unidade de produção, na medida em que ele busca comercializar seu produto para quem lhes oferece um preço melhor, ou seja, melhores condições de pagamento e maiores garantias. Assim, as cooperativas são uma opção interessante para os agricultores familiares pois elas dão garantia na venda dos produtos.

As cooperativas que são na sua maioria mista, ou seja, possuem atividades de beneficiamento e industrialização, além do simples recebimento e colocação dos produtos entregues pelos agricultores e, também, fornecem bens de consumo e insumos agropecuários em geral. Mas, para que uma cooperativa venha a ter sucesso, ela precisa que seus associados coloquem nela toda sua produção, para obter um bom volume de negócio e não precisar recorrer a terceiros pagando a mais para garantir o fornecimento. Por isso algumas cooperativas – principalmente as grandes – criam vínculos muito precisos com os seus sócios ou fornecedores, sendo que, em alguns casos, o produtor fica obrigado a entregar – sem poder discutir o preço – toda sua produção à cooperativa. É um sistema integrado semelhante ao das agroindústrias. Essa forma de agir da cooperativa visa assegurar a sua intervenção no mercado de forma agressiva para assim concorrer com as grandes empresas nacionais e multinacionais. (RECH, 2000, 40-41)

Para o produtor com um volume de produção menor esse vínculo não é tão atrativo, porque esses perdem muito nos preços. É mais vantajoso economicamente vender a sua produção sem um contrato de integração podendo ficar esperando que o preço no mercado melhore para vender o seu produto. Apesar de ser um risco, essa estratégia de “não-

⁵² Dos produtos vendidos através de cooperativas predominam os grãos como a soja, o milho e o trigo.

integração” garante uma certa autonomia ao agricultor, que pode “escolher a melhor hora para vender seus produtos”.

Os agricultores que vendem seus produtos através da cooperativa buscam também uma garantia de receber pela sua produção, pois ao vender seus produtos ao intermediário particular, corre-se o risco de não receber. Assim, a venda através da cooperativa torna-se uma forma de comercialização que dá garantia de receber na quantia e data previamente estabelecidas. Como dizem alguns agricultores: “*ruim com ela (a cooperativa), pior sem ela...*”.

- Os agricultores e as Empresas

Por empresas entendemos aquelas que compram produtos dos agricultores tanto através de contrato como sem contrato. As empresas com contrato às quais os agricultores entrevistados se referiram não são aquelas iguais às empresas integradoras que fornecem os insumos e orientação técnica para que esses produzam exclusivamente para elas como no caso das agroindústrias. O que temos aqui são contratos de produção onde os agricultores são incumbidos de todos os custos da produção. O contrato serve para a garantia de que o produto já está vendido antes mesmo de ser colhido, entretanto o agricultor pode produzir para outras empresas ou vender de outra forma. O contrato com a empresa especifica a qualidade do produto e a quantidade que vai ser entregue pelo produtor.

Encontramos 7% dos agricultores entrevistados que possuem contratos com empresas, os contratos dão a esses agricultores a certeza de colocar seu produto no mercado. Alguns exemplos de empresas que estabelecem esses contratos são: CEASA/Londrina, hipermercados (Carrefour) e Cia Cacique de Café Solúvel. Entre os entrevistados, 34,2% dos agricultores comercializam para empresas, mas sem terem um contrato com essas.

Outra forma de vínculo comercial é a integração à agroindústria, 5,7% dos agricultores entrevistados possuem contratos de integração com agroindústria. São produtores de frango que fornecem seus serviços às empresas locais como Big Frango e COMAVES. Esses agricultores integrados recebem da agroindústria a matriz (pintinho), a ração e a assistência técnica especializada da empresa, além de exigirem exclusividade. Os agricultores ficam responsáveis pela mão-de-obra, pela infra-estrutura necessária (barracão

e materiais), e pela garantia do padrão de qualidade e de produtividade. Caso esses padrões não sejam mantidos os agricultores são desvinculados da agroindústria. A agroindústria prescreve ao agricultor um conjunto rígido de normas que são elaboradas, visando a garantia da qualidade e quantidade do produto. Ao agricultor cabe executar a sua produção sob as condições impostas pela agroindústria.

- Os agricultores e os Intermediários

Como acabamos de ver, alguns produtos são comercializados para empresas particulares, outros para agroindústrias, outros para cooperativas. Existe ainda um outro tipo de comércio que é a venda para intermediários, ou seja, representantes comerciais, supermercados, sacolões, feirantes, etc. São pessoas que compram os produtos direto do agricultor para revendê-los a outros comerciantes, como o próprio nome nos diz, fazem a intermediação entre o produtor e o comércio em si, ou seja, o produto passa por uma cadeia de comercialização: do produtor ao intermediário, do intermediário ao comerciante, e deste último ao consumidor. O agricultor não precisa nem sair de sua propriedade, pois os intermediários vão à sua procura para negociar. Entretanto, vender ao intermediário nem sempre é o melhor negócio, pois nem sempre eles pagam o preço adequado, tentam sempre barganhar pois terão que revender o produto.

Dentre os produtos vendidos para intermediários estão o milho, o café, o arroz, o feijão, os legumes e verduras, as frutas e a vassoura. O café normalmente é vendido para as máquinas de beneficiamento, os legumes, as verduras e as frutas são vendidos para os supermercados, sacolão e para feirantes (que não são produtores), etc.

A venda através de intermediário é feita por 44,2% dos agricultores entrevistados (dos que produzem para o mercado), que algumas vezes enfrentam problemas (levantados pelos próprios agricultores) como: perdas na hora do transporte, preços inferiores aos pretendidos, diferenças nos pesos, falta de notas fiscais, pagamento atrasado e até mesmo o chamado “calote”, etc. Apesar dessas dificuldades, a opção por esta forma de comercialização se deve principalmente à necessidade de vender seu produto. Assim, os agricultores que não são associados a cooperativas acabam tendo de recorrer a formas alternativas.

Durante a aplicação dos questionários, muitos agricultores queixaram-se de ter de vender seus produtos para esses intermediários, principalmente porque acabavam perdendo no preço. Para esses agricultores a forma mais adequada de vender seus produtos seria através de uma associação organizada pelos próprios agricultores, assim teriam um volume de produção maior para negociar um preço melhor.

- *Agricultores e os Consumidores*

Os agricultores familiares estabelecem uma relação direta com seus consumidores através de algumas formas de comercialização direta, que varia, inclusive, devido ao tipo de produto.

Essas formas alternativas são bem diversificadas e incluem a venda direta ao consumidor de produtos *in natura* ou processados na unidade de produção, e dá-se através de feiras livres e também nos domicílios e pela venda direta em festas programadas pela Prefeitura do Município. Entre os agricultores entrevistados, 24,2% praticam a venda direta, sendo que 7,1% nas feiras; 10% em domicílios; 7,1% nas festas; e entre os principais produtos comercializados nestas formas estão: legumes, verduras, frutas, feijão, milho, café e mandioca.

A venda direta através das feiras livres é realizada de duas formas: na Feira do Produtor e na Feira dos Produtos de Época.

A Feira do Produtor é um projeto desenvolvido pelos técnicos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SEAB) do Município de Londrina, e visa possibilitar ao produtor rural um local para exposição e venda de suas mercadorias no varejo, e com isso viabilizar sua atividade rural. A Feira é organizada nas ruas e em diferentes pontos da cidade, em dias diferenciados, onde os produtores cadastrados oferecem seus produtos. É como uma feira livre, onde os feirantes devem ser obrigatoriamente produtores das mercadorias ali vendidas. A feira do produtor contribui para ampliar a oferta de hortifrutigranjeiros, de produtos com qualidade, selecionados e padronizados, além de oferecer produtos com um preço melhor, pois não passam pelas mãos de intermediários. A feira do produtor, além de ser um canal de comercialização alternativo, é também uma

forma do produtor divulgar ao público os seus produtos e observar a preferência do consumidor.⁵³

A Feira de Produtos de Época também se apresenta como uma alternativa de comercialização para os agricultores familiares. Essa também faz parte de um projeto organizado pela SEAB em conjunto com a EMATER/Londrina, e tem como objetivo oferecer aos agricultores espaços públicos, na época de pique da produção, para a venda de produtos hortifrutigranjeiros, visando aumentar a renda do agricultor. A feira é realizada numa praça central de Londrina, possibilitando o acesso de consumidores de todas as regiões da cidade.

Já se realizam anualmente oito feiras de produtos de época em diferentes períodos do ano, confira o calendário abaixo:

Nome da Feira	Período
Feira da Uva	Janeiro e Dezembro
Feira do Peixe Vivo	Março e Abril
Feira das Frutas	Maior e Novembro
Feira do Mel e Ervas Medicinais	Julho
Feira da Poncã	Maior e Julho
Feira do Morango	Agosto e Setembro
Feira das Flores	Setembro
Feira da Framboesa (Amora Preta)	Outubro

Fonte: SEAB/Londrina – 2001

Além do espaço da feira, os agricultores contam com mais dois projetos da SEAB para a comercialização de seus produtos direto ao consumidor: o Direto do Produtor e as Festas Rurais.

O Direto do Produtor consiste na instalação, em prédios públicos e privados, de espaços destinados à comercialização de produtos hortifrutigranjeiros e da agroindústria familiar rural. Os agricultores que participam deste espaço são assessorados por técnicos durante um período de tempo para que possam tornar-se capacitados no que se refere à

⁵³ Vale ressaltar aqui que alguns produtores que só vendiam produtos *in natura* nesta feira, devido a pedidos de consumidores, passaram a processar esses produtos em casa, um exemplo são os produtores de frutas e

apresentação e comercialização dos produtos. Nesses espaços (já são dois constituídos), os agricultores vendem sua mercadoria diretamente ao consumidor, e este último pode optar pela qualidade sem ter acréscimos no custo do produto.

Essa forma de comercialização, além de propiciar aos consumidores produtos de qualidade, também obriga o agricultor a se organizar tanto na sua produção como no processo de venda. Vendendo direto ao consumidor o agricultor percebe a valorização de seu trabalho, diferente de vender aos intermediários que, na busca por preços mais baixos, desconsideram o trabalho despendido pelo agricultor e sua família no processo produtivo.

Mais uma forma de comercialização da produção são as Festas Rurais, que já vêm ocorrendo no Município há algum tempo. Esse projeto da SEAB tem contribuído para organizar e dar condições para que os agricultores possam inserir-se no mercado local de forma direta.

As Festas Rurais têm como principal objetivo caracterizar cada distrito, segundo a exploração agropecuária mais expressiva e, com isso, apoiar o turismo rural no município, criando pólos gastronômicos, com comidas e costumes típicos do local.

As Festas são programadas em função do calendário agrícola, realizando-se conforme indicado no quadro:

FESTA	MÊS	LOCAL
Festa da Uva	Janeiro	Guaravera
Festa do Milho	Fevereiro	Paiquerê
Festa do Leitão e Defumados	Maio	Warta
Festa do Café e Frango	Junho	São Luiz
Festa do Carneiro	Julho	Lerroville
Festa do Morango	Agosto	Espírito Santo
Festa do Boi no Rolete	Outubro	Maravilha

Fonte: SEAB/LONDRINA – 2001

A participação dos agricultores nessas feiras e festas é livre, mas obedece a uma organização que requer um cadastramento prévio. Essas festas representam uma alternativa

legumes que além de venderem esses produtos, transformam em conservas e compotas.

de colocar os produtos no mercado de forma direta ao consumidor, além de servirem para uma maior integração da comunidade local.

Se por um lado as feiras e festas rurais são canais alternativos para a comercialização dos produtos dos agricultores familiares e também locais de divulgação ao público de seus produtos e de verificação das preferências desses consumidores, por outro, contribuem para uma maior aproximação entre o campo e a cidade, bem como para uma valorização maior do campo e do que é nele produzido.

Juntamente com essas formas alternativas existem agricultores que são feirantes “fixos”, ou seja, vendem todos os dias, ou pelo menos uma vez por semana, seus produtos em feiras livres que são realizadas em diversos bairros da cidade.

Outro tipo de venda direta ao consumidor é a venda em domicílio que caracteriza-se pelos tipos de produtos e pelas quantidades. Alguns agricultores começaram a vender de porta em porta ou nas ruas quando havia um excedente doméstico de determinados produtos como frutas, verduras, legumes, ovos, leite e frango caipira. Esses produtos sempre são oferecidos em pequenas quantidades, justamente por representarem “as sobras” do consumo da unidade familiar. Outros agricultores utilizavam esse excedente a partir da transformação destes em outros produtos como: queijos, pães, lingüiças, doces, compotas e conservas. Essa comercialização em pequenas quantidades não é fácil e é um pouco constrangedora para alguns agricultores e, no entanto, essa forma de venda aparece enquanto uma alternativa que lhes dá uma via de inserção no mercado – mesmo que informal – como também acaba sendo uma oportunidade de estabelecer novas relações sociais.

- *As Estratégias na Comercialização*

Pode-se perceber que as estratégias dos agricultores familiares no processo de comercialização da produção são resultados de escolhas subjetivas e imposições colocadas tanto pelo mercado como pelos consumidores. Os agricultores são levados a desenvolver diferentes estratégias, de acordo com as especificidades do ambiente social e natural, assim como seus interesses na manutenção e reprodução familiar. Segundo alguns autores, as

estratégias não são generalizantes, elas são pensadas e desenvolvidas a partir de certos elementos que cada família tem a sua disposição naquele determinado momentos.⁵⁴

Nesta perspectiva, foi possível demonstrar que as estratégias de comercialização adotadas pelos agricultores familiares de Londrina dependem das escolhas feitas com relação ao produto cultivado, a forma de produzir, a produção e o valor a ela agregado. Ou seja, os agricultores decidem pelas estratégias de comercialização antes mesmo de sua efetivação. A escolha da atividade econômica dá-se levando em conta todas as outras etapas do processo produtivo até a venda de seu produto, visando sempre a reprodução da unidade familiar e de produção.

Segundo Chayanov (1974), ao escolherem o que vão produzir na unidade e a quantidade os agricultores tendem a considerar as necessidades de consumo da família. Assim, famílias maiores necessitam de atividades que tragam rendimentos suficientes para a manutenção de todos os membros, para a garantia futura da sua reprodução social. Tendo em vista esse objetivo, os agricultores fazem opção por atividades que já sejam de seu conhecimento ou de seus parentes e amigos próximos, embora algumas vezes seja preciso recorrer a produtos dos quais não conhece o processo produtivo. Nesse sentido, a escolha da atividade leva em conta não só as necessidades impostas pela família, mas também todo o conjunto de conhecimento e experiência acumulados pelo agricultor e sua família durante sua vida.

O agricultor sabe que introduzir uma nova atividade em sua unidade requer não só novos conhecimentos, mas também uma série de outros requisitos como investimento de capital em fatores de produção; domínio de elementos de produção e comercialização; utilização da força de trabalho disponível, entre outros.

A incerteza também aparece como um elemento importante na decisão dos agricultores, pois quando esses investem numa nova atividade estão sempre sujeitos aos riscos de um retorno ruim.

Na tentativa de lidar com esses riscos, os agricultores e suas famílias tendem mais à diversificação, pois, como já disse Lovisoló (1989), "*o controle dos preços e das adversidades da natureza não estão nas mãos dos agricultores*", portanto, investir em

⁵⁴ Ver BOURDIEU, 1990, e GARCIA JR. 1989.

mais de um produto representa uma estratégia no sentido de garantir a manutenção e reprodução social da unidade.

O processo de comercialização é uma etapa importante para os agricultores, pois é aí que o agricultor conseguirá – pelo menos teoricamente - obter a renda necessária para “saldar” os custos da produção e para a manutenção de sua família.

Entre os agricultores que produzem grãos, desde os diversificados aos mais especializados, há uma tendência em buscar segurança na escolha do destino de sua produção, o que demonstra a opção de grande parte dos produtores de milho, soja e trigo pelas cooperativas, apesar de alguns agricultores venderem esses produtos para empresas e/ou para intermediários. Para confirmar essa informação vejamos a tabela que segue:

Tabela 4.2 r - Principais produtos cultivados por forma de comercialização (em %)

PRODUTOS	FORMA DE COMERCIALIZAÇÃO			
	Cooperativa	Empresas	Intermediário	Venda Direta
Café	11,5	30,8	53,8	3,8
Soja	50	50	-	-
Milho	30	23,3	36,7	10
Feijão	-	-	42,9	57,1
Trigo	100	-	-	-
Arroz	-	50	25	25
Mandioca	-	50	-	50
Amendoim	-	-	100	-
Frutas	-	40	33,3	26,7
Legumes/ Verd.	-	43,8	43,8	12,5
Rami	-	100	-	-
Stevia	-	100	-	-
Vassoura	-	-	100	-

Fonte: Pesquisa de Campo – 2000.

A venda de grãos através de intermediários é maior com o milho e com o café, entretanto, o milho é vendido em pequenas quantidades, pois os agricultores que produzem uma quantidade maior o comercializam pelas Cooperativas. O café também é

comercializado em pequenas quantidades não havendo grande interesse por parte das Cooperativas. As empresas aparecem como os maiores concorrentes das Cooperativas, sendo a segunda opção dos agricultores. A venda através de empresas sem contrato é preferível, mas o mesmo problema da quantidade está presente aqui.

Por ter de comercializar um volume de produção muito baixo, a alternativa torna-se uma opção de maior risco para os agricultores. Apesar de nosso trabalho não ter o objetivo de diagnosticar os problemas da agricultura familiar, entendemos que as dificuldades por quais esta passa também leva à compreensão da diversidade que estamos buscando demonstrar.

Assim, cabe aqui ressaltar que os agricultores ressentem pela falta/ausência de uma associação de produtores que tenha como um de seus objetivos vender os produtos de seus associados. Ou seja, uma associação que organize a comercialização dos produtos em conjunto. Essa seria a forma de comercializar seus produtos com preços mais elevados, uma vez que com o volume de produção maior, maior também seria o poder de barganha desses agricultores.

Quanto à estratégia de comercialização que envolve uma relação mais direta do agricultor com o consumidor, esta demonstra uma eficácia no nível local. Ou melhor, quando não são ultrapassados os limites do mercado local, a venda direta torna-se uma boa alternativa para os agricultores, que podem vender não só seus produtos *in natura*, mas também produtos transformados na própria unidade e pela própria família.

Da leitura da tabela 4.2.r, conclui-se que a etapa da comercialização dos produtos possui a intervenção de diversos tipos de agentes. Se, por um lado, não existe um agente que centralize a comercialização dos produtos, nem daqueles mais relevantes do ponto de vista do mercado, por outro, a relação estabelecida entre os agricultores e o mercado se realiza mediante vários fatores e não apenas através de um, assim como se faz por meio de determinados produtos, e não pela totalidade de que se produz.

Os agricultores cultivam arroz, feijão, mandioca, amendoim principalmente para o autoconsumo e orientam soja, trigo, rami, vassoura e stévia exclusivamente para o mercado, e ainda o café, o milho, as frutas e legumes, simultaneamente para o mercado e para o consumo próprio.

Na maioria das unidades de produção familiar analisadas, existem produtos que são cultivados exclusivamente para o mercado, outros são colocados no mercado dependendo da necessidade de uma renda extra ou pela existência de excedente. No caso dos agricultores analisados, a maioria cultiva produtos vegetais, e são poucos os que possuem uma produção animal destinada para o comércio.

Em resumo, encontramos as seguintes tendências predominantes quanto às práticas de comercialização da produção vegetal:

Um primeiro grupo de agricultores (22,9%) vende entre dois a quatro produtos que cultivam. Esta venda representa, em sua maioria, de 50 a 75% da produção cultivada. As formas de comercialização predominantes são a venda para empresas e, em menor medida, para cooperativas e a venda diretamente ao consumidor.

Um segundo grupo (22,9%) vende entre dois a três produtos. A quantidade vendida destes produtos, menor que o primeiro grupo, representa de 25 a até 50% da produção cultivada. As formas de comercialização mais comuns neste grupo são, pela ordem, a venda para intermediários, cooperativas e empresas.

Um terceiro grupo (24,3%) vende apenas um dos produtos cultivados, sendo que alguns produtores (7/17) não vendem nenhum produto. A proporção vendida, no máximo 25% da do que foi produzido, também é bem menor quando comparada aos grupos anteriores. As poucas vendas são negociadas com empresas, cooperativas e através da venda direta.

Um último grupo (30%) vende entre um a no máximo dois dos produtos cultivados. A proporção das vendas pode chegar a até 50% do que foi produzido e a principal forma de comercialização, tal como no segundo grupo, se dá principalmente através da venda aos intermediários.

- **Os equipamentos de produção**

O padrão tecnológico imposto pela agricultura moderna está baseado no uso de insumos e técnicas agrícolas de ponta, na substituição da mão-de-obra por máquinas e equipamentos que combinados ao uso dos insumos, levariam à elevação da produtividade das diferentes culturas. No entanto, esse padrão tecnológico não está presente em todas as unidades produtivas. É mais freqüente entre os agricultores que possuem maior capital para

tal investimento e uma maior quantidade de terras. Como já foi demonstrado por diversos autores, a modernização agrícola deu-se de forma parcial e excludente, deixando muitos agricultores fora do processo nas diferentes regiões do país.

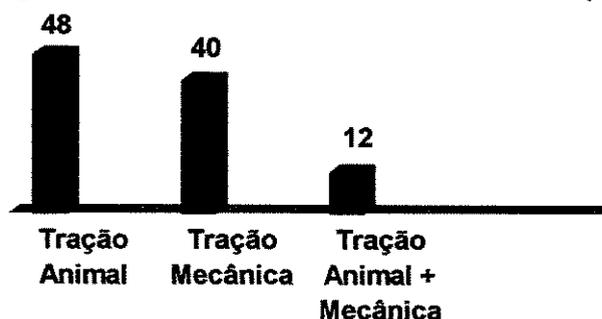
A adoção ou não desse padrão tecnológico representa a ampliação do processo de diferenciação social presente entre os agricultores brasileiros. A utilização dos equipamentos de produção e a adoção de técnicas de produção modernas requerem disponibilidade de capital e também de terras para que se possa obter produtividade e rentabilidade maiores. Assim, as modernas técnicas e equipamentos de produção só são adequados para aqueles agricultores que dispõem desses recursos, tornando-se impróprias para os que possuem pouca terra e pouco capital. Mesmo com essas limitações, existem os agricultores que buscam de várias maneiras inserir-se nesse processo, principalmente no que se refere ao uso de insumos.

O processo de modernização tecnológica não alterou somente a base técnica da produção, mas também as relações de trabalho na atividade agrícola. Assim, em algumas regiões do país – e podemos afirmar também no Norte do Paraná - ocorreu a substituição da mão-de-obra familiar por novas formas de trabalho, redefinindo as relações sociais de produção através das quais o uso e a propriedade do solo obedecem fundamentalmente à racionalidade dada pelo novo padrão tecnológico. Essas mudanças dão um novo contorno ao processo de diferenciação social. (Martine, 1987, p.145-146)

Um dos aspectos dessa modernização foi o processo de tecnificação da agricultura, que pode ser visto pelo aspecto da mecanização que concorre para as mudanças ocorridas no campo. Houve, a partir dos anos 70 – especialmente no estado do Paraná - um aumento no uso da força mecânica, sem excluir o uso da força de tração animal. O maior representante dessa força mecânica é o trator. A incorporação de tratores nas unidades produtivas demonstra o grau de mecanização em que se encontram essas unidades, dando indicativos da inserção dos agricultores no processo de modernização.

Entre os agricultores familiares entrevistados existe uma heterogeneidade quanto à utilização dos equipamentos de produção (se de tração animal ou mecânica), conforme expresso no gráfico abaixo:

Gráfico 4.2.c - Uso de Equipamentos de Produção por Agricultores Familiares entrevistados (%)



Fonte: Pesquisa de Campo - 2000

O uso da força de tração mecânica foi estabelecido a partir dos equipamentos atrelados ao trator como arado, adubadeira, semeadora, etc, equipamentos que são utilizados em diferentes fases do processo produtivo e que não exclui, necessariamente, o uso da força de tração animal, podendo ser associado à esta. Segundo Graziano da Silva (1980, p.193,194) pode-se observar dois momentos qualitativamente distintos na mecanização do ciclo de uma cultura qualquer. O primeiro são as fases do preparo do solo, plantio e tratos culturais, que do ponto de vista técnico são mecanizáveis através do uso do trator. O segundo momento é o da mecanização da colheita.

Constatamos na pesquisa que, na fase inicial do processo produtivo (que inclui o preparo do solo e o plantio), os agricultores utilizam o trator e também a força de trabalho manual, e os tratos culturais são, na maioria, realizados manualmente, inclusive a aplicação de produtos químicos em determinadas culturas. Já na etapa da colheita, que depende muito do produto cultivado⁵⁵, o uso de equipamento mecanizado diminui entre os entrevistados, em contrapartida aumenta o número de empregados temporários nas unidades nesse período. Isso não quer dizer que os agricultores dispensem o uso da força mecânica no

⁵⁵ Só para exemplificar, no caso específico da soja a colheita é feita pela contratação de serviços mecanizados, no caso do café contrata-se os chamados “bóia-fria” para a colheita.

processo de colheita, ao contrário, alguns recorrem ao aluguel de máquinas (no caso, são 20% dos agricultores entrevistados).

Tabela 4.2 s- Porcentagem de trabalho familiar e contratado em diferentes etapas do processo produtivo por tipo de equipamento de produção (manual ou mecanizado)

	Preparo do Solo		Capina		Colheita	
	Manual	Mecaniz.	Manual	Mecaniz.	Manual	Mecaniz.
Trabalho Familiar	44,2	48,5	70,0	22,8	71,4	18,5
Trabalho Contratado	7,1	20,0	17,1	4,2	20,0	15,7

Fonte: Pesquisa de Campo – 2000.

Além de mesclar a utilização de equipamentos de produção de tipo manual e mecanizado, alguns dos agricultores entrevistados também utilizam, nas diferentes fases do processo produtivo, tanto a mão-de-obra familiar quanto a mão-de-obra contratada temporária ou não, assim são encontrados, numa mesma unidade produtiva, o uso do trabalho familiar e contratado, tanto no preparo do solo manual e mecanizado como nos tratos culturais e na colheita manual e mecanizada.

São 44,2% dos agricultores familiares entrevistados que possuem tratores, desses, 74,1% possuem apenas 1 trator; 12,9% possuem 2 tratores; 9,6% têm 3 tratores e 3,2% com 4 tratores. E apenas 4,2% dos agricultores entrevistados possuem colheitadeira. Somando no total 44 tratores e 3 colheitadeiras. No quadro abaixo demonstramos a distribuição dos tratores nas unidades produtivas.

Tabela 4.2 t - Distribuição de Tratores por Tamanho de Estabelecimento

Estratos de Área Total (há)	Estabelecimentos com Trator	
	Número	%
Até 5	2	6
5 a 20	7	23
20 a 50	17	55
+ de 50	5	16
Total	31	100

Fonte: Pesquisa de Campo – 2000.

No tocante à distribuição de tratores por tamanho das unidades produtivas, observa-se que a maioria deles foi adquirida por agricultores com estabelecimentos entre 20 ha e 50 ha, esses agricultores detêm 48% do total de tratores existentes entre os agricultores familiares entrevistados.

O baixo uso da força mecânica entre os agricultores entrevistados pode estar relacionado a diversos fatores, dentre eles ao fato do sistema produtivo adotado não requerer esse tipo de equipamento, como é o caso dos produtores de café; à falta de recursos financeiros para a compra dos equipamentos (no caso de produtores de soja e milho); pelo alto preço destes equipamentos, ficando mais viável economicamente contratar serviços de terceiros ou alugar esses equipamentos de outros agricultores e também pela presença de mão-de-obra familiar suficiente para a execução de todas as atividades do processo produtivo, etc.

A introdução de tecnologia mecânica não atingiu todos os agricultores entrevistados. Foi possível verificar que nem todos os agricultores são mecanizados, existe uma diversidade entre eles com relação ao grau de mecanização. Se a modernização tecnológica no sentido da mecanização não atingiu a todos, o uso de insumos químicos, que também se apresenta como um indicador representativo do processo de modernização, parece ter sido adotado de forma mais ampla por esses agricultores.

Os sistemas de cultivo implantados variam entre agricultores familiares pesquisados, pois nem todos os agricultores utilizam as mesmas técnicas na hora de produzir. Enquanto alguns fazem silagem, empregam adubos químicos, pesticidas, herbicidas e fungicidas etc., outros preferem utilizar técnicas mais tradicionais e/ou naturais, assim há agricultores que armazenam sua forragem, utilizam adubos naturais ou orgânicos de que dispõem, etc. Outros, ainda, fazem um pouco de cada, utilizando sistemas de produção chamados “mistos”.

As práticas e técnicas agrícolas e o uso de insumos químicos estão presentes entre os agricultores entrevistados de forma diversa. Mas foi possível observar que a utilização de produtos químicos nas culturas está presente de forma intensa, assim como também é alto o número de produtores que associam adubação química à adubação orgânica/natural. No entanto, a utilização dos adubos de origem orgânica não está indicando para uma nova prática de cultivo ou de conservação que tenha em vista a chamada “agricultura orgânica”.

Esse modelo foi observado em apenas um dos agricultores entrevistados. Nos outros casos, o uso de adubação natural está relacionado ao aproveitamento dos recursos e à busca de redução dos custos da produção.

O uso de insumos químicos depende do tipo de produtos a ser cultivado, algumas culturas tem como condição básica de sua produção o uso de insumos (sementes, fertilizantes, mecanização, etc), independente da região ou do tipo de produtor, a soja é um exemplo. Assim, os produtores que produzem a soja necessariamente precisam utilizar produtos químicos para garantir a produção. São várias as práticas de cultivo utilizadas pelos agricultores, vejamos:

Tabela 4.2 u - Práticas Agrícolas por agricultores entrevistados (%).

Prática	%
Adubação Química	96
Adubação Natural	80
Fertilizantes/Herbicidas/Fungicidas/Inseticidas	94
Silagem	3
Pousio	7
Plantio Consorciado	13
Plantio Direto	11
Rotação de Culturas	51
Irrigação	31

Fonte: Pesquisa de Campo – 2000

De acordo com a tabela acima, pode-se constatar que o uso de insumos químicos entre os agricultores entrevistados é muito alto, mas cabe destacar que esse total representa todos os que utilizam o produto, podendo ser em todas as culturas regularmente, em apenas algumas e até mesmo de vez em quando. Quanto ao uso de técnicas alternativas como o pousio, a silagem, o plantio direto (e outras técnicas de controle biológico) e o plantio consorciado, são práticas que pouco aparecem entre os agricultores entrevistados. Isso demonstra que os agricultores entrevistados aderem às práticas convencionais de cultivo e ao uso intenso de agroquímicos. Entre as práticas mais freqüentes está a rotação de culturas que consiste no plantio de mais de um produto durante o ano na mesma terra.

- **As relações de trabalho**

O principal elemento que distingue a unidade de produção familiar das empresas capitalistas, e a caracteriza enquanto uma forma específica de produção, está relacionado à utilização da mão-de-obra familiar. O agricultor e sua família possuem o controle sobre os meios de produção (terra, instrumentos de trabalho, mão-de-obra, etc) e, ao mesmo tempo, ele e sua família são os principais responsáveis pela efetivação do processo de trabalho. Ou seja, a agricultura familiar caracteriza-se pela manutenção de um tripé básico: terra – trabalho – família.

Segundo Chayanov a “economia camponesa” é regida por uma relação entre trabalho e consumo familiar. Considerando esta afirmação o que determinaria o produto do trabalho familiar seria a intensidade de trabalho, isto é, o grau de auto-exploração da força de trabalho familiar estimulada pelas necessidades de consumo da família. Nesta perspectiva, a produção familiar visa primeiramente a subsistência do grupo doméstico. Contudo, na agricultura familiar contemporânea encontramos agricultores familiares que possuem estratégias produtivas visando o mercado primeiramente e daí a reprodução familiar. Isto demonstra que a agricultura familiar antes de possuir uma “racionalidade econômica própria”, ao contrário, diferencia-se por reproduzir sua unidade de produção familiar, através de estratégias diferenciadas e orientadas para sua reprodução social nas quais a subsistência não é apenas garantida pelo autoconsumo, mas também pela sua inserção no mercado.

A agricultura familiar abrange diferentes estratégias de reprodução, mas sem deixar de estar baseada na relação entre terra, trabalho e família. O fato de se utilizar da mão-de-obra familiar não determina que não possa haver trabalhadores contratados nestas unidades de produção. Ao contrário, a contratação de trabalhadores representa uma estratégia de adaptação dos agricultores a diversos fatores internos e externos à unidade de produção.

O trabalho familiar e a mão-de-obra contratada não são fenômenos que se excluem, mas constituem estratégias que se articulam no processo de organização do trabalho e na reprodução da unidade de produção familiar.

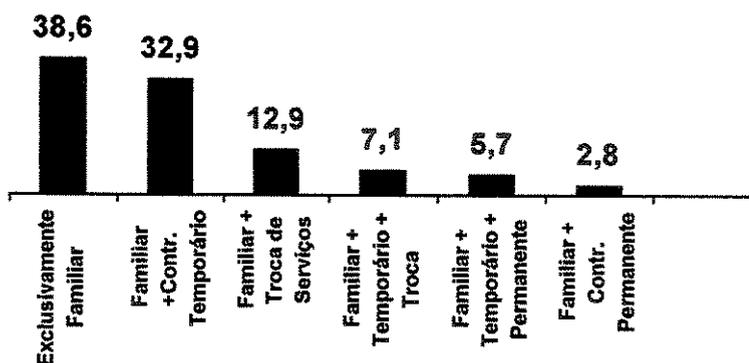
O que observamos na pesquisa foi que apesar de a família ser a principal responsável pelo trabalho da unidade de produção, em alguns momentos de maior demanda

de força-de-trabalho – como no plantio e na colheita – existe a necessidade de recorrer ao trabalho externo à unidade, seja pela contratação de trabalhadores temporários, seja pela prática de troca de dias de serviço, que envolve principalmente vizinhos, amigos e parentes próximos.

Com exceção de um dos chefes das unidades produtivas entrevistados, todos os demais participam das atividades agrícolas desenvolvidas, dirigindo e executando tarefas ou trabalhando em conjunto com a seguinte composição da força de trabalho: trabalham somente com os membros da família 38,6% dos agricultores entrevistados; família mais trabalhadores temporários 32,9% ; família mais vizinho e parentes no sistema de troca de serviços são 12,9%; família mais trabalhador assalariado permanente são 2,8%; família em conjunto com trabalhador temporário, vizinhos e parentes são 7,1% e família mais trabalhador temporário e trabalhador permanente são 5,7%.

Essas diferentes composições da força de trabalho são formas diferenciadas e adotadas pelos agricultores familiares enquanto estratégia que visa garantir a reprodução da unidade de produção.

Gráfico 4.2.d - COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO ENTREVISTADAS



Fonte: Pesquisa de Campo - 2000

A prática da contratação de trabalhadores temporários foi encontrada em 45,7% das unidades de produção nos quais o responsável foi entrevistado. É realizada através do pagamento de diárias em períodos nos quais se requer maior quantidade de braços, como no plantio e na colheita. Esses trabalhadores temporários conhecidos também como bóias-frias

e/ou trabalhadores volantes, são contratados em média entre 2 a 3 meses no ano, ou seja, nos períodos em que a mão-de-obra familiar é menor do que a demanda da produção.

Como podemos observar no gráfico, são poucas as unidades de produção que contratam trabalhadores assalariados permanentes e, nesses casos, esses trabalhadores residem na propriedade e ganham um salário mínimo no final de cada mês. Auxiliam a família nos serviços da unidade de produção e alguns até possuem um “pedacinho” de terra para fazer uma horta ou criar algumas galinhas.

Outra estratégia usada pelos agricultores familiares é a troca de serviços, 20% dos agricultores entrevistados a utilizam associada ao trabalho familiar e ao trabalho contratado temporariamente. Consiste em um acordo entre vizinhos e/ou parentes para realizar determinadas tarefas na unidade produtiva. Os agricultores oferecem seus serviços em troca dos serviços do outro, sem que haja qualquer tipo de pagamento monetário. O próprio serviço é o pagamento. A dívida com o vizinho e/ou parente é em dias de serviço, assim quando um desses necessita o que deve vai prestar-lhe serviço.

Essa estratégia de trocar dias de serviço é uma alternativa para os agricultores que não possuem mão-de-obra suficiente na família e que não possuem condições de contratar mão-de-obra assalariada, devido às dificuldades econômicas. Além disso, essa estratégia envolve, além do aspecto econômico, aspectos culturais e sociais, pois constitui um momento de socialização e de convivência entre os agricultores envolvidos nessa prática.

Assim como os agricultores contratam trabalhadores temporários nos períodos de maior trabalho na lavoura, eles também vendem a sua força de trabalho para outros agricultores. Em 8,5% dos agricultores entrevistados, os membros da família – o chefe, a esposa e os filhos - vendem seus serviços em busca de rendas monetárias para saldar suas dívidas contraídas no mercado, na compra de gêneros para a família (alimentação, roupas, calçados, etc) e para a unidade produtiva (insumos, equipamentos, etc). Segundo os entrevistados, a venda da força de trabalho da família ajuda a garantir uma renda melhor. A maioria trabalha nos períodos de colheita – principalmente do café – que varia entre 60 e 90 dias no ano, no entanto, existem agricultores que vendem sua força de trabalho o ano todo realizando pequenos serviços em tempo parcial em outras unidades produtivas. Assim além de garantir uma renda a mais para a família, eles conseguem “tocar” a sua lavoura ao mesmo tempo.

Como já se pôde afirmar com os dados da pesquisa de campo, o trabalho familiar está presente em todas as unidades de produção analisadas, sendo que está presente exclusivamente em quase 40% das unidades. No trabalho familiar, como o próprio nome já indica, a família é quem realiza as atividades produtivas, entretanto, não são todos os membros que participam das atividades e nem todas as atividades são realizadas pelas mesmas pessoas. Existe uma divisão do trabalho estabelecida nas famílias, divisão que se dá a partir das categorias gênero e idade. Alguns membros da família não realizam determinadas atividades, outros chegam a participar de todas elas, e tem os que não realizam nenhuma.

Alguns trabalhos são realizados quase que exclusivamente pelos homens (maridos e filhos), outros somente pelas mulheres (esposas, filhas, etc). Essa divisão sexual do trabalho possui diferentes fatores que as determinam, que variam de acordo com a família. Não chegamos a elencar esses fatores, devido aos limites impostos pela nossa pesquisa, bem como pelo fato de este não ter sido um dos nossos objetivos, entretanto cabe ressaltar aqui a importância de se buscar quais seriam esses fatores para melhor dar conta de demonstrar a diversidade da agricultura familiar, mas sabendo dos nossos limites acreditamos que essa questão requer uma outra pesquisa. Somente para mostrarmos a existência dessa divisão, apontamos algumas das atividades em que pudemos encontrar essa divisão mais nitidamente.

Entre as atividades que são executadas somente pelos homens estão aquelas que é preciso “pegar no pesado”, no sentido de requerer um esforço físico maior do que qualquer outra atividade. São trabalhos realizados a partir do manuseio de ferramentas agrícolas como o machado, o enxadão, etc, que são atribuídas ao “homem da casa”. Além da operação de máquinas mecânicas como colheitadeira, carpideira, etc. Dificilmente pode-se encontrar uma mulher praticando essas atividades que pertencem, em geral, ao domínio dos homens.

Assim como existem atividades exclusivas para os homens – apesar de algumas mulheres as realizarem – existem também aquelas que são tipicamente femininas. Essas atividades são as tarefas domésticas que incluem cozinhar, lavar e passar roupas, cuidar das crianças, enfim, da organização geral da casa. Também inclui-se nessas atividades as tarefas de manutenção do quintal, os pratos culturais com pequenas hortas e jardins, mas

essa são também executadas por outras pessoas da família, não sendo de exclusividade das mulheres. As atividades domésticas, apesar de parecerem mais fáceis, são tão intensas quanto qualquer outra atividade, a sua realização consome um tempo muito grande durante todo o dia, o que muitas vezes impossibilita que as mulheres ajudem nas atividades agrícolas, ou de ocuparem-se de qualquer outra atividade.

A dedicação de algumas mulheres às atividades pode impedir que essa ajude na roça, mas também o contrário pode ser encontrado, ou seja, algumas mulheres trabalham “em casa” e na roça, às vezes até mesmo pegando na enxada ou participando da colheita de café, arroz, feijão ou outras culturas, assim como o trato com as criações e o ordenamento. A participação feminina nas atividades agrícolas é de grande importância para a agricultura familiar, e em algumas unidades ela é fundamental para a reprodução da unidade.

Além de cuidar da casa e trabalhar na roça, algumas mulheres ainda realizam atividades “extras” como artesanato e transformação de produtos primários. Utilizamos o termo “extra” por serem atividades realizadas além das domésticas e/ou das agrícolas, ou seja, atividades a mais, no entanto essas atividades para algumas famílias possuem uma importância econômica significativa, enquanto que para outras serve até como um complemento para a renda familiar. Não vamos discutir essa questão no momento, mas queremos mostrar que o trabalho feminino não está só ligado às atividades domésticas e que envolve diversas outras atividades.

Assim, temos que 97% das esposas realizam atividades domésticas que incluem cuidar da casa e das crianças; 68,5% cuidam do quintal e de pequenas hortas; 37,1% trabalham na roça junto com outros membros da família; 7,1% realizam atividades de artesanato; 4,2% transformam produtos primários, produzindo queijos, doces, compotas e conservas e 11,4% exercem outras atividades fora da unidade de produção.

Diante da necessidade de reprodução, o agricultor familiar utiliza os braços disponíveis na família para realizar a produção agrícola, assim o trabalho feminino, mesmo que não sendo dedicado exclusivamente à atividade agrícola contribui evitando a contratação de mão-de-obra externa. No caso de agricultores que possuem equipamentos modernos e máquinas o tempo do trabalho feminino na roça pode ser dispensado, mas no caso dos agricultores entrevistados, verificamos um baixo padrão tecnológico e o uso intensivo de trabalho manual, o que exige mais trabalho, tornando o trabalho feminino

indispensável. Relacionamos abaixo algumas atividades não-domésticas em que há participação das esposas:

Quadro 4.1.b - Participação do Trabalho das Esposas em Atividades Não-Domésticas

ATIVIDADES	PARTICIPAÇÃO DAS ESPOSAS (%)
Preparo do Solo Mecanizado	7,1
Capina Mecanizada	4,3
Colheita Mecanizada	2,9
Preparo do Solo Manual	8,6
Capina Manual	20
Colheita Manual	34,3
Alimentação de Animais	20
Ordenha	8,6
Cuidados do Galinheiro	30

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000.

Considerando os dados acima, pode-se perceber que as atividades nas quais o trabalho feminino está mais presente são aquelas que envolvem o trabalho manual como na colheita, na capina, na alimentação de animais, cuidados com o galinheiro e outros. Essas atividades são realizadas conjuntamente com o trabalho doméstico.⁵⁶

Em casos onde os agricultores possuem um número maior de filhos ou onde os filhos ainda não migraram para a cidade, o trabalho feminino é dispensado. No entanto, onde isso não ocorre, ou seja, onde os filhos foram embora, a esposa acaba dividindo o seu tempo entre a casa e a roça.

⁵⁶ Ver em anexo no final da dissertação dois textos que descrevem o cotidiano de duas agricultoras entrevistadas na pesquisa de campo. São depoimentos retirados de um caderno especial que mostra a participação das mulheres na produção alimentar. PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA, Secretaria Especial da Mulher. "Retratos: as diversas faces da mulher na produção alimentar". Centro de Documentação e Pesquisa sobre a Mulher, Londrina/Pr, outubro, 1999. P.17 e 20.

Verificamos, a partir da pesquisa, que a maioria dos agricultores entrevistados, devido ao baixo uso de equipamentos modernos e máquinas, acaba dedicando o dia todo para cuidar das atividades na agricultura. Em média, os chefes das unidades dedicam cerca de 10 horas por dia a sua unidade de produção, não sobrando tempo para que esses possam vender sua força de trabalho externamente caso necessitem. No caso do trabalho feminino, em média, as mulheres gastam cerca de 4 horas diárias para as atividades agrícolas, e cerca de 5 a 6 horas diárias nos cuidados da casa e filhos – no caso das que participam dessas duas atividades.

Existem, ainda, aquelas atividades que são realizadas indistintamente por adultos e crianças, bem como por homens e mulheres, como, por exemplo, a limpeza do quintal, o trato de animais domésticos, etc.

Verificamos que, além dessas atividades agrícolas e domésticas, as atividades que envolvem uma relação externa à unidade de produção – contabilidade, comercialização – são, na maioria, realizadas pelo chefe da família. Somente 10% das esposas participam da administração e contabilidade da unidade de produção e apenas 5% ajudam a realizar a comercialização dos produtos. Aos filhos e às esposas raramente são atribuídas essas atividades. Os motivos dessas práticas podem ser analisados a partir de estudos sobre as relações de poder dentro da unidade familiar de produção, o que não foi possível realizar em nossa pesquisa.

4.3 - Caracterização da Estrutura Fundiária

Com a análise da dimensão fundiária pretende-se entender “como os agricultores que se encontram no contexto de sistemas fundiários, cujas diferenças são bem conhecidas, orientam suas estratégias fundiárias e as adaptam ou submetem a seus projetos profissionais e/ou familiares” (Lamarche,1993). Através da análise das estratégias fundiárias, trata-se de avaliar as implicações das condições de acesso à terra sobre a reprodução da agricultura familiar.

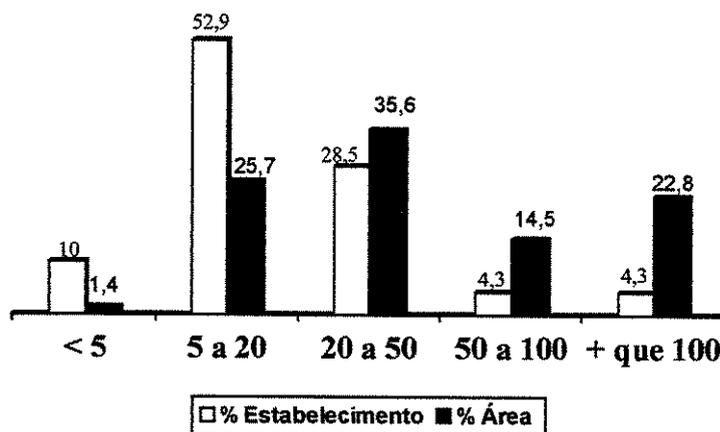
- O Tamanho das Unidades de Produção Familiar

O tamanho das unidades de produção foi utilizado durante algum tempo como critério fundamental para diferenciar o agricultor familiar do agricultor patronal. Deste procedimento decorre a associação entre pequena produção e agricultura familiar. Atualmente, este critério não é mais o único utilizado para delimitar a agricultura familiar. Entretanto, o fato dessa forma social de produção ter como base de sua reprodução a interdependência entre terra, trabalho e família, nos leva a incluir em nossa análise referências sobre a superfície das unidades familiares bem como sobre as formas de sua apropriação, aquisição, manutenção e transmissão.

Já nos referimos as dimensões territoriais das unidades analisadas no capítulo anterior, no entanto faremos aqui algumas referências com relação a área média das unidades de acordo com os estratos de área e a percentual de área ocupada pelas unidades.

A diferenciação entre os agricultores familiares dá-se não só com relação ao estrato de área total, mas, principalmente, com relação ao percentual de área que estes estabelecimentos ocupam. A maioria que possui área de até 20 ha ocupa apenas 27,1% do total de área da amostra pesquisada, enquanto os agricultores que se encontram nos estratos de área superiores a 20 ha ocupam 72,9% da área total da amostra. O gráfico abaixo demonstra esse dado mais claramente.

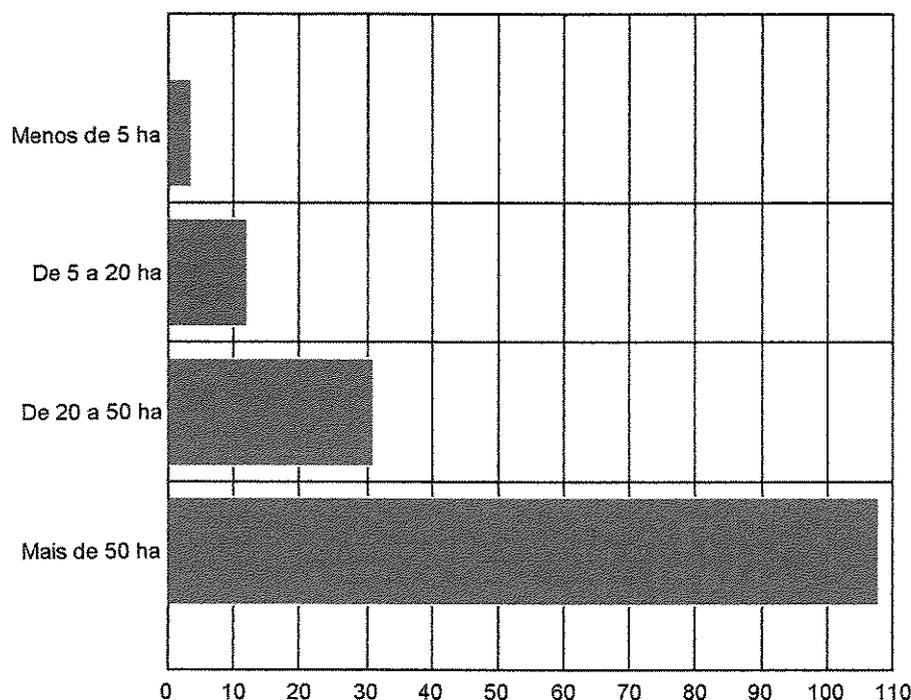
Gráfico 4.3.a - Percentual de estabelecimentos e área segundo grupos de área total



De uma maneira geral, existe uma predominância dos estabelecimentos com área entre 5 a 20 ha entre os agricultores familiares pesquisados. Podemos dizer que o a região Sul do Município de Londrina enquadra-se neste ponto como um todo, pois segundo dados da pesquisa FAO/INCRA (2000) esta região apresenta uma concentração de estabelecimentos com área entre 5 e 20 ha que em termos percentuais representa 47,9% do total desta região. Não obstante, ocupam menos área do que os demais estratos e apresentam uma concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, não sendo diferente do perfil do país.

A área média dos estabelecimentos, segundo os estratos de área, são as seguintes: nos estratos de até 5 ha a área média é de 3,4 ha; entre 5 a 20 ha é de 12,1 ha; nos que variam entre 20 a 50 é de 31,1 ha e nos que possuem área com mais de 50 ha a área média é de 107,8 ha.

Gráfico 4.3.b - Área média da unidade familiar, por grupos de área total.



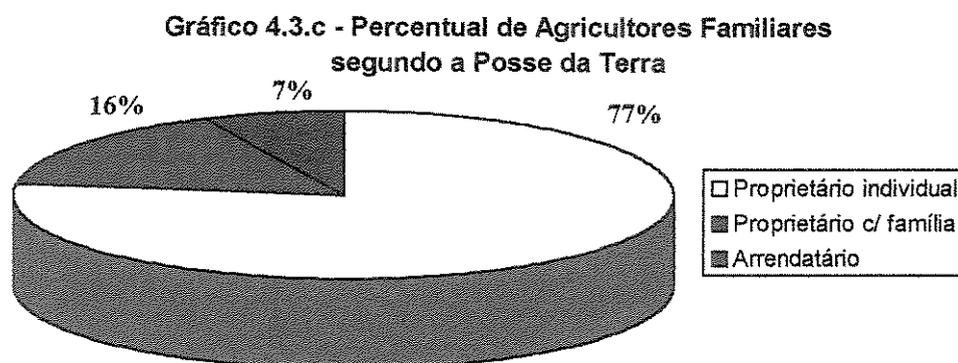
Fonte: Pesquisa de campo – 2000

- Condição dos Agricultores em relação à terra

A primeira condição de existência da agricultura familiar é o acesso a terra. A posse desta é fundamental para a identificação do produtor como agricultor, bem como é condição essencial para a organização da produção. A relação que o agricultor tem com a terra define suas estratégias assim como define as condições de sua reprodução social.

A condição de produtor refere-se ao tipo de relação que esses estabelecem com a terra, ou seja, se são proprietários, arrendatários, parceiros, meeiros, etc. Assim, podemos agrupar os agricultores entrevistados considerando para a análise quatro tipos que foram encontrados na pesquisa: o proprietário individual; o proprietário junto com outros membros da família, o que chamamos de sociedade familiar; o arrendatário e o parceiro. No caso da amostra pesquisada não encontramos nenhum caso de posseiro, assentados, ou qualquer outro tipo de propriedade da terra. Isto não significa que no município pesquisado não existam essas outras formas, apenas não as encontramos em nossa amostra.

A situação dos agricultores familiares pesquisados, segundo a sua relação com a terra, demonstra que dos agricultores da amostra: 48,5% são proprietários individuais, 10% são proprietários em associação com familiares e 4,2% são arrendatários. O restante, ou seja, 37% dos agricultores, possuem mais de um tipo de condição de uso da terra, associam propriedade individual com parceria ou com arrendamento e também com propriedade com outros membros da família. Dos 70 produtores entrevistados, 45 possuem 100% de sua área total com a seguinte condição de produtor: proprietário individual, proprietário em sociedade com membros da família e arrendatários. Vejamos o gráfico 4.3.c:



Fonte: Pesquisa de Campo – 2000.

Ao somarmos os proprietários individuais e associação familiar, temos que mais de 90% dos produtores são proprietários de seus estabelecimentos, isto quando consideramos 100% da área total nestas condições.

De uma maneira geral, podemos dizer, a partir dos dados coletados em campo, que existe um predomínio da propriedade individual. Dos 70 entrevistados 34 possuem a propriedade individual de 100% da área total, ou seja, toda terra de que dispõem. Enquanto que 7 possuem sociedade familiar da área total e 3 tem 100% de suas terras na forma de arrendamento. O restante dos estabelecimentos encontram-se divididos em mais de um tipo de propriedade da terra, tipos diferentes e associados: 25 possuem propriedade individual associada ou a sociedade familiar ou a arrendamento, sendo que poucos casos ainda apresentam os três tipos juntos. E encontramos 1 caso de associação entre propriedade individual e parceria.

O que verificamos foi uma diversidade entre os distritos. De uma maneira geral, temos que a maioria dos produtores são proprietários individuais da área total (100%) de que dispõem. Entretanto, esta situação aparece de forma diferente quando consideramos cada um dos distritos administrativos do município. Além do que existem alguns estabelecimentos onde estão presentes mais de uma forma de propriedade.

No momento, o que os dados nos informam é que, em alguns casos, podemos verificar a presença predominante de mais de um tipo de propriedade como nos distritos de Maravilha, São Luiz, Espírito Santo e Warta, onde encontramos produtores que possuem sociedade com outros membros da família – em sua maioria irmãos – além dos que arrendam terras (normalmente menos de 50% da área total) de outros proprietários.

Tabela 4.3 a Condição de uso da terra, por distrito (%)

Distrito	Proprietário		Arrendatário	Parceiro
	Individual	Associação familiar		
Lerroville	32,1	5	16,6	-
Paiquerê	19,6	5	11,1	100
Guaravera	17,8	25	5,5	-
Maravilha	7,1	15	11,1	-
São Luiz	8,9	15	22,2	-
Espírito Santo	8,9	20	27,7	-
Warta	5,3	15	5,5	-
Total	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa de Campo - 2000

Para obtermos maiores detalhes sobre a quantidade de terras que estes produtores destinam a outras formas de propriedade que não a individual, faz-se necessário uma análise mais aprofundada de cada estabelecimento pesquisado a partir da pergunta sobre a condição de uso da terra onde estão assinaladas as quantidades de terra com os diferentes tipos de propriedade. O que nos interessa agora é saber se cada uma dessas diferentes

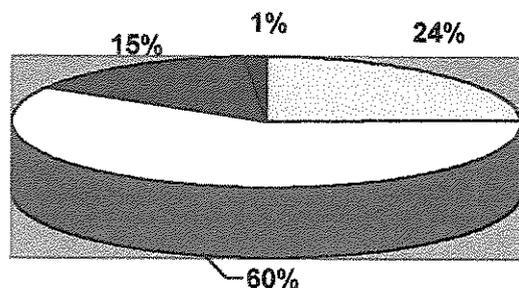
formas de condição do produtor aponta para um tipo de estratégia de reprodução diferenciada.

Apesar do predomínio da propriedade individual da terra, pode-se verificar uma baixa possibilidade de acesso à terra, na medida que o tamanho das propriedades é relativamente pequeno, não apontando aí para uma acumulação. Para confirmar isto vamos nos basear nas informações referentes à modalidade de acesso à propriedade fundiária.

- Do acesso a terra:

Dentre as formas de acesso à propriedade fundiária encontramos: a herança paterna, a compra, a posse, a ocupação, etc. Os casos estudados não fogem muito a estas modalidades. Encontramos na amostra casos em que o acesso a terra deu-se por herança ou por compra (de parentes e de outras pessoas), ou, ainda, por herança e compra, ou seja, uma parte das terras foi herança outra foi comprada de outras pessoas, e encontramos apenas um caso em que o acesso a terra foi via reforma agrária. Vejamos os números no gráfico abaixo:

Gráfico 4.3.d : Percentual de produtores com relação a modalidade de acesso a propriedade fundiária



□ herança □ compra ■ herança e compra ■ reforma agrária

Fonte: Pesquisa de Campo – 2000.

Não há dúvidas que a modalidade mais comum de acesso a terra é a compra, na qual mais de a metade dos entrevistados se encontram. Mas ao considerarmos cada distrito analisado, podemos verificar que nos distritos da Warta, Maravilha e Espírito Santo o acesso à terra foi realizado em maior parte através da herança e também de herança e

compra. Aqui o mecanismo de transmissão do patrimônio familiar mais comum é a divisão igualitária da propriedade entre os filhos. No entanto, a baixa disponibilidade de terra traz consigo a necessidade de arranjos internos ao grupo familiar, no sentido de determinar uma estratégia para evitar o fracionamento da propriedade fundiária. São os casos nos quais há uma cooperação mútua entre os “herdeiros”, onde encontramos mais de uma família vivendo na e da mesma propriedade. São a maioria dos casos em que temos uma associação entre propriedade individual e sociedade familiar. Nos distritos de Paiquerê e São Luiz encontramos apenas o acesso à terra por compra.

Tabela 4.3 b. Modalidade de acesso a terra por distrito (%)

Distrito	Herança	Compra	Herança e compra	Reforma agrária
Lerroville	31,6	52,6	10,5	5,3
Paiquerê	-	100	-	-
Guaravera	27,3	63,6	9,1	-
Maravilha	40	20	40	-
São Luiz	-	100	-	-
Espírito Santo	44,4	11,1	33,3	-
Warta	25	25	50	-

Fonte: Pesquisa de Campo

Em resumo, identificamos quatro grupos que demonstram algumas tendências quanto às estratégias fundiárias.

Um grupo (22,9% dos agricultores) que tem uma grande variação quanto ao tipo de propriedade e posse da terra, ou seja, os agricultores deste grupo detêm a propriedade individual, sociedade familiar + propriedade individual, arrendamento + propriedade individual, sociedade familiar e arrendamento. Apesar da variedade, predominam os agricultores com propriedade individual associada à sociedade familiar (37,5%). Quanto à forma de obtenção das terras, a maior parte adquiriu através de herança e compra. Os antigos donos eram tanto o pai como outra pessoa. Quase todos os agricultores desse grupo

são filhos de agricultores. Para mais da metade, a divisão dos bens dos pais foi feita igualmente para todos os filhos.

No segundo grupo (27,1% dos agricultores) também existe uma variação entre as formas de propriedade, sendo que a propriedade individual e a sociedade familiar estão presentes em mais de a metade dos agricultores desse grupo. A herança é a principal forma de obtenção das terras e mais da metade as adquiriu do pai. Neste grupo todos os pais eram agricultores e predomina a divisão igualitária dos bens entre os filhos. Uma característica desse grupo é que enquanto a metade diz que fará a divisão como os pais, cerca de 30% ainda não sabem como farão a divisão.

O terceiro grupo (11,4% dos agricultores) diferencia-se muito dos outros dois, pois caracteriza pelo predomínio de agricultores que são proprietários individuais e arrendatários ao mesmo tempo. A totalidade dos agricultores desse grupo comprou suas terras, sendo o antigo dono outra pessoa que não o pai ou parente. Não há filhos de agricultores neste grupo, e são poucos os agricultores que disseram que a transmissão do patrimônio do pai foi igual para todos os filhos, bem como foram poucos os que disseram que farão o mesmo.

Finalmente, no quarto grupo (38,6% dos entrevistados) todos os agricultores possuem somente uma forma de posse da terra: a propriedade individual. Quase todos compraram suas terras de outras pessoas. A maioria possui pai agricultor e quase a metade dos pais realizaram a partilha dos bens de forma igualitária. Bem mais da metade dos agricultores desse grupo ainda não sabem como vão realizar a transmissão do seu patrimônio para os filhos.

- *Quanto as trajetórias fundiárias:*

No que se refere à evolução das explorações, tentamos identificar se na amostra analisada existem formas distintas de trajetórias fundiárias, ou seja, se existe alguma tendência nos casos de uma evolução ascendente ou descendente com relação ao tamanho da área da exploração. Para chegar a esta respostas utilizamos algumas variáveis que irão nos ajudar a definir a trajetória fundiária predominante entre esses agricultores. Dentre elas o tamanho da área desde a sua instalação – aqui temos que saber não só a área atual do estabelecimento, mas também se os produtores venderam ou compraram terras depois de sua instalação. Uma outra variável é referente à evolução da superfície de terra com relação

a do proprietário anterior ao atual dono, neste caso houve uma certa dificuldade, pois muitos agricultores não sabiam qual era a área do antigo proprietário. E, finalmente, uma variável que indica a evolução de terra disponível, ou seja, porque o agricultor não adquiriu mais terra depois que assumiu a propriedade, ou se adquiriu, mostrando qual a tendência desses produtores com relação a evolução da terra disponível: retração, estabilidade ou acumulação.

Com relação à questão se o agricultor vendeu ou não terra depois de sua instalação como chefe do estabelecimento, dos 70 entrevistados 81,4% disseram que não venderam terras. No entanto, este dado não indica que necessariamente todos estes tenham mantido a sua propriedade do mesmo tamanho, pois quando esses produtores foram questionados sobre a compra de terras, 10% disseram ter adquirido terras depois de sua instalação. Assim, enquanto a maioria dos produtores não vendeu suas terras, a maioria também não adquiriu novas terras, marcando uma tendência inicial de manutenção da área de sua propriedade. Mas por que estes produtores mantiveram suas áreas sem vender ou comprar depois de sua instalação, quais os fatores que os mantiveram estáveis com relação à evolução da terra disponível?

Será que eles acham que possuem uma área de terra suficiente e, portanto, não haveria necessidade de ampliar ou reduzir sua área?

Dentre os agricultores que não compraram terras, 62,9% disseram não possuir área suficiente, portanto não é este o fator que os levou a esta situação de estabilidade com relação à evolução da área de terra. Mas ao perguntarmos se eles não adquirem mais terras devido a falta de possibilidade de auto-financiamento, 77,1% dos entrevistados disseram ser este o principal motivo pelo qual não ampliaram suas áreas. Portanto, podemos verificar que no caso dos agricultores familiares de Londrina, o fator que “barra” a compra de terra é, essencialmente, a impossibilidade de auto-financiamento. Este fato é confirmado também pelo acesso ao crédito. Em sua maioria, os agricultores disseram que o acesso ao crédito não é um fator fundamental, mas a preocupação em assumir dívidas faz com que esses se afastem cada vez mais deste tipo de financiamento, assim como de qualquer outro tipo. Tanto que quando perguntamos por que motivos eles venderiam suas terras, 58,6% disseram que a venderiam para quitar dívidas.

Entretanto, ao perguntarmos a estes produtores para que eles utilizariam suas economias, mais de 60% comprariam terras, mas também investiriam em imóveis, em equipamentos agrícolas, melhorariam a casa, ajudariam os filhos e pagariam suas dívidas. E quando perguntados sobre o que fariam em primeiro lugar: 33,3% comprariam terras, 11,6% investiriam na propriedade, e, 10% comprariam equipamentos agrícolas. Destes dados podemos também deduzir que existe entre os agricultores familiares de Londrina uma ênfase na manutenção do patrimônio familiar, tanto em termos de terra como em incremento da propriedade.

O fato desses agricultores não estarem ampliando suas áreas de terra demonstra uma tendência geral de estabilidade quanto à evolução da terra disponível. Contudo, quando nos referimos às representações que os agricultores fazem do seu futuro fundiário em função de seus desejos, podemos perceber um predomínio do projeto de aumentar a área atual a partir daquilo que chamamos de superfície ideal. Assim, ao perguntarmos sobre qual seria a superfície ideal, 74,3% dos entrevistados responderam pensando em uma área maior do que a sua e apontaram a superfície que imaginam ser a ideal, e deste total, 51,4% acreditam que um dia atingirão este objetivo. Cabe ressaltar aqui, que cerca de 50% dos entrevistados imaginam que a superfície ideal varia em torno de 10 a 25 ha. Esse dado nos permite supor que são justamente os produtores que imaginam atingir seus objetivos que demonstram uma ambição por uma área não tão grande, mas que seria suficiente para sua família trabalhar e garantir uma renda melhor para sua reprodução.

Quando questionados sobre de que forma gostariam de ampliar a área explorada, 70% responderam que esta ampliação deveria se dar através da compra de terras. Portanto, aqui encontramos produtores que dão grande importância à propriedade da terra e, mais ainda, à constituição e conservação de um patrimônio familiar. Para reafirmar este projeto, cerca de 70% dos entrevistados afirmam que o produtor deve ser proprietário da terra.

4.4 – A Organização Social e Política dos Agricultores

Neste item, adentramos na discussão sobre nível de organização dos agricultores familiares analisados no que se refere à sua participação em associações de produtores rurais e comunitárias, em sindicatos e cooperativas, e à vinculação desses agricultores a instituições sociais como igreja, escola e lazer. Essas instituições dão suporte aos agricultores no sentido da sua reprodução sócio-cultural e política, bem como contribuem para a viabilização de políticas públicas voltadas aos interesses comuns desses agricultores.

Esses dois grupos de instituições que mencionamos acima permitem aos agricultores participarem de duas esferas de poder: uma regulamentada pelo poder societário, como os sindicatos, cooperativas, partidos políticos e associações, e outra em que as relações de poder não extrapolam o âmbito da comunidade como as instituições religiosas, escolares e de lazer. A participação dos agricultores nessas instituições pode revelar formas de acesso e integração desses aos sistemas de mercado, uma mobilização política expressa a partir de projetos, tanto comunitários como individuais, que permeiam essa participação; assim com podem representar as formas de integração social e encurtamento das distâncias sociais entre os grupos.

As cooperativas dos quais os agricultores entrevistados disseram participar são aquelas que têm por objetivo organizar atividades econômicas e produtivas de seus sócios, integrando-os e orientando-os, além de oferecer-lhes uma série de serviços. A participação dos agricultores nessas cooperativas constitui uma prática de realização econômica, onde pretende-se uma integração no nível societário mais amplo do que o espaço comunitário. Entre os agricultores entrevistados, 31,4% afirmaram que pertencem à cooperativa. Quatro cooperativas diferentes foram mencionadas: Valcoop (24,3%), Integrada (4,3%), Cativa (1,4%), Sul-Brasil (1,4%).

O grau de participação dos agricultores familiares entrevistados nos sindicatos também não é muito expressivo, assim como os associados a cooperativas; 31,4% dos agricultores são sindicalizados, filiados ao Sindicato Rural de Londrina (patronal).

Outra forma de integração dos agricultores ao mercado e às diferentes esferas do poder são as associações de produtores rurais. O associativismo representa uma dentre as várias experiências de organização que reúne agricultores familiares, mas que tem

preocupações em comum como, por exemplo, a obtenção de crédito agrícola, a melhoria das condições de produção e comercialização. Além dessas preocupações, essas organizações contribuem no sentido de abrir novas possibilidades para a agricultura familiar, tanto no que se refere aos seus aspectos econômicos referidos acima, quanto nos políticos, no sentido de ser uma tentativa de construção de novas formas de participação que criem espaços para que os agricultores possam influir no processo de tomada de decisões a respeito de reivindicações específicas. Para compreender o papel das associações nessas dimensões econômica e política seria preciso fazer uma análise que contextualize o crescimento dessas associações dentro da conjuntura específica em que surgiram, na busca dos diferentes fatores que influenciaram a sua formação e expansão. No entanto, não podemos fazê-lo neste momento, o que faremos é simplesmente mostrar o grau de participação dos agricultores analisados nesse tipo de organização.

Além do aspecto econômico que envolve a formação de uma associação de agricultores, um outro aspecto importante vem contribuindo para a intensificação desse fenômeno. O novo direcionamento dado ao processo decisório das demandas públicas requer a participação comunitária na administração pública, o que tem levado à transformação do município no centro das atenções. Essa forma de política, que inclui a descentralização político-administrativa, reclama uma democratização do processo de gestão pública que envolve a participação da sociedade civil organizada. Uma das principais características dessa descentralização tem sido a proximidade entre as prefeituras municipais e demais instâncias da vida local, como as associações⁵⁷.

Desse ponto de vista, a formação das associações e a participação dos agricultores é de fundamental importância, pois é através dessas instituições – enquanto canais de articulação com as administrações municipais – que se dá o encaminhamento das demandas das comunidades, e neste caso, dos agricultores⁵⁸.

⁵⁷ Em Londrina devido à gestão do PT na prefeitura foi implantado o “Orçamento Participativo”, um tipo de gestão que inclui a sociedade nas decisões sobre as prioridades que serão encaminhadas em cada uma das áreas em que o poder público atua. Além disso o próprio governo federal a partir de suas políticas vem exigindo dos municípios a formação de planos de desenvolvimento local que incluem um diagnóstico das diferentes áreas como saúde, educação, agricultura, etc., e também inclui a formação de conselhos municipais que terão representantes das várias instâncias de poder, inclusive da sociedade. Entretanto a participação da sociedade deve ser de forma representativa, o que exige uma organização por parte desses cidadãos.

⁵⁸ Cabe lembrar que esse encaminhamento necessita também da mediação de diversos agentes como por exemplo: técnicos e extensionistas rurais, setores da igreja – como a pastoral, e sindicalistas.

Os resultados da pesquisa revelam que, entre os agricultores entrevistados, a participação nessas associações não é muito expressiva, apenas 15,7% são membros de alguma associação de produtores rurais. A baixa participação deve-se à inexistência de associações, e à falta de credibilidade nessas e nos dirigentes. Apesar de não podermos quantificar esse dado, pois esta pergunta não estava nos questionários, e foi realizada durante as conversas informais, estas respostas encontram-se na ordem de manifestação de preferência dos agricultores. Portanto, podemos dizer que a maioria reclama a ausência da associação, principalmente no que diz respeito aos aspectos econômicos que esta envolve. Em segundo, lugar os agricultores apontam a falta de seriedade dos dirigentes das associações que existem ou que já existiram que, segundo eles, acarreta o corporativismo e o privilégio concedido a alguns produtores devido às relações pessoais entre esses dirigentes e certos produtores. Essa forma de conduzir as decisões na associação contribui para que os agricultores desacreditem nesse tipo de organização.

A descrença nas associações de produtores deve-se principalmente às experiências desses agricultores, porém, apesar disso, muitos pensam que as dificuldades encontradas nessas experiências podem ser superadas se houver uma organização interna mais sistematizada e estruturada para a formação da associação. Esse ponto de vista negativo dos agricultores sobre as associações pode ser evidenciado quando perguntamos a esses sobre o futuro, apenas 23% deles pensam que o futuro dos agricultores depende da sua participação em uma associação de agricultores; 34,3% disseram depender do governo; 28,6% acreditam que o futuro deles depende dos mercados; e 14,3% disseram que o futuro depende dos próprios agricultores.

Tabela 4.4 a “O futuro dos agricultores depende:”

	Distrito							Total
	Lerovile	Paiquerê	Guaravera	Maraviha	São Luiz	Espírito Santo	Warta	
Dos próprios agricultores	2 10,5%		2 16,7%	1 20,0%	1 12,5%	2 20,0%	1 25,0%	9 12,9%
Do Governo	6 31,6%	6 50,0%	3 25,0%	3 80,0%	2 25,0%	3 30,0%	1 25,0%	24 34,3%
Do Mercado Mundial	4 21,1%	1 8,3%	4 33,3%		2 25,0%	1 10,0%	2 50,0%	14 20,0%
do Mercado local/regional	1 5,3%	2 16,7%	1 8,3%			2 20,0%		6 8,6%
Da associação dos agricultores	5 26,3%	3 25,0%	2 16,7%	1 20,0%	3 37,5%	2 20,0%		16 22,9%
Dos Próprios agricultores e do mercado local/regional	1 5,3%							1 1,4%
Total	19 100,0%	12 100,0%	12 100,0%	5 100,0%	8 100,0%	10 100,0%	4 100,0%	70 100,0%

Fonte: Pesquisa de campo – 2000

A participação dos agricultores em instituições religiosas, recreativas e educacionais inclui-se entre as formas de integração social presentes na comunidade local. Já nos referimos, em outro capítulo, à realização de festas nos distritos: essas manifestações possuem um caráter econômico, mas também social e cultural. As festas são realizadas em diferentes épocas do ano e envolvem diferentes produtos, assim como envolvem características próprias de cada distrito em são realizadas, e, portanto características específicas da comunidade que reside nestes locais. Além da integração social entre grupos de agricultores, as festas - organizadas em conjunto pela prefeitura, Emater, associações de produtores e moradores – também contribuem com a construção do espaço da comunidade, que extrapola esses momentos de confraternização e se estendem a outras atividades, envolvendo também outras instituições como igrejas e escolas, criando outras formas de integração como, por exemplo, a troca de serviços, fortalecendo as instituições que a promovem bem como contribuindo para reforçar a identidade do grupo.

4.5 – Os Agricultores Familiares e o Estado

▪ A Relação com o Estado

As relações entre os agricultores familiares e o Estado são estabelecidas através da assistência técnica prestada pela EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, e através dos sistemas de financiamento (crédito rural), mediados pelos bancos e outras instituições financeiras.

Os dados da pesquisa revelam que são poucos os agricultores que recorreram a algum tipo de crédito junto ao Estado, o que reflete o baixo acesso desses agricultores às diferentes formas de crédito concedidos pelos governos (estadual e federal). Somente 11,4% dos agricultores disseram recorrer ao sistema de crédito regularmente; 8,6% de vez em quando; 20% raramente recorrem ao crédito; e mais da metade (60%) nunca utilizaram nenhum tipo de crédito ou qualquer financiamento do governo.

Apenas 4,2% dos agricultores entrevistados recebem verbas do PRONAF, e alguns poucos agricultores disseram estar tentando esse tipo de financiamento. Os agricultores reclamam que os critérios para conseguir a verba do PRONAF são inadequados, porque os agricultores que têm pessoas da família trabalhando fora da agricultura acabam sendo excluídos do programa. Para os agricultores esse critério é incompatível e não corresponde à realidade. Muitos agricultores e seus familiares são levados a trabalhar fora da propriedade por não ter condições de manter-se somente com o rendimento dela retirado. Assim como existem pessoas que integram e moram com a família e que fizeram opção por trabalhar fora do sítio, seguindo outra profissão. Segundo os agricultores a renda mínima da família é calculada sem critério, o que faz entrar no cálculo os rendimentos de filhos que mesmo morando com os pais trabalham fora do estabelecimento.

Alguns agricultores estão buscando essa forma de financiamento em conjunto, porque acreditam que se associando a mais de um produtor terão maiores chances de conseguir o benefício.

- O Projeto PARANÁ 12 MESES

O projeto Paraná 12 meses é uma outra forma de auxílio que o agricultor familiar têm recebido no estado do Paraná. É um projeto do governo estadual em parceria com o Banco Mundial e que é voltado à “reduzir a situação de pobreza no meio rural e o manejo e

conservação dos recursos naturais”.⁵⁹ O projeto conta com uma verba de US\$ 353 milhões, onde metade vêm do Banco Mundial e a outra metade do governo estadual. Esse montante destina-se a realização de reformas nas construções rurais, instalação de saneamento básico nas comunidades rurais, alternativas para a geração de renda entre os agricultores, custear as vilas rurais, compra de equipamentos para atividades de conservação e melhoria do meio ambiente, aprimoramento dos sistemas de produção, capacitação técnica dos agricultores familiares e trabalhadores rurais, custeio das pesquisas direcionadas ao público-alvo desse projeto.

O projeto pretende beneficiar produtores de subsistência e produtores simples de mercadorias⁶⁰ de todo o estado, bem como os trabalhadores rurais volantes das Vilas Rurais e também as Comunidades Indígenas, desde que se enquadrem nos critérios estabelecidos no projeto.

Os produtores interessados devem cadastrar-se junto a EMATER de sua cidade, e devem necessariamente preencher os “requisitos” exigidos, ou seja, enquadrar-se nos critérios preestabelecidos que incluem como indicadores a área, o capital (benfeitorias produtivas e equipamentos agrícolas) e a mão-de-obra:

Categorias	Variáveis			
	Área (há)	Capital		Participação Da Mão De Obra Familiar (%)
		Benfeitorias Produtivas (US\$)	Equipamentos Agrícolas (US\$)	
PS/PSM1*	< 15	< 5.000	< 4.000	> 80
PSM2**	< 30	< 12.000	< 12.000	> 50
PSM3***	< 50	< 40.000	< 36.000	> 50

Fonte: Projeto Paraná 12 meses – www.pr.gov.br/pr12meses/como.html

* Produtor de Subsistência/ Produtor Simples de Mercadoria

** Produtor Simples de Mercadoria 2

⁵⁹ Pode-se ter acesso as informações sobre esse projeto nas regionais da Emater/Pr, ou através do site www.pr.gov.br/pr12meses.html ; colocamos em anexo duas páginas desse site que explicam resumidamente o que é o projeto e o público alvo desse.

⁶⁰ Para maiores detalhes sobre essa classificação ver o site referido na nota anterior.

*** Produtor Simples de Mercadoria 3

Essas variáveis são classificatórias para escolher os agricultores que serão atendidos prioritariamente. Não adentraremos nos meandros do projeto, mas cabe ressaltar que a identificação dos beneficiários passa pela elaboração de um Plano Operativo Anual (POL) que envolve a participação de representantes de diversas instituições e da sociedade civil, esse POL é encaminhado a diferentes instancias decisórias do governo do estado até que seja dado o parecer final. Entre as instituições que colaboram para desenvolvimento do projeto estão: a CODAPAR (fomento), o IAPAR (pesquisa), o CEASA (abastecimento), a CLASPAR (classificação), a EMATER (extensão) e Prefeituras. A EMATER é o órgão que realiza a operacionalização do projeto em Londrina e é através dela que os agricultores tem acesso aos recursos.⁶¹

Os agricultores entrevistados que recebem auxílio do projeto Paraná 12 meses somam 30%. Entre os benefícios estão o fornecimento de calcário, insumos, adubos, esterco, sementes, mudas de café e frutas, bem como a implantação de rede de água, esgoto e eletricidade.

• A Assistência Técnica

Entre os órgãos estaduais que trabalham para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares está a EMATER. A EMATER/Paraná de Londrina é uma entidade do Governo do Estado vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB). Desde 1973 está presente no município e participa da promoção do desenvolvimento rural londrinense. Possui um escritório que integra mais outros 18 municípios sob a sua jurisdição, funcionando como Escritório Regional da EMATER/Paraná de Londrina.

Os principais objetivos da extensão rural promovidas por este órgão no município de Londrina são:

⁶¹ Os recursos disponíveis variam de acordo com o tipo de meta. No caso do combate a pobreza os recursos destinados são a fundo perdido, no caso dos demais como por exemplo o manejo e conservação de solos existe um plano de participação dos agricultores que varia entre 35 e 70% do valor total. Essas informações estão contidas no Manual do Projeto Paraná 12 Meses.

- atender à população rural, em especial os produtores familiares de subsistência e os trabalhadores rurais;
- promover o aumento de renda e emprego da atividade agrícola e conseqüente melhoria da qualidade de vida da população rural;
- orientar o uso adequado do solo agrícola e dos recursos naturais de forma econômica e em equilíbrio ambiental;
- contribuir para a organização do produtor e da produção visando a participação na agroindustrialização e no mercado consumidor da produção agropecuária municipal.

Dos agricultores entrevistados, 41,4% recebem assistência técnica dos técnicos e agrônomos da EMATER. O tipo de assistência varia de acordo com o produto cultivado e com as necessidades de cada agricultor. Os agricultores recebem orientações técnicas de como realizar o plantio e os tratos culturais, o manejo, correção e adubação do solo, o controle de pragas e doenças, preservação ambiental, reflorestamento ciliar e utilização de técnicas alternativas como produção orgânica, plasticultura (estufas plásticas), cultivo em hidroponia; orientações sobre a utilização de equipamentos, de créditos e financiamentos; assessorias na escolha das formas de comercialização da produção e na organização de associações de produtores.

Essas orientações e assessorias são dadas aos agricultores através de reuniões, cursos profissionalizantes e de capacitação, dias de campo, atendimento individualizado no escritório local, visitas práticas nas propriedades, treinamento de agricultores, encontros municipais de agricultores, visitas de acompanhamento, etc.

Além do trabalho dos técnicos e extensionistas, existe também um incentivo por parte da EMATER para o estabelecimento de parcerias entre outros órgãos públicos e privados. Esses “parceiros” como são chamados, auxiliam na elaboração de projetos, nas ações e no acompanhamento dos resultados obtidos. Para exemplificar, a EMATER conta com os seguintes parceiros nos projetos realizados entre 1998 e 2000:

→ Parcerias com a Prefeitura: Conselho Municipal do Paraná 12 Meses, Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, Sub-Prefeituras dos Distritos, CODAPAR – SEAB/Londrina, Prefeitura Municipal de Londrina, Autarquia do Meio Ambiente.

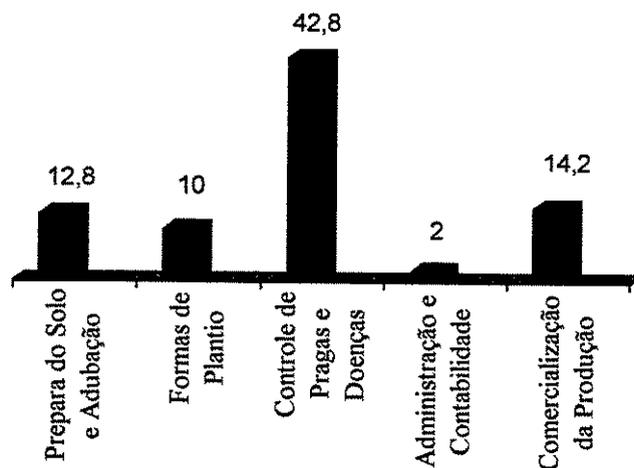
- Parcerias com o governo do Estado do Paraná: Comissão Regional do Paraná 12 Meses, Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR), SERT, Banco Banestado S/A, CEASA, Universidade Estadual de Londrina (UEL), Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Universidade Estadual de Maringá (UEM).
- Parcerias com o governo Federal: Banco do Brasil S/A, EMBRAPA, DENAC.
- Parcerias com a iniciativa privada: Cooperativa Integrada, Cooperativa Valcoop, Bolsa de Cereais e Mercadorias, Centro do Comércio do Café, Revendas de Insumos Agrícolas, Cooperativa Sul-Brasil, APRONOR, APOGUAR, Associação Warta, Viveiro de Mudas, LABORSOLO, Sociedade Rural do Paraná, CATIVA.

Mas nem todos os agricultores familiares que recebem essas orientações estão satisfeitos. Muitos acham que a assistência dada é pouca e dizem haver poucos técnicos para atender a grande demanda dos agricultores. É importante ressaltar que apesar de não estarem totalmente satisfeitos, esses agricultores reconhecem o empenho dos poucos técnicos e extensionistas em atender os produtores, a grande maioria têm consciência de que a falta de recursos por parte do governo estadual prejudica o atendimento e que as prioridades são estabelecidas para atender os mais necessitados.

Não obstante, os agricultores que não recebem assistência técnica da EMATER (58,5%) têm uma visão diferenciada. Muitos se sentem prejudicados por esta ausência e pensam que existe um privilegiamento com relação a alguns agricultores. Entre esses agricultores, 17,1% são produtores que recebem algum tipo de assistência técnica de outros órgãos ou empresas (Secretaria Municipal, Cooperativas, Empresas de Insumos, etc.), e os outros 41,4% não recebem nenhum tipo de assistência.

Quanto às necessidades colocadas pelos agricultores com relação à assistência técnica, apenas 17,1% disseram não precisar de nenhum tipo de orientação técnica. Entre esses, mais da metade recebem da EMATER e alguns de Cooperativas e outros de ninguém. Já os demais agricultores que disseram precisar das seguintes orientações:

Gráfico 4.5 - Itens em que os agricultores mais gostariam de receber orientação técnica (% de agricultores)



Fonte: Pesquisa de Campo – 2000.

Quando a questão sobre os itens em que o agricultor necessitava de orientação foi feita, a grande maioria dos agricultores optou por mais de uma das respostas, o que demonstra que a maioria não precisa de assistência apenas em um desses itens, mas em quase todos. Desta feita, preferimos colocá-los em ordem de prioridade para o agricultor, perguntando em qual destes itens ele gostaria de receber orientação em primeiro lugar.

Apesar de não termos realizado a pesquisa com a totalidade dos agricultores familiares de Londrina, podemos dizer, a partir das conversas com os técnicos e agrônomos da EMATER, que esse problema da falta de assistência atinge grande parte dos agricultores familiares. A falta de pessoal para atender a todos e a escassez de recursos para a realização de visitas técnicas e outras atividades que possam estar levando informações a esses agricultores, dificulta o trabalho dos que se empenham para tal atendimento, não sendo possível prestar assistência a todos os agricultores que dela necessitam.

• Estado na Visão dos Agricultores

Até aqui mostramos as relações entre Estado e agricultores, mas será que esse Estado é ideal na visão desses agricultores? Agora pretendemos mostrar quais são as representações que os agricultores entrevistados fazem do Estado (o governo de maneira geral) e das suas políticas públicas. Lembramos ao leitor que estaremos recorrendo aqui à esfera da subjetividade, responsável por engendrar uma visão de mundo, um modo de ser e

de viver. Assim adentramos no âmbito da cultura, das experiências vividas coletiva e individualmente, onde os projetos, os objetivos e as aspirações que dão certo sentido às ações desses sujeitos estão atrelados.

Para sabermos como os agricultores vêem o Estado/governo fizemos algumas perguntas referentes às políticas públicas para o meio rural e sobre a atuação do governo na agricultura. A representação que os agricultores fazem do Estado não é muito diferente entre os entrevistados. A grande maioria (90%) acredita que a atuação do governo na agricultura é insuficiente. Para esses entrevistados o governo deveria investir mais no campo, pois os agricultores possuem um papel muito importante para o desenvolvimento do país. O governo precisa aplicar recursos que garantam a reprodução dos agricultores no campo para que esses não migrem para as cidades, o que, na visão de muitos, leva ao aumento do desemprego, da violência, etc.

A existência de um certo consenso sobre a insuficiente atuação do governo pode estar relacionada às dificuldades encontradas por esses agricultores ao tentarem conseguir financiamentos, créditos e outros recursos. A falta de acesso às políticas públicas para o setor agrícola também gera essa insatisfação com a atuação do governo. Além disso, a má atuação do governo na agricultura parece estar presente no discurso dos agricultores devido ao conteúdo histórico dessa atuação na agricultura brasileira, ou seja, políticas que privilegiam grandes produtores, que são implantadas em determinadas regiões do país, políticas que não levam em conta a especificidade e a diversidade da agricultura brasileira, enfim, políticas que na maioria das vezes foram (e algumas continuam sendo) excludentes, privando determinadas categorias de agricultores.

Muitos dos entrevistados (72,9%) disseram que a atual política do governo para os agricultores é muito desfavorável, e que eles só sobrevivem no campo porque têm garantidos os elementos básicos de subsistência. Mesmo assim, reclamam por serem privados de bens e serviços que poderiam ter acesso, caso a situação econômica e social fosse melhor. No que diz respeito à política agrícola, para 55,7% dos agricultores ela favorece apenas certos agricultores, para 30% não favorece nenhum, e 13% disseram favorecer a todos de forma igual. Entre os que acham que favorece apenas alguns agricultores, 73,7% disseram que os grandes produtores são os mais favorecidos, e 10,5%

acreditam que os assentados são os que mais se beneficiam com a política agrícola do governo.

Diante dessa visão de que existem produtores que são mais ou menos favorecidos seria lógico que o governo deveria instituir políticas diferenciadas para os diferentes “tipos”, ou categorias de agricultores, para que não houvesse o favorecimento de uns em detrimento de outros. Entretanto, não há consenso entre os agricultores a respeito dessa idéia, 57,1% acham que deve existir uma política específica para os diferentes produtores, 22,9% acham que não precisa, já 17,1% disseram que não sabem.

Nos chamou atenção o fato de que embora tenham sido feitas muitas críticas quanto a atuação do governo na agricultura, considerando-a insuficiente e desfavorável, 34,3% dos entrevistados acreditam que o futuro dos agricultores depende antes de tudo do governo. Cerca de 13% disseram que se os agricultores não olharem para si mesmos ninguém o fará, e ainda 28,6% acham que o futuro deles está nas mãos do mercado. (Como já foi observado na tabela 4.4 a. deste capítulo).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já abordamos na introdução desse trabalho, buscamos contribuir com um conjunto de conhecimentos sobre a agricultura familiar e para isso fizemos uso de um estudo de caso específico: os agricultores familiares de Londrina – PR. Desde do início queremos deixar claro que o estudo aqui desenvolvido não teve a intenção de esgotar o tema e muito menos de dar conta da complexidade de relações que envolve a agricultura familiar. Entretanto pensamos que o estudo contribui demonstrando que a análise da diversidade pode dar-se a partir das mais variadas dimensões.

A partir da revisão bibliográfica exposta no primeiro capítulo verificamos que a agricultura familiar é menos uma forma social em vias de desaparecimento, e muito mais um objeto que ainda têm muito a ser estudado além de possuir uma diversidade interna que requer ser compreendida. Portanto, essa forma social de produzir que integra terra, família e trabalho, não pode ser analisada sob um olhar homogeneizador da realidade social, mas deve-se buscar a compreensão da sua diversidade, e das suas formas de funcionamento.

A diversidade é expressa em diferentes dimensões, e a partir dessas torna-se possível a sua visualização nos diferentes espaços sócio-econômicos, bem como na multiplicidade de estratégias de reprodução que permeiam esses diferentes ambientes. Também pode ser identificada nas mais diferentes representações que os agricultores fazem de si mesmos e do mundo que os rodeia.

Diante dessas considerações vale lembrar que para demonstrar a diversidade nos propusemos a realizar um trabalho de campo, que consistiu resumidamente: numa seleção prévia de alguns agricultores familiares de Londrina, na preparação de um questionário específico que abrangesse em suas questões as quatro dimensões propostas (estratégias familiares, produtivas, fundiárias e as representações sociais), a aplicação do questionário entre os agricultores, tabulação dos dados coletados e interpretação desses. Cabe ressaltar que juntamente com a aplicação dos questionários foram realizadas conversas informais com agricultores o que nos trouxe algumas informações adicionais. Esse trabalho de campo constitui-se na base da nossa pesquisa, porém outras fontes de dados foram utilizadas entre elas alguns relatórios da EMATER, Plano de Desenvolvimento Rural do Município e

outros documentos referentes a agricultura em Londrina. Também foram utilizados um conjunto de trabalhos (teses, dissertações, monografias e artigos) que continham informações importantes à respeito do município de Londrina e da agropecuária desenvolvida no mesmo.

No segundo e terceiro capítulos desse trabalho descrevemos algumas características principais da região e do município onde está localizado o nosso objeto de estudo, para que o leitor se interessasse de algumas informações sobre o contexto histórico, econômico e social em que se desenvolveu a agricultura familiar londrinense. E no quarto capítulo apresentamos a análise dos dados obtidos com a pesquisa de campo.

É a partir da análise dos dados de campo, atentando para o fato de que não analisamos esses dados na sua totalidade devido a algumas limitações (tempo, informações), que pretendemos fazer algumas considerações. Muito embora a validade das considerações que vamos apresentar seja limitada geográfica e historicamente, pretendemos enfatizar alguns pontos que nos pareceram mais relevantes para futuras análises sobre a agricultura familiar, especialmente no que consiste em demonstrar a sua diversidade.

Foi possível demonstrar com o estudo que realizamos a diversidade pode ser observada a partir da caracterização das diferentes estratégias de adaptação e de reprodução que são adotadas e desenvolvidas pelos agricultores familiares.

Os dados da pesquisa indicaram que a grande maioria dos agricultores familiares utilizam-se de algumas estratégias para reproduzir-se socialmente. Lembramos que no âmbito desse trabalho identificamos algumas estratégias (não todas) relacionadas as dimensões familiar, fundiária, produtiva e simbólica. A observação das estratégias nos levou a uma quantificação dessas no sentido da frequência com que estas aparecem entre os agricultores entrevistados, e também a uma caracterização dos agricultores da amostra, o que não pode ser generalizado para a totalidade dos agricultores londrinenses, mas que integra a diversidade.

Sem fugir do nosso principal objetivo – desvendar a diversidade – mostramos no que os agricultores familiares analisados se diferenciam. Em alguns momentos agrupamos esses agricultores e com a preocupação de não gerar uma análise homogeneizadora, mas tendo em vista quais eram as diferenças e semelhanças que os caracterizavam.

As Estratégias:

A caracterização das estratégias dos agricultores familiares em torno das quatro dimensões escolhidas permitiu a visualização geral das formas com que esses agricultores procuram adaptar-se a novas realidades e garantir a sua reprodução social.

No que se refere as estratégias familiares podemos identificar que dentre as estratégias adotadas pelos agricultores está a de encaminhamento dos filhos para a cidade (através do estudo, da profissão, do casamento, etc). Essa não é a única, mas está presente entre muitos agricultores. Nos chamou a atenção o fato de que apesar dos agricultores e sua famílias considerarem o campo o melhor local para se viver, existe uma tendência entre eles de encaminhar os filhos para viverem na cidade.

Essa estratégia demonstra uma preocupação em dar uma vida melhor aos filhos diante do descontentamento que esses agricultores estão vivenciando com relação a conjuntura econômica e social pelo qual tem passado. Isso vai refletir no futuro da própria unidade de produção familiar. Isto porque na medida que os filhos são encaminhados para as cidades o problema sucessório intensifica-se. Não vamos aqui nos aprofundar neste assunto dos novos padrões sucessórios, mas acreditamos que no caso específico dos agricultores que estudamos, seria interessante o desenvolvimento de pesquisas que buscassem compreender a questão sucessória nessas unidades de produção familiar.

A diversificação das atividades agrícolas, a participação de formas diferenciadas no mercado, a tecnificação, as diferentes relações de trabalho, o autoconsumo, são estratégias produtivas adotadas que podem garantir um grau de inserção desse agricultores no mercado de forma muito distinta. Assim, de uma maneira geral percebemos que os agricultores entrevistados participam de diversas formas dessa integração, existem agricultores mais dependentes do mercado e outros menos. Encontramos também agricultores que possuem como prioridade a produção para comercialização, e outros que priorizam a produção de subsistência, o auto-consumo. Essas características diversas estão embasadas nas diferentes formas de produzir seja para o consumo ou para a venda. Os diferentes sistemas de cultivo, a adoção de técnicas e práticas modernas ou tradicionais representam também as estratégias de produção diferenciadas. Essas estratégias são elaboradas dentro da família e a opção por um ou outra depende das condições econômicas e sociais estabelecidas em determinados momentos, mas não são somente essas condições que direcionam as opções, pois existe no

interior da família diversos arranjos e rearranjos que estão o tempo todo dialogando com a tradição e outros fatores de ordem cultural e subjetivos.

Diante dessas observações, consideramos, juntamente com outros autores que já o fizeram, que para compreendermos o grau de autonomia dessas unidades familiares na formulação das estratégias de adaptação e de reprodução, bem como a articulação dessas com as condições externas (econômicas, sociais, políticas) deve-se analisar além da unidade de produção a unidade familiar, pois o estudo da família traz à tona os fatores de ordem cultural e subjetivos que interferem nas decisões a serem tomadas e consequentemente nas trajetória econômica e social dessas unidades produtivas.

No que se refere a dimensão fundiárias, podemos dizer que os agricultores entrevistados também possuem diferentes estratégias desde as formas de acesso a terra, podendo ser compra, herança, ou herança e compra. Até as formas de posse da terra, onde apesar de existir um predomínio da propriedade individual, pode-se encontrar também a sociedade familiar e o arrendamento como principais formas de acesso à terra. Pode-se notar que existe uma preocupação entre os agricultores em aumentar suas propriedades, entretanto o fator falta de financiamento imperra a realização desse desejo.

Destacamos também as formas de organização social e política dos agricultores, e podemos observar que são poucos os produtores que participam de alguma associação, mas também não existem muitas dessas formas de organização no Município. Entretanto notamos que dos agricultores que já participaram dessa forma de organização alguns possuem uma visão negativa desta. Essa visão negativa é expressa na falta de credibilidade dada a associação de produtores rurais, devido a algumas experiências que não foram bem sucedidas.

O que gostaríamos de comentar sobre essa questão é que a continuidade do associativismo depende de um grande esforço de avaliação das experiências desenvolvidas até o momento por parte de todos os setores engajados nessa proposta. Se pensarmos sob a perspectiva da continuidade de muitas experiências em curso, a avaliação pode ser positiva. As associações, apesar de todas as dificuldades, conseguiram êxito sob vários aspectos, colocando no cenário político segmentos de produtores que, muitas vezes, não encontravam espaço dentro das próprias organizações dos trabalhadores rurais. Também contribuíram para a busca de novas estratégias de reprodução social e, principalmente, geraram muita

polêmica e discussão, que foram importantes para a atualização das propostas para a agricultura familiar.

Ainda no que diz respeito a organização social dos agricultores entrevistados, existe uma disposição por parte desses em participar das atividades comunitárias, compreendem o espaço da comunidade como um espaço social e que as atividades desenvolvidas que envolvam toda a comunidade levam a uma valorização dos laços de amizade e solidariedade, são importantes na criação de novas formas de integração (como a troca de dias, aquisição conjunta de mercadorias) fortalecem as instituições que os promovem e reforçam a identidade de grupo.

Mais uma vez ressaltamos que para compreender o grau de reciprocidade e solidariedade estabelecido a partir dessa integrações é preciso realizar um estudo que enfatize a família em detrimento da unidade de produção, o que permitiria uma análise da dinâmica da agricultura familiar.

Para finalizar, sabemos dos limites do nosso trabalho no que se refere à visualização de toda a complexidade que envolve a agricultura familiar, mas isso para nós tornou-se um grande desafio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **Juventude e Agricultura Familiar; desafio dos novos padrões sucessórios**. Brasília, Unesco, 1998.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Anpocs/Edunicamp/Hucitec, 1992.
- ABRAMOVAY, R. et al. Novos dados sobre a estrutura social do desenvolvimento agrícola em São Paulo. **Rev. Reforma Agrária**, ABRA, Campinas, v.25, n.2 e 3, pp. 142-166, mai./dez., 1995.
- ADUM, S. M. S. L. **Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina, 1930-1960**. Assis, 1991. Dissertação de Mestrado/ Departamento de História, UNESP.
- ALMEIDA, A. M. C. de . **A morada do Vale: sociabilidade e representações, um estudo sobre famílias pioneiras do Heimtal**. São Paulo, 1995. Tese de doutoramento/ Departamento de Sociologia, USP.
- ALMEIDA, A. M. C. de. **Participação social dos operários de origem rural em área urbana: Londrina- Pr**. Curitiba, Grafipar, 1981.
- ARIAS NETO, J. M. **O Eldorado: Londrina e o Norte do Paraná. 1930-1975**. São Paulo, 1993. Dissertação de Mestrado/Departamento de História, USP.
- BRAGUETO, C. R., et. All. **Aspectos geomorfológicos do assentamento urbano dos distritos administrativos de Londrina: estudos preliminares: Paiquerê**. Londrina, UEL, 1982.
- BRANDENBURG, A. **Agricultura Familiar, ONGs e Desenvolvimento Sustentável**. Curitiba: Ed. Da UFPR, 1999. 326p.
- BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo, Brasiliense, 1990. 234p.

- BREITBACH, A. C. de M. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988.
- CANCIÁN, N. A. **Cafeicultura paranaense (1900-1970): estudo de conjuntura**. São Paulo, 1977. Tese de doutoramento/ Departamento de História, UFPR.
- CÂNDIDO, A. **Os parceiros do rio Bonito**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1964.
- CARMO, M. S. do. "A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável". in. Para Pensar : outra agricultura. Orgs. Angela Duarte Damasceno Ferreira, Alfio Brandenburg, (Curitiba): Editora da UFPR, 1998.
- CARMO, M. S. do. "Agricultura Sustentável e Produção Familiar num contexto de Reestruturação do Sistema Agroalimentar". Rev. Reforma Agraria, ABRA, Campinas, v.25, n.2 e 3, pp.114 - 127, mai./dez., 1995.
- CARNASCIALI, C. H., et. all.. *Conseqüências Sociais das Transformações Tecnológicas na Agricultura do Paraná*. In.: MARTINE, G. & GARCIA, R.C. (Org.) **Os impactos sociais da modernização agrícola**. S.P.: Editora Caetés, 1987. Capítulo 6, pp. 125-167.
- CASTRO, I. E. DE. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1992.
- CAUME, D. J. **A Agricultura Familiar no Estado de Goiás**. Goiânia: Editora da UFG, 1997. 71p.
- CAUME, David José.. **A agricultura familiar no Estado de Goiás**. Goiânia, Editora UFG, 1997.
- CHAYANOV, ^a V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CHROMECK, A. A. , KOKAYASHI, O. , PINHEIRO, S. **Distrito Administrativo de São Luiz**. Londrina: UEL, 1982.

- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná.** São Paulo: 1975, Publicação Comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.
- COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ. **O norte do Paraná.** Londrina, s. e., 1942.
- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná.** São Paulo, 1975. (Publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.
- DAL-ROSSO, S., SALIM, C. A. "Pequena Produção e Custos de Reprodução da Força de Trabalho: crítica e hipóteses alternativas". Brasília, UNB, Série Sociológica, nº. 21, 1980.
- DEMO, P., **Metodologia científica em Ciências Sociais.** São Paulo: Atlas, 1995.
- EMATER, **Programa Municipal De Desenvolvimento Agrícola,** Paraná, janeiro, 1991.
- FAO/INCRA. **Diretrizes da política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar.** Versão Preliminar, Brasília/INCRA, 98p., 1994.
- FERREIRA, A. D. D. & BRANDENBURG, A. (Org.) **Para pensar: outra agricultura.** Curitiba: Editora da UFPR, 1998. 275p. (Pesquisa; n. 40)
- FERREIRA, A. D. D. **Agricultura capitalista e campesinato no norte do Paraná; (1940-1952).** Curitiba, 1984. Dissertação de Mestrado/Departamento de História, UFPR.
- FREMONT, A.. **A região, espaço vivido.** Coimbra: Almedina, 1980.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Nacional, 1970.
- GARCIA JR., A. R. **Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

- GIDDENS, A. **As Conseqüências da Modernidade**. Tradução de Raul Fiker, São Paulo: Editora da Unesp, 1991.
- GIL, A. C., **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo, HUCITEC, 1980.
- GUANZIROLI, Carlos Enrique, CARDIM, Silvia E. de C. S.. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, Brasília, Fevereiro, 2000. 74p.
- HIRATA, C.A. et all. **Estudo dos aspectos urbanos de seus distritos administrativos: Warta**. Londrina: UEL, 1982.
- KAGEYAMA, A. , BERGAMASCO, S. M. P. . A estrutura da produção no campo em 1980. **Rev. Perspectivas**, São Paulo, 12/13: 55-72, 1989/90.
- KAGEYAMA, A. A. e SILVA, J. G. da. Tecnologia e Campesinato: o caso brasileiro. **Rev. de Economia Política**. v.3, nº. 4, p. 21-56. , out./dez. 1983.
- KIYOTA, N.; PERONDI, M. A. **Agricultura Familiar e suas Estratégias de Comercialização: um estudo de caso no município de Capanema – Região Sudoeste do Paraná**. SOBER, 2000.
- KOSIK, K.. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KOSMINSKY, E.V., **Rolândia, a terra prometida**. Judeus refugiados do nazismo no Norte do Paraná. São Paulo, 1984, dissertação de Mestrado/ Departamento de Ciências Sociais, USP.
- LACOSTE, Y. **A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papyrus, 1988.
- LAMARCHE, H. (Coord.) **A agricultura familiar**. Campinas. Ed. UNICAMP, 1993. 336p.

- LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Vol. 2. Do mito à realidade. Campinas, Ed. UNICAMP, 1998.
- LOPES, A. Y. D. P. **Pioneiros do Capital: a colonização do norte do Paraná**. São Paulo, 1982. Dissertação de Mestrado/ Departamento de Ciências Sociais, USP.
- LOUREIRO, M. R. G. **Parceria e capitalismo**. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. 135p. (Biblioteca de Ciências Sociais).
- LOVISOLO, H. R. **Terra, trabalho e capital: produção familiar e acumulação**. Campinas: UNICAMP, 1989.
- LOVATO, L. **De como o que o café deu o café tomou: a trajetória dos sitiantes do norte do Paraná**. São Paulo, 1992. Dissertação de Mestrado/Departamento de Sociologia, USP.
- MAIA, D. **Abaixo da linha: Casoni, uma vila da cidade de Londrina**. São Paulo, 1993, Dissertação de Mestrado/Departamento de Antropologia, USP.
- MALAGODI, E. A. ; QUIRINO, E. G.; SABOURIN, E. **Agricultura Familiar e Consciência Ambiental**. SOBER, 2000.
- MARTINE, G. & GARCIA, R. C. (Orgs) **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo: Editora Caetés, 1987.
- MARTINS, J. S. **Capitalismo e Tradicionalismo: Estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. S.P., Pioneira, 1975.
- MARTINS, J. S.. **O cativo da terra**. São Paulo, HUCITEC, 1996.
- MEDEIROS, L. S. & LEITE, S. (Org.) **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/ UFRGS/CPDA, 1999.
- MEDEIROS, L.S. de, **“Reforma Agrária: concepções, controvérsias e questões**. Setembro de 1993. <http://www.dataterra.org.br/Documentos/leonilde.htm>.

- MEDEIROS, Leonilde Servolo de e LEITE, Sérgio. Perspectivas para a análise das relações entre assentamentos rurais e região. In: Francisco Carlos Teixeira da Silva, Raimundo Santos e Luiz Flávio de Carvalho Costa (org.). **Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro : Campus, 1998, p. 151-176.
- MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC, 1984.
- MONTEIRO, D. T. **O norte do Paraná: elementos para uma interpretação**. São Paulo, 1963, mimeo.
- MOREIRA, R.J. **Agricultura Familiar e Assentamentos Rurais: Competitividade, tecnologia e integração social**. 1995, mimeo.
- MOTA, L. T. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná. (1769-1924)**. Maringá: EDUEM, 1994.
- MUSSALAM, R. **Norte pioneiro do Paraná: formação e crescimento através dos censos**. Curitiba, 1974. Dissertação de Mestrado/Departamento de História, UFPR.
- NAKAGAWARA, Y. Questões agrárias e urbanas. interdependências e subordinação: o caso Norte- paranaense. **Terra e Cultura**, v.1, n.1, p.93-115, jan. 1981.
- NEUMANN, P. S. ; SILVEIRA, P.R. da. **A Capacidade de Reprodução de Agricultores Familiares na Região de Santa Maria/RS**. SOBER, 2000.
- OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista. São Paulo, **CEBRAP**, 1972.
- OLIVEN, R. G. Nação e Tradição na virada do milênio. **Resgate**, n.5, p.77-87, 1993.
- OTANI, Malimíria Norico (coord.). **Caracterização e estudo da Agricultura Familiar: O caso dos Produtores de Leite do Município de Lagoinha, Estado de São Paulo.**, IEA/APTA/SAABESP, outubro, 2000. 69p.
- PADIS, Pedro C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo, HUCITEC, 1981.

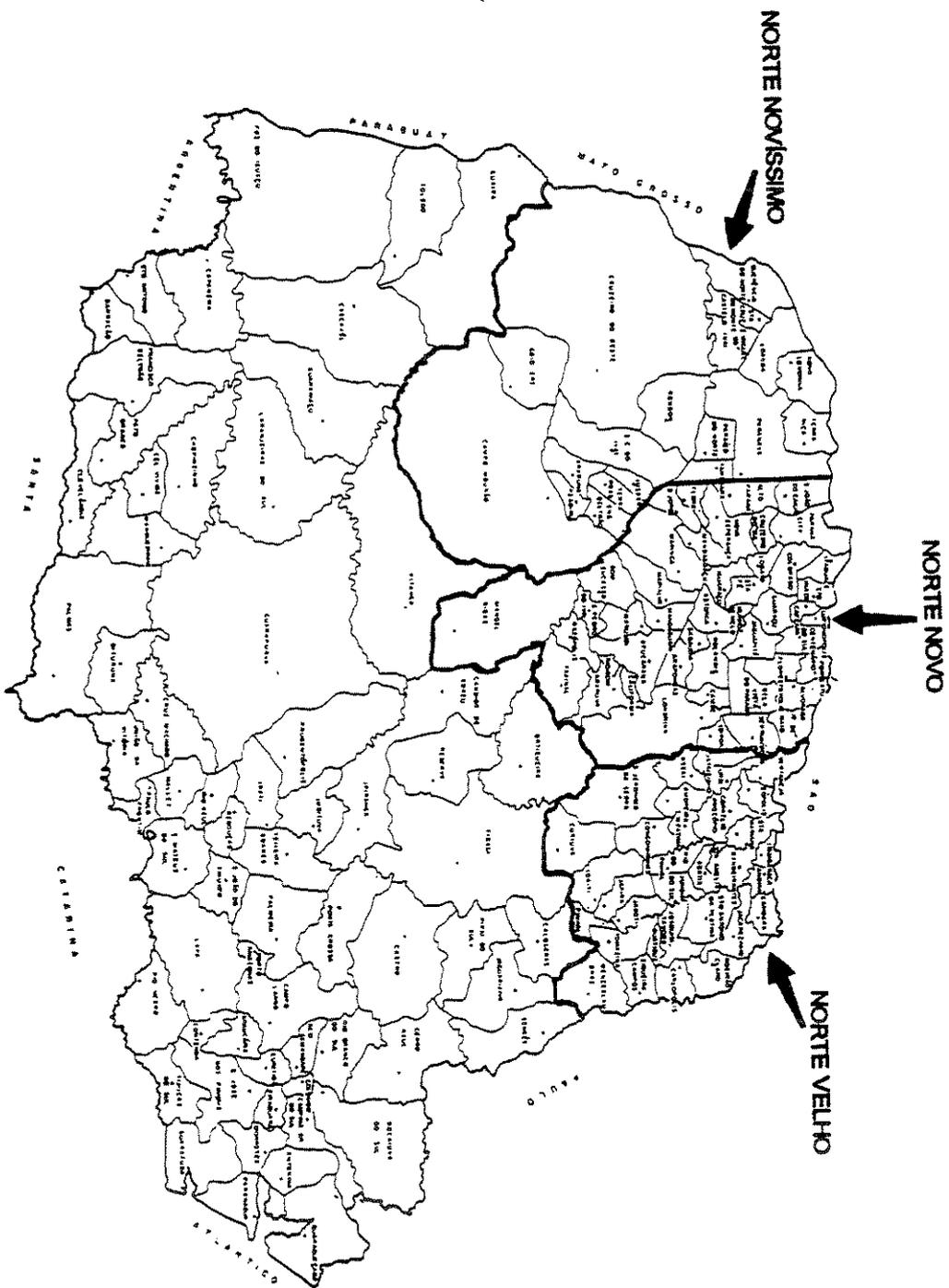
- PALMEIRA, M. **Anais do Seminário Revisão Crítica da Produção Sociológica Voltada para a Agricultura**. São Paulo, 1984, ASESP/CEBRAP.
- PAULILO, M. I. S. **Produtor e Agroindústria: consensos e dissensos**. O caso de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. Da UFSC, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990. 184p.
- PAYES, M.A.M. **O norte do Paraná: expansão cafeeira e a apropriação de renda fundiária desde os fins do século XIX até 1960**. Rio de Janeiro, 1984. Dissertação de Mestrado/ Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFRRJ.
- PERONDI, M. A. ; KIYOTA, N. **Estratégias de Reprodução de Sitiantes no Oeste de Minas Gerais e de Colonos no Sudoeste do Paraná**. SOBER, 2000.
- PESSOA, J. de M. **A revanche camponesa**. Goiânia: Editora da UFG, 1999. 351p.
- PINHEIRO, Diógenes. "A agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores". In. **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Organizado por João Carlos Tedesco. – Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 9, pp.329-355.
- PINSKY, J. (org.) **Capital e Trabalho no Campo**. São Paulo: HUCITEC, 1977.
- PRADO JR, C. **A revolução brasileira**. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1966.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. **Perfil de Londrina - 1993**, Dados Estatísticos (1989-1992). Londrina, 1993.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. **Perfil da área rural de Londrina - 1991**, Dados estatísticos (1991-1992). Londrina, 1994
- PREFEITURA MUNICIPAL. SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. **Plano para o desenvolvimento rural de Londrina: uma política municipal para a agropecuária**. Londrina, 1996.

- PROJETO CUT-CONTAG. **Desenvolvimento e Sindicalismo Rural no Brasil**. Brasília : Projeto CUT-CONTAG, 1998.
- RECH, D. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 192p.
- SABINO, J., et all.. **Estudos do aspecto urbano do distrito administrativo de Maravilha**. Londrina: UEL, 1982.
- SAN'ANA, A. L.; TARSITANO, M. A.A.; COSTA, V. M. H.. **Caracterização das Estratégias dos Produtores Familiares de Três Municípios da Mesorregião de São José do Rio Preto (SP)**. SOBER, 2000.
- SANDRONI, P. **Questão agrária e campesinato: a funcionalidade da pequena produção mercantil**. São Paulo, Polis, 1980.
- SANTOS, J.V.T.. **Colonos do Vinho: um estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: HUCITEC, 1984.
- SANTOS, M. F. , VIZINTIN, M.. **Distrito de Paiquerê**. Londrina: UEL, 1982.
- SANTOS, R. B., et all.. **Guaravera**. Londrina: UEL, 1982.
- SARTORI, A., et al. **Agricultura e modernidade: a crise brasileira vista do campo**. Edição dos autores, 1998.
- SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - Paraná, **Relatório Anual de atividades/prioridades de trabalho até o ano 2000**. EMATER/PARANÁ, dezembro, 1998.
- SILVA, S. "Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo". In.: PINSKY, J. (Org.) **Capital e Trabalho no Campo**. São Paulo: HUCITEC, 1977. Pp. 7 – 24.
- SMITH, R. **Propriedade da terra e transição: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

- SORJ, B. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. R.J., Zahar, 1980.
- STÉDILE, João Pedro. **O MST e a questão agrária: entrevista com João Pedro Stédile**. Estudos Avançados – IEA – USP, nº 31, p. 81-95.
- TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 394p.
- TOMAZI, N. D.. **Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná**. Assis, 1989. Dissertação de Mestrado/Departamento de Historia, UNESP.
- TOMAZI, N. D.. **Norte do Paraná: historia e fantasmagorias**. Curitiba, 1997. Tese de doutoramento/Departamento de História, UFPR.
- TOMMASINO, K.. **A historia dos Kaingang da bacia do rio Tibagi: uma sociedade Jê Meridional em movimento**. São Paulo, 1995. Tese de doutoramento/ Departamento de Antropologia, USP.
- VEIGA, J. E.. “Delimitando a Agricultura Familiar”. **Rev. Reforma Agrária**, ABRA, Campinas, v. 25, n.2e3, pp. 128-141, mai./dez., 1995.
- VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: HUCITEC, 1991.
- VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato; um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. São Paulo, DIFEL, 1976. 261p.(Corpo e Alma do Brasil.)
- VIEIRA, S., HOFFMANN, R.. **Estatística Experimental**. São Paulo: Atlas, 1989.
- VINHAS, M. **Problemas Agrário-Camponeses do Brasil**. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira. 1972. 335p.
- WANDERLEY, M. N. B. O camponês: um trabalhador para o capital. In: **Cadernos de Difusão Tecnológica**, vol.2,nº 1, jan./abr. 1985. pp. 13-78.

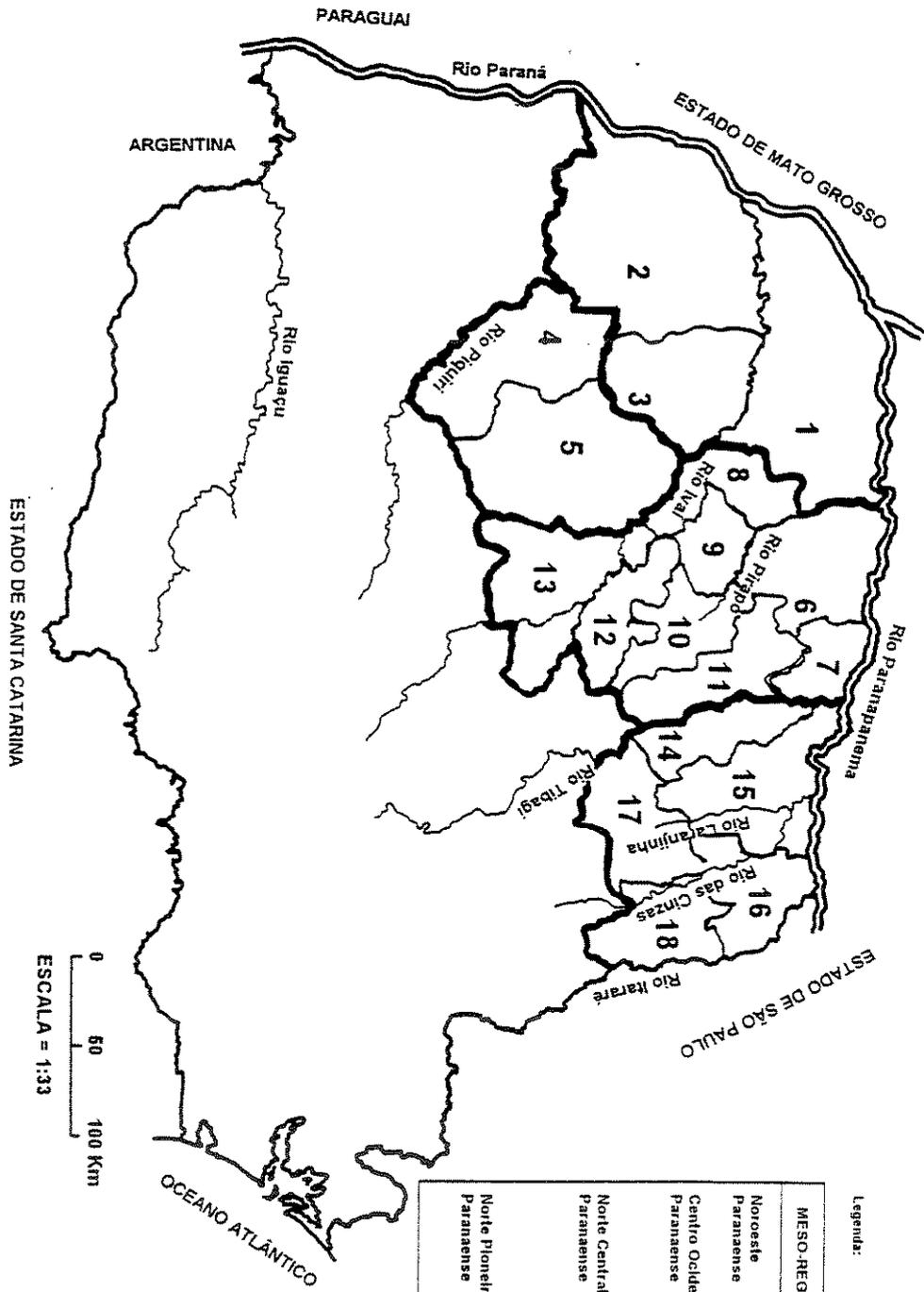
- WANDERLEY, M. N. B.. “Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander Chayanov”. In.: **Para pensar outra agricultura**. Organizadores: Angela D. D. Ferreira, Alfio Brandenburg. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.
- WANDERLEY, M. N. B.. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Revista Reforma Agrária**. Revista da ABRA, 2-3(25), mai-dez/1995. pp.37-57.
- WILKINSON, J. “Distintos enfoques e debates sobre a produção familiar no meio rural”. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. EMATER/RS, Porto Alegre, v. 1, n.3, jul/set.2000, p.21-30.
- YU, Chang Man . & SEREIA, Vanderlei José.. **Tipificação e caracterização dos produtores rurais do Estado do Paraná – 1980**. Londrina, IAPAR, 1993. 169p. (IAPAR, Boletim Técnico, 39).

ANEXOS



MAPA Nº 1
OS "TRÊS NORTESES"

Fonte: Mapa base com a divisão por municípios em 1956 (PADIS, 1991, p. 100)



MAPA N° 2 - MESO E MICRO REGIÕES DO NORTE PARANANENSE

Legenda:

MESO-REGIÕES	MICRO-REGIÕES
Nordeste Paranaense	01 - PARANAVAI
	02 - UMUARAMA
	03 - CIMBORTE
Centro Ocidental Paranaense	04 - GOIO-ERÉ
	05 - CAMPO MOURÃO
Norte Central Paranaense	06 - ASTORGA
	07 - POBECATU
	08 - FLORES
	09 - MARINGÁ
	10 - APUCARANA
Norte Pioneiro Paranaense	11 - LONDRIANA
	12 - FARMAL
	13 - IVAIPORA
	14 - ASSAI
	15 - CORNELIO PROCÓPIO
	16 - JACAREZINHO
	17 - IBAITI
	18 - WENCESLAU BRAZ

Fonte: IBGE, 1993.

Figura 1 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA



Figura 2



DESJEJUM

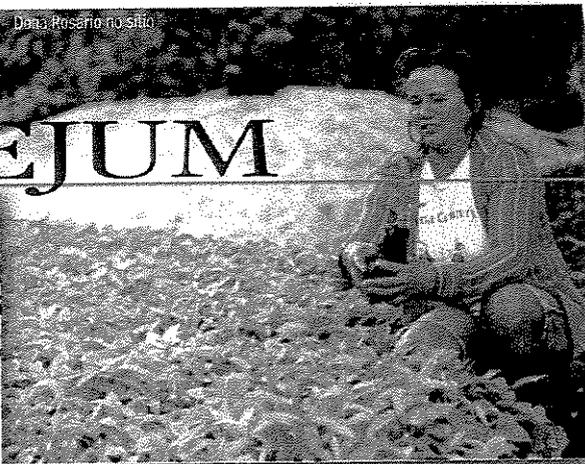
Sobre a mesa tudo que vem do milho.

Bolo, curau com e sem canela, milho cozido fumegando. Acompanha o suco de laranja puro, dos laranjais do quintal. Ainda tem leite branquinho, contrastando com o café preto no bule. Ela se desculpa: 'Não repara que é café da roça'. Deixa disso, dona Maria do Rosário. Que mais se pode querer, diante de uma mesa tão generosa? Ela agradece, tímida, mãos ao colo, camiseta, bermuda e botina, talvez sem entender direito o que significa estar privado, nem que seja por instantes, do antioxidante, do aromatizante artificial, do acidulante e outros componentes ininteligíveis.

Maria do Rosário Duarte, 52 anos, moradora da água da Laranja Azeda, em Lerroville, distrito de Londrina, é agricultora, entre outras coisas. Proprietária de um sítio de 3 alqueires, ela é exemplo de força para os vizinhos. Às seis e meia já está de pé. Ajeita os gravetos no fogão à lenha, sua menina dos olhos, e coloca água para ferver. Depois de coar o café, que ela mesma torrou e moeu, Rosário tira o leite da vaca, e dá de comer aos porcos, às galinhas e ao cavalo.

O café que se toma vem dali mesmo. Rosário agora espera substituir o cafezal antigo pelas mudas de café adensado que comprou junto com o calcário, no IAPAR - Instituto Agrônomo do Paraná. Nas ruas de café ela planta um pouquinho de tudo. Arroz, feijão, mandioquinha salsa, milho, pepino, pimentão, abóbora, mamão. 'Estou sempre variando as culturas para não cansar a terra', conta Rosário, consciente da degradação do solo pela monocultura.

Casada, mãe de seis filhos, Rosário fala com certa amargura do filho que morreu aos 19 anos. O marido é doente, alcoólatra há muitos anos e foi



vendendo tudo que eles possuíam. 'Cheguei a trabalhar como sacoleira para ajudar a sustentar a família', ela diz. O sítio onde mora foi herança do pai e ela não permitiu que o marido vendesse. 'Esse eu vou preservar. E vou tirar tudo daqui, pode escrever aí', afirma.

Depois do café da manhã, tomado rapidamente, ela arruma a casa com a ajuda da única filha solteira e deixa pronto o almoço. Durante a tarde a filha traz a merenda, que consiste em café e pão. Ao final do dia ela volta para casa, aparta o bezerro da vaca, prepara a janta e vê um pouco de televisão. 'Durmo como pedra e não deixo problema me tirar o sono. A canseira é muita', sorri Rosário, que capina o mato e abana a peneira de café como ninguém. Um 'pé de boi', segundo os vizinhos.

'Comigo não tem tempo ruim. O que estiver reservado para mim eu encaro de frente', declara Maria do Rosário, que aproveita pequenos prazeres da vida, como atrelar o cavalo à charrete e ir para Lerroville. Pequena na estatura, Rosário se agiganta para falar da vida, um privilégio, segundo ela. Para o ano 2000 ela só tem um plano: comemorar com rojão, comida e bebida o dia do seu aniversário, em 28 de agosto. Segundo Rosário, 'o povo de antigamente dizia que o mundo ia acabar no ano 2000. Eu que nunca tive festa de aniversário, quero comemorar essa data, se Deus quiser'. E claro que Ele quer.

A serenidade é VERDE

Roseli tem olhos verdes como o mar revolto. Ela se espanta. Conhece muitos tons de verde, especialmente dos pepinos e pimentões que cultiva.

Mas o verde do mar ela não

conhece, porque nunca viu o oceano. Pele clara, mãos vigorosas, Roseli Caberlin, 41 anos, tem uma beleza rude que ela nem pode suportar. Agricultora de Guaravera, distrito de Londrina, Roseli já está casada há 22 anos e tem uma filha moça, Cíntia. Na lavoura desde os 8 anos, ela fala com propriedade das coisas da terra. 'As plantas estão vivas e têm segredos. É preciso entendê-las', diz, pensativa.

O trabalho nas estufas não é fácil. No verão, a temperatura debaixo das lonas beira os 50 graus. As culturas de pepino e pimentão exigem cuidado permanente. Tem que aparar os brotos, controlar as pragas e colher na data certa. Depois de encaixotado, a produção tem comprador garantido. Como ela diz, quem compra pepino não sabe a mão-de-obra que dá. Segundo Roseli, o mais difícil nesse trabalho é a manutenção da estufa. 'O vento faz estragos no plástico e o prejuízo é grande. A gente remenda, mas a durabilidade é curta', lamenta. Quando não está nas estufas, Roseli faz conservas, que aprendeu em cursos em Londrina. Tímida, ela diz que também faz sabão, com sobras de gordura: 'Não sou de desperdiçar nada'.

Os pais de Roseli e os irmãos casados moram próximos, na divisa do sítio. Do pai ela herdou o gosto pela agricultura. Roseli comenta que aprendeu a lidar com as plantas



A plantação de pepinos no sítio, em Guaravera.



Roseli e o pai em enxerto nas mudas de uva.

observando o pai. 'Ele é quem sabe das coisas', sorri. Séria, de pouca conversa, ela demonstra, junto com o pai, como se faz enxerto de uva. Pensando sempre em diversificar a produção do sítio, Roseli mostra os pessegueiros em flor. 'O ano passado eu fiz muita compota de pêsego. Produzir a fruta para comercializar é projeto para o futuro', revela.

Semblante tranqüilo, Roseli não cobra muito da vida. Sonhos? 'O que eu queria mesmo é construir outra casa aqui no sítio. Essa casa onde moro atualmente é boa, mas fica meio escondida. Queria uma vista ampla dos arredores'. Paciente, gestos comedidos, ela acha que se a família trabalhar com afinco pode conseguir o que deseja. Por sua vez, ela divide o tempo entre as estufas e a casa, lustrando, lavando e cozinhando. 'Meu forte são os doces. Pudins, doce de leite, de mamão e pessegada. Mas meu marido gosta mesmo é da cocada. Acho que é boa'.

Nas horas de lazer Roseli desce ao riacho, que passa nos fundos do sítio. 'Gosto de estar lá, pescando ou simplesmente vendo a água correr. Saio dali renovada'. Quando tem festa em Guaravera ela vai com a família. São horas alegres, que compensam o trabalho diário. Cinema? 'Nunca fui'. Nas entrelinhas das poucas palavras que profere, Roseli demonstra serenidade. Quieta, fala plácida, a única coisa que destoa da mansidão é o olhar. Misterioso, impenetrável, verde como o mar que ela nunca viu.

Estrada em
Lerrovile



Sítio em
Paiquerê



Estrada
Paiquerê-Guairacá



Guairacá
(Paiquerê)



Sede Urbana
(Paiquerê)



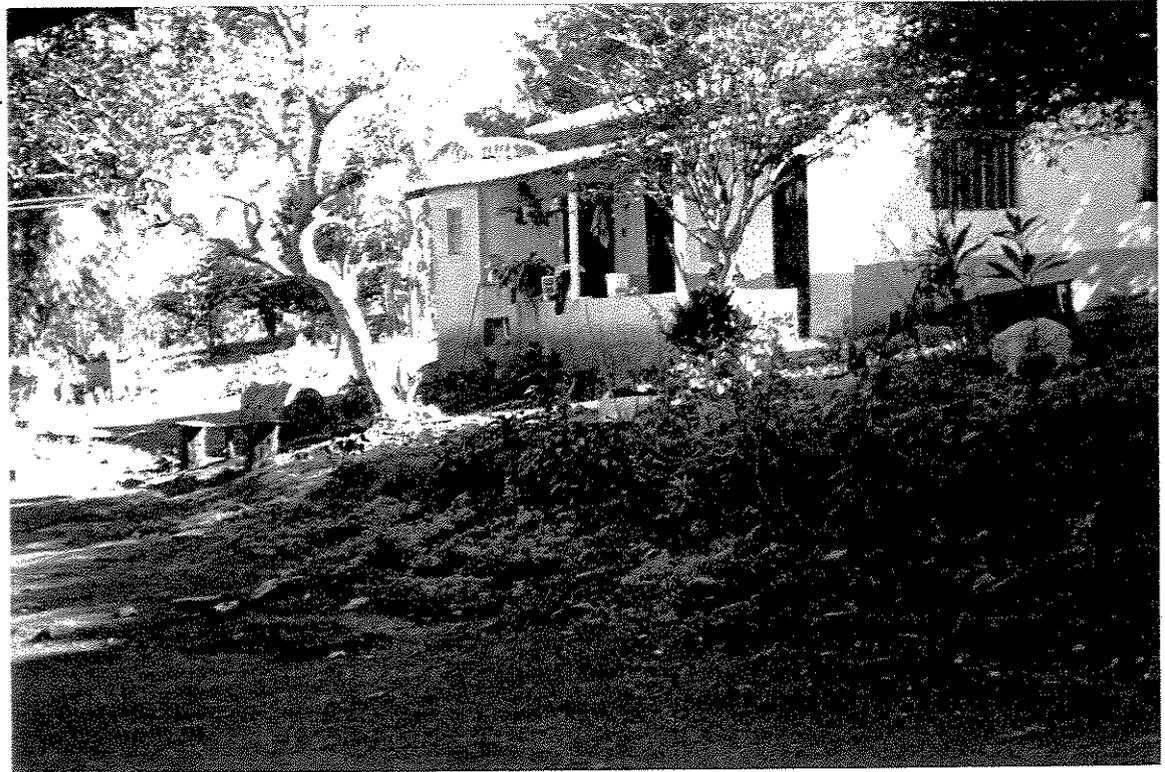
Casa em um sítio
De Paiquerê



Casa de Agricultor
(Paiquerê)



Casa de Agricultor
(Lerrovile)



Casa em um sítio
em Paiquerê



Plantio de Milho com
Matraca
(Paiquerê)



Uso de Tração Animal
Na preparação do solo
(Lerrovile)



Agricultor em atividade
em Paiquerê



Família em Guairacá
(Paiquerê)



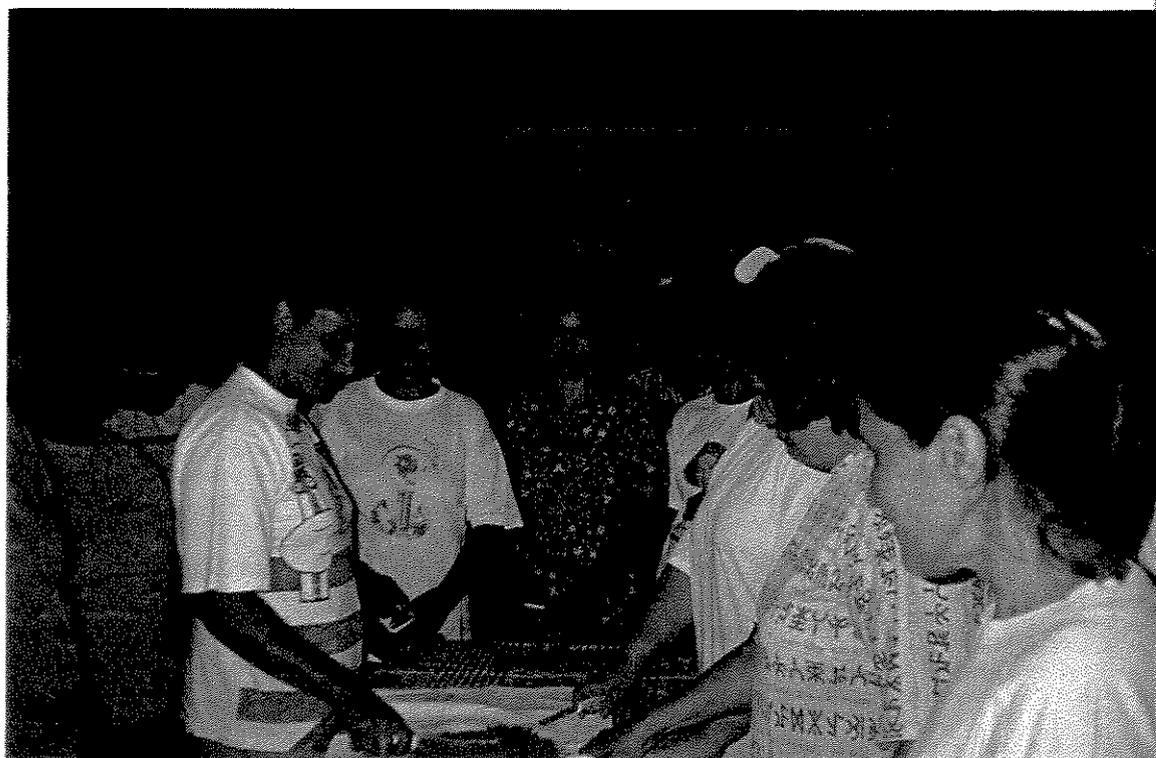
Beneficiamento do
Rami
(Paiquerê)



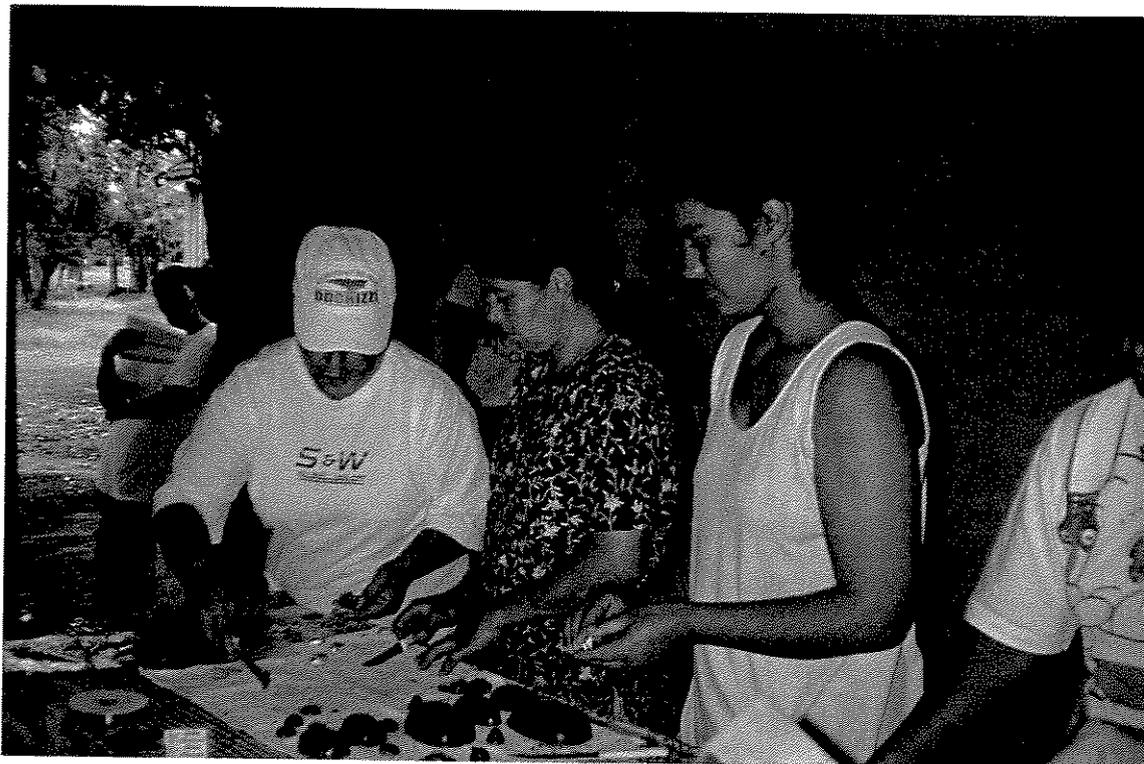
Mutirão para
Construção da sede
Da Associação de
Agricultores



Mulheres realizando a
Transformação de
Produtos para venda



Fazendo Ovos de Páscoa...



Aprendendo a fazer Molhos e conservas



